

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA  
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DEMOCRACIA E SOCIEDADE  
LINHA DE PESQUISA: DEMOCRACIA E DESIGUALDADES**

**GUSTAVO HENRIQUE CAMARGO EUFRÁSIO**

**A EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES NOS ANOS DE GRADUAÇÃO NA  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: PERCEPÇÕES SOBRE RAÇA, RACISMO E A  
POLÍTICA DE COTAS**

**BRASÍLIA-DF**

**2025**

GUSTAVO HENRIQUE CAMARGO EUFRÁSIO

**A EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES NOS ANOS DE GRADUAÇÃO NA  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: PERCEPÇÕES SOBRE RAÇA, RACISMO E A  
POLÍTICA DE COTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto Mello Machado.

BRASÍLIA-DF

2025

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

## **FICHA DE APROVAÇÃO**

### **A EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES NOS ANOS DE GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: PERCEPÇÕES SOBRE RAÇA, RACISMO E A POLÍTICA DE COTAS**

Dissertação de mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília, no dia 25 de fevereiro de 2025, a partir da seguinte banca examinadora:

---

Prof. Dr. Carlos Augusto Mello Machado (IPOL/UnB)  
ORIENTADOR

---

Prof. Dr. Gustavo Rodrigues Mesquita (IPOL/UnB)  
EXAMINADOR INTERNO

---

Profa. Dra. Edilza Correia Sotero (FACED/UFBA)  
EXAMINADORA EXTERNA

---

Profa. Dra. Danusa Marques (IPOL/UnB)  
EXAMINADORA SUPLENTE

Resultado: \_\_\_\_\_.

Brasília-DF, 25 de fevereiro de 2025.

## AGRADECIMENTOS

Esta construção é coletiva, sendo assim, agradeço as diversas mãos que auxiliaram a escrita, o pensamento e as mudanças que culminam nesta obra.

Destaco, em primeiro momento, a Universidade de Brasília, o Instituto de Ciência Política e o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, além de toda equipe docente e técnica-administrativa, que possibilitaram dois anos de vivência profunda e intensa em estudos, pesquisas e debates que elevaram a qualidade deste trabalho, sejam nas disciplinas cursadas, como nos eventos em que participei.

Estendo meu agradecimento, em especial, ao Prof. Dr. Carlos Machado, meu orientador, por me auxiliar neste momento acadêmico, indicando caminhos, refazendo rotas e proporcionando a mim uma forma de fazer pesquisa personalíssima, destacando a importância de construir uma ciência cada vez mais engajada com a realidade.

Agradeço as examinadoras do Exame de Qualificação, Profa. Dra. Danusa Marques e Profa. Dra. Edilza Sotero, pela dedicação, atenção e disponibilidade de somarem na construção desta dissertação, bem como ao Prof. Dr. Gustavo Mesquita, que integra a Banca de Defesa junto à professora Edilza, em que, certamente, a colaboração e os apontamentos alimentam novos caminhos que nascem com esta pesquisa.

Deixo aqui registrado meu agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do governo federal que apoiou financeiramente a pesquisa, sendo imprescindível para uma formação integral que retorna à sociedade através deste produto. Que mais pesquisadoras/es tenham a oportunidade de realizar seus estudos de forma digna, com apoio financeiro necessário para manutenção de suas análises, mas também de suas vidas.

Agradeço às pessoas que me apoiam e foram essenciais neste momento. Apesar da pós-graduação ser bastante solitária, o acolhimento é necessário. Deste modo, agradeço ao Marcos Antônio pela partilha da vida, a Nathália Nandy e Muriell Francisco pela amizade.

Esta dissertação apresentada segue um caminho turbulento e exaustivo, mas visceral, necessário e inadiável. Que ela possa auxiliar na transformação das realidades da Universidade Brasileira!

*O importante não é você ser a primeira,  
o importante é você abrir caminhos*

Conceição Evaristo  
Programa Roda Viva, TV Cultura, 2021.

*Eu quero um país que não está no retrato*

Marquinho Art'Samba  
Estação Primeira de Mangueira, 2018.

## RESUMO

O enfoque desta proposta está na compreensão da trajetória acadêmico-institucional de estudantes cotistas durante o curso de graduação, analisando as questões raciais, a compreensão do racismo e da importância das ações afirmativas no contexto da Universidade de Brasília. O desenvolvimento desta pesquisa advém de uma parceria entre instituições de ensino superior que, no caso, se dedicou a realização e análise de entrevistas semiestruturadas com 43 discentes de seis cursos distintos, por meio de uma perspectiva qualitativa. Deste modo, o estudo segue com uma aproximação da teoria política sobre a dimensão racial, passando pela contextualização das ações afirmativas no espectro das políticas públicas e, por fim, com a análise de conteúdo dos dados empíricos adquiridos dos encontros com os graduandos. Através da dissertação se confirma que, a pluralidade cotista segue crescendo e que formas subjetivas de impacto das desigualdades sobre o público-alvo da política ocorre, especialmente nas formas de construção da identidade e os modos de percepção e enfrentamento aos dispositivos raciais durante os anos de graduação, com diferentes formas de reconhecimento do racismo e das desigualdades que se manifestam ao longo de seus percursos na instituição, revelando que os dispositivos de poder se apresentam distintamente dependendo do contexto que o discente está imerso, sobretudo quando a centralidade do problema passa a ser a questão racial.

**Palavras-Chave:** Ação Afirmativa; Raça; Racismo; Universidade; Brasília.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO: APROXIMAÇÕES DA PESQUISA E O CAMINHO PERCORRIDO.....</b>	<b>9</b>
1.1 O problema da pesquisa: de onde parte? .....	9
1.2 Justificativa da pesquisa: o que se pretende? .....	11
1.3 Objetivos.....	14
1.4 Metodologia: o caminho .....	14
<b>2. “A HISTÓRIA QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA”: INTERFACES ENTRE RAÇA E POLÍTICA NO CONTEXTO BRASILEIRO.....</b>	<b>18</b>
2.1 O contrato racial: aproximações teóricas para o contexto brasileiro .....	20
2.2 A realidade negra no contexto político brasileiro: um olhar para a educação superior .....	25
<b>3. AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL: TENSIONAR A REALIDADE E CONSTRUIR UMA OUTRA POSSIBILIDADE .....</b>	<b>29</b>
3.1 Um panorama de disputas políticas, conflitos e resultados .....	29
3.2 Desmistificando a meritocracia: se tem esforço, tem recompensa? .....	35
3.3 Um olhar para as ações afirmativas no espectro das políticas públicas.....	37
<b>4. OS ESTUDANTES E A UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DE SUAS PERCEPÇÕES SOBRE RAÇA, RACISMO E A POLÍTICA DE COTAS .....</b>	<b>42</b>
4.1 O contexto das entrevistas: do formato ao perfil da amostragem discente .....	42
4.2 Assistência estudantil: relações com as ações afirmativas no contexto da UnB .....	54
4.3 As questões raciais e as ações afirmativas na UnB: uma análise de conteúdo.....	62
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS OU LEMBRETES PARA O FUTURO? .....</b>	<b>82</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>86</b>
<b>Anexo 1 - Roteiro de questionário e entrevistas .....</b>	<b>92</b>

## **1. INTRODUÇÃO: APROXIMAÇÕES DA PESQUISA E O CAMINHO PERCORRIDO**

### **1.1 O problema da pesquisa: de onde parte?**

A sociedade, além de ser palco dos encontros e das trocas entre pessoas, estrutura-se através do modo de produção capitalista que, por meio de Harvey (2004), atua na busca por sua reprodução visando o lucro, a subjugação da força de trabalho pela mais-valia, assim como a efetivação da propriedade privada, capaz de alijar demais estruturas da sociedade, afetando dimensões objetivas e subjetivas dos sujeitos. Nessa seara, a produção de desigualdades caminha em afinidade, capaz de trazer um salto qualitativo à formação social, com novos marcadores sociais, como a raça, por exemplo.

No caso brasileiro, as raízes coloniais refletem até o presente, cujas questões étnico-raciais provocadas pelo período de escravização, repercutem sobre as pessoas, sendo uma forma elementar de dinamizar a sociedade e os espaços, enunciando consequências, como o racismo, capaz de tensionar o cotidiano da população negra, estigmatizada e alijada pela construção histórica do colonialismo no Brasil (Carneiro, 2023).

A presente dissertação vem demonstrar que o debate e o questionamento são necessários, visto que, na reprodução da sociedade, constantes atualizações as formas de organização social e política afloram. Assim, a pesquisa tensiona o reconhecimento das realidades subalternas e oprimidas a fim de impulsionar o debate público, ressaltando a carga política em torno da desigualdade.

Tomando como dianteira o pensamento de Cury (2002), a educação se apresenta enquanto motor para o exercício da cidadania e do trabalho, de modo que o envolvimento entre socialização e construção do conhecimento se entrelaçam à dimensão sóciohistórica, em que os ambientes educacionais efetivam suas respectivas funções desde a educação básica. A relação com o ensino superior, especialmente nas universidades públicas, deveria caminhar para tal objetivo, garantindo uma produção de conhecimento que dialogue com a sociedade e o saber, tanto para formação de profissionais quanto para retribuição de suas ações à comunidade.

Todavia, conforme expõe Araújo (2013), o que se percebe é uma relação histórica conflitiva, entre a participação popular e seu acesso ao ensino superior, tendo em vista que, historicamente, os espaços universitários brasileiros refletem desigualdades provocadas pelo tripé – capitalismo, colonialismo e patriarcado –, cujo acesso majoritário de pessoas brancas e de classe média alta foi, durante décadas, a regra no cenário do ensino superior brasileiro,

fazendo com que pessoas pobres e negras, com realidades distintas das elites, vivessem formas desiguais para acessar espaços educativos, com destaque às instituições públicas, questionando o direito à educação como algo universal para todas as pessoas (Gomes; Silva, 2003).

Destarte, como assevera Araújo (2013), entender os dispositivos estruturantes apresentados na realidade cotidiana é relevante pois, no caso do espaço delimitado para realização da pesquisa, a universidade, palco da construção e do desenvolvimento do conhecimento, é fundamental que se busque enxergar sua construção histórica, bem como as formas de tensionamento e da proposição de alternativas para tornar a educação brasileira cada vez mais potencializadora e próxima da realidade das pessoas, de modo que seus espaços ressoem o cotidiano brasileiro, fomentando o agenciamento de disputas políticas em torno do acesso, composição e do saber construído, com destaque para a luta em prol da implementação das ações afirmativas.

Neste caminho, há uma vasta literatura, com destaque para Gomes e Silva (2003), em que as políticas de ação afirmativa se apresentam como ferramentas capazes de reparar realidades desiguais, não enquanto um fim em si mesma, mas como uma alternativa focal levando em consideração o cotidiano de determinada população minorizada com resultados de médio e longo prazo, buscando denunciar os aspectos que levam a tal realidade distinta e, muitas vezes, subrepresentados, como os autores expõem através da fala de um dos professores de Direito da Universidade de São Paulo (USP), que diz:

A Constituição dispõe que o ensino será ministrado com base no princípio da 'igualdade de condições' para acesso e permanência na escola; no entanto, dando aulas há 28 anos na Faculdade de Direito da USP, para, em média, 250 alunos por ano, e tendo tido aproximadamente 7.000 alunos, dou meu testemunho, de que nem cinco eram negros! (Gomes; Silva, 2003, p.120-121).

Há vinte anos, nota-se diversas manifestações deste tipo no cenário brasileiro, sobretudo nas instituições públicas de ensino superior. Todavia, o engajamento na luta por políticas públicas de caráter afirmativo, reveladoras da realidade social do país e em busca de resultados efetivos para tais situações, foi o diferencial, ainda com construções turbulentas, de questionamentos e resistências, mas que trouxeram consigo resultados positivos, como a manutenção da qualidade da educação superior pública e a diversidade no público discente das universidades do país (Oliva, 2020; IBGE, 2019).

A Universidade de Brasília (UnB) é uma das instituições mais importantes na discussão e implementação das ações afirmativas no país, ela foi uma das pioneiras em implementar as cotas raciais ainda no início do século XXI, além de protagonizar um embate

ostensivo na legitimidade constitucional das políticas de cotas. Deste modo, a UnB será o espaço de pesquisa por sua relevância sobre as ações afirmativas para democratização do ensino superior, sobretudo pela temporalidade que a lei de cotas está em vigor, há mais de vinte anos.

O enfoque desta proposta está na compreensão da trajetória acadêmico-institucional de estudantes cotistas, durante o curso de graduação, marcada pelas questões raciais em seus anos de vivência universitária. Assim, a pergunta-problema é: quais os efeitos das ações afirmativas na experiência acadêmica de estudantes nos cursos de graduação da Universidade de Brasília (UnB)?

Com a presença de estudantes ingressantes mediante as ações afirmativas nos últimos vinte anos, percebe-se um crescimento da pluralidade étnico-racial discente, sendo assim, para além do acesso, é preciso que se enfoque nas formas de existências e vivências na instituição pois, existem formas subjetivas de impacto das desigualdades sobre as pessoas além de suas consequências objetivas.

Para tanto, a hipótese da pesquisa é de que tais efeitos podem ter nuances distintas no mesmo grupo social, de modo que as formas de construção da identidade e os modos de percepção e enfrentamento aos dispositivos raciais durante os anos de graduação podem ser ilustrados através de dois pontos: (1) estudantes negros beneficiários das políticas de ação afirmativa na UnB enfrentam desafios únicos relacionados às questões raciais durante sua trajetória acadêmica, os quais influenciam sua experiência de aprendizado e integração na instituição e; (2) a interseccionalidade entre raça, classe e gênero influencia significativamente a experiência acadêmica de estudantes negros na UnB, com diferentes formas de discriminação e desigualdade se manifestando ao longo de seu percurso universitário.

Sendo assim, ainda que pessoas negras consigam estar em cursos de graduação, as divergências à norma tensionam suas percepções e relações, de modo que, sim, a trajetória deste grupo específico é atravessada por barreiras raciais.

## **1.2 Justificativa da pesquisa: o que se pretende?**

Tal visão permite um olhar integrado, capaz de reconhecer outros recortes de opressão, cuja formação socioespacial brasileira é marcada pelos resquícios derivados da dependência capitalista e do patriarcado, assim como do colonialismo, enquanto estruturantes na sociedade (Carneiro, 2011). A partir disso, entende-se que a realidade universitária é um importante espectro para compreender as reminiscências capitalistas, coloniais e patriarcais, tendo em vista que esse foi um espaço, durante anos, majoritariamente elitizado (Gomes; Silva, 2003).

O acesso às instituições públicas de educação superior é uma das batalhas enfrentadas pela população negra que, segundo Gomes, Silva e Brito (2021), foi fundamental para que se reconhecesse a realidade educacional racista e excludente, fato que tensiona debates que levaram, por exemplo, a implementação das cotas raciais, com destaque para a UnB que, no início do século XXI, tornou-se a primeira universidade pública federal a implementar tal formato de política de ação afirmativa, e que, anos mais tarde, culminou na promulgação da Lei n. 12.711/12, que obriga a reserva de vagas em instituições federais de ensino, recentemente atualizada por intermédio da Lei n. 14.723/23.

A realidade desigual da sociedade, a busca por necessidades básicas e a garantia de direitos elementares à dignidade humana se refletem na educação como ponto a ser considerado para debates e discussões, promovendo um olhar político sobre a questão. Dados apresentados em setembro de 2020 sobre o contexto educacional durante a pandemia de Covid-19, que aglutinou o contato presencial nas salas de aula, evidenciam que a maioria negra da população brasileira foi impactada, inclusive pelo contexto histórico de subalternidade que pessoas pretas e pardas vivenciam, resultando no marco de “6,4 milhões de estudantes, que correspondem a 13,9% do total, não tiveram acesso às atividades escolares no Brasil”, dos quais a população negra e indígena foi afetada triplamente, se comparado às pessoas brancas (Geledés, 2021, p. 10).

Paralelamente, o acesso de jovens negros à Universidade foi custoso, ao observar dados da UnB, em 2003, haviam somente 2% de pessoas negras nos cursos de graduação da instituição (Velo, 2018), refletindo a urgência de medidas legais e efetivas que contribuíssem para a construção de um novo paradigma no contexto educacional. Nesse sentido, o impacto de políticas educacionais para educação superior a partir da década de 2000 mobiliza a transformação dessa realidade, com destaque para o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Brasileiras (REUNI), o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o Sistema de Seleção Unificada (SISU), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Tais demandas podem ser reconhecidas como um recorte dos direitos humanos enquanto uma discussão sem esgotamento que, ao ver de Reis (2014), apresenta-se na busca por acolher o que se propõe como novo para expansão da sociedade, isto é, o reconhecimento de pautas políticas e práticas cotidianas que inferem sobre a dignidade humana. Isto posto, pesquisas vêm afirmando a democratização em curso da educação superior, como Oliva (2020) apresenta dados da UnB, Barreto (2015) que analisa a realidade da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Lemos (2017) que traçou o cotidiano de cotistas na Universidade

Federal do Pará (UFPA) e Pereira (2023) que se dedicou às mulheres negras cotistas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Os impactos repercutidos na realidade universitária também são evidenciados nos dados de pesquisas institucionais, como no *Censo da Educação Superior 2022*, promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e a edição *Desigualdades por Cor ou Raça no Brasil*, de 2019, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), confirmando que:

estudantes pretos ou pardos passaram a compor maioria nas instituições de ensino superior da rede pública do País (50,3%), em 2018. Entretanto, seguiram sub-representados, visto que constituíam 55,8% da população, o que respalda a existência das medidas que ampliam e democratizam o acesso à rede pública de ensino superior (IBGE, 2019, p. 9).

Deste modo, a pluralidade étnico-racial universitária é reflexo de políticas públicas que visam a democratização de acesso e permanência, sobretudo através das Leis n. 12.711/12 e 14.723/23, que instituem as cotas sociais e raciais, reservando cinquenta por cento (50%) das vagas em instituições federais de educação (Brasil, 2012; 2023). Tais instrumentos são reconhecidos, através do Estatuto da Igualdade Racial, enquanto uma política de ação afirmativa, “destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do País” (Brasil, 2010a).

Como Carneiro (2011) afirma, as cotas estão diretamente ligadas ao reconhecimento da desigualdade e busca por reparação, cuja carga histórica dos resquícios, sobretudo coloniais, impactam na realidade da sociedade, tornando necessária a equiparação de condições para acesso e/ou permanência nas instituições, demonstrando a necessidade da referida política pública como um instrumento urgente para transformação da realidade de populações minorizadas.

Vale destacar que, em pesquisa de Silva, Santos e Reis (2021), três universidades federais de Minas Gerais são analisadas, sendo possível compreender que a questão socioeconômica está diretamente relacionada com a permanência discente nas instituições de ensino superior, especialmente de estudantes negros cotistas, tendo em vista que recursos financeiros e simbólicos são imprescindíveis para uma vivência integral da graduação e, por consequência, para construção de uma universidade mais democrática.

Outro ponto que se questiona são os atravessamentos de gênero e de sexualidade nas vivências de corpos negros. Em Cornélio (2020), York (2020) e Pereira (2023) é possível identificar que, no contexto das ações afirmativas, as mulheres e a população LGBTI+ têm

suas percepções e caminhos impactados por opressões multifacetadas, envolvendo, para além de raça, dispositivos opressivos de gênero e sexualidade. Isto fomenta um olhar interseccional ao modo que as ações afirmativas devem ser analisadas e como os indivíduos são impactados no cotidiano dos espaços que ocupam e buscam construir suas relações sociais.

A ideia de construir uma perspectiva interseccional dialoga com o que a estadunidense Kimberlé Crenshaw (2002) traduz, sendo uma ferramenta crítica para desafiar abordagens que tratam as opressões de forma isolada, fomentando um olhar integrado, de modo que o reconhecimento dos múltiplos espaços e atravessamentos sociais e políticos ocupados pelos indivíduos revelam as formas de ser, estar e lidar com o mundo, buscando, dessa forma, romper com uma análise segmentada (Pereira, 2021).

Essa ideia se mostra interessante e com potencial poderoso de ser empregada, especialmente quando o olhar se volta ao que Collins (2022) traz, sendo uma forma de perceber que as opressões estão interligadas e se constituem de forma mútua, revelando que a posição social de determinado sujeito ressoa uma perspectiva única sobre o que se constitui social e politicamente, indo em um sentido que, além de valorizar a diferença, permite consubstanciar a existência de desigualdades que partem de um tronco comum.

### **1.3 Objetivos**

#### **Geral:**

1. Compreender como os dispositivos raciais influenciaram e moldaram a experiência de discentes ao longo de suas jornadas na Universidade de Brasília.

#### **Específico:**

1. Analisar como as diferentes formas de entrada impactam na percepção de discentes sobre o racismo e as ações afirmativas.

### **1.4 Metodologia: o caminho**

Para construção da pesquisa é fundamental estar atento a sua organização, sendo assim, a construção do conhecimento é uma ação custosa e que requer técnicas para levantar meios de responder ao fenômeno sob um olhar teórico-prático. Como Minayo (1994) apresenta, isto requer um tratamento analítico por meio da abordagem qualitativa, em que seu emprego visa ir além do levantamento quantitativo, complementando-o.

O desenvolvimento da proposta segue etapas a partir de uma revisão teórico-bibliográfica recorrendo a compreensão de questões ligadas à teoria política contemporânea,

movimentos sociais e políticas públicas. Análises documentais fazem parte desta etapa na tentativa de apontar marcos legais e/ou regulamentares que subsidiam as conquistas sociopolíticas da população negra.

Como forma de apresentar subsídios mensuráveis à pesquisa, uma revisão em fontes secundárias a fim de averiguar a realidade de pessoas negras na sociedade brasileira após a promulgação das ações afirmativas em diferentes cenários brasileiros, especialmente a partir dos anos 2000, foi realizada, tendo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) como as principais fontes de dados.

Como a pesquisa indica uma análise da percepção discente por intermédio de suas vivências universitárias em relação às questões raciais, é evidente a importância de estar em contato com os estudantes a fim de escutá-los e buscar compreender suas vivências na Universidade de Brasília. Sendo assim, a pesquisa resulta de um Consórcio de Acompanhamento das Ações Afirmativas (CAAA), uma articulação de estudos e pesquisas entre diferentes universidades brasileiras a fim de sistematizar conhecimentos acerca das realidades de cada instituição participante.

O CAAA está sob coordenação do Grupo de Estudos Multidisciplinares em Ação Afirmativa (GEMAA) e do Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial (AFRO), ambos vinculados à UERJ e a USP, respectivamente. Além disso, o consórcio possui a colaboração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Tratando-se da UnB, sob coordenação do Prof. Dr. Carlos Machado e do Prof. Dr. Joaze Bernardino-Costa, foram realizadas entrevistas pela equipe local do CAAA entre 2021 e 2022, com estudantes participantes da pesquisa que ingressaram nos cursos de graduação da Universidade de Brasília no período 2016-2019. Dentro do grupo de pessoas entrevistadas estão diversos perfis de estudantes, destacando suas formas de ingresso, havendo aqueles que utilizaram como meio de seleção as políticas de ação afirmativa, ora pelo critério racial ora social, e aqueles que compuseram a ampla concorrência, certificando-se como um grupo de controle à pesquisa.

Vale mencionar que a delimitação da temporalidade de ingresso visa priorizar discentes que tiveram algumas experiências e vivências presenciais no espaço universitário, sobretudo pelo acometimento da pandemia de COVID-19 ao contexto educacional. Atividades

como a participação em eventos, projetos de pesquisa e/ou extensão, assim como compromissos políticos, que compõem a construção de um cotidiano próximo à instituição, foram um dos pontos considerados para ampliar o horizonte temporal de ingressantes na UnB e suas potenciais contribuições à pesquisa.

O objetivo desta aproximação visa, como aponta Bardin (2016), um tratamento analítico discursivo de seu conteúdo, com intuito de compreender os seguintes pontos: (1) como foi o processo de construção de identidade racial destes estudantes, (2) como a raça impactou no percurso universitário, (3) se houve ou há alternativas para lidar com as questões raciais, (4) se o caráter socioeconômico influenciou no percurso institucional, (5) se as identidades de gênero problematizam as relações na universidade e o andamento do curso de graduação e, por fim, (6) como as sexualidades podem arreesar as experiências universitárias.

As entrevistas foram realizadas com discentes dos cursos de Direito, Economia, Pedagogia, Engenharia Mecânica e Ciências Sociais (Sociologia), localizados no *Campus Darcy Ribeiro*, e com os cursos de ABI-Engenharias da *Faculdade do Gama*, um dos campi da UnB. Os encontros com determinados estudantes interessados no tema da pesquisa foi oportunizado pelo método de bola de neve, em que sua potencial contribuição para realização de entrevistas semiestruturadas, como consta no Anexo 1, foi engajada pela disseminação da existência da pesquisa, cujas pessoas interessadas manifestaram seu interesse de compor o estudo ou haviam indicações por discentes que já haviam participado das etapas da análise (Rocha, 2020).

As entrevistas foram constituídas por um primeiro contato dedicado às informações gerais ligadas ao nome, idade, cidade natal, região administrativa que reside, identidade de gênero, autodeclaração racial, período de ingresso na UnB, curso de graduação, forma de ingresso, se é cotista e qual tipo de ação afirmativa. Em seguida, as entrevistas caminham por tópicos ligados à preparação para o ingresso à UnB, a vivência na instituição, as participações nas atividades acadêmicas e políticas, casos de racismo e a percepção sobre a política de cotas e seus respectivos desdobramentos nos anos de graduação. Vale destacar que esta dissertação se dedicou sobre as seções ligadas ao racismo e à políticas de cotas (Anexo 1).

Como citado em momento anterior, as entrevistas seguem um roteiro previamente definido pelo pesquisador, porém seu caráter é semi-estruturado com um desenvolvimento flexível e interativo em relação a disposição das perguntas e respostas, podendo levar ao aprofundamento de determinadas questões ligadas às perguntas originais, mas que demandam uma maior atenção, além de dar o devido valor às emoções e gatilhos que este momento de contato mais profundo com determinados temas, como episódios de violência racial, de

gênero, sexual e/ou moral, podem aflorar entre as pessoas entrevistadas (Rocha, 2020).

Em vista de facilitar o processo analítico, as entrevistas realizadas passaram pelo processo de transcrição a fim de promover uma maior atenção aos dados depreendidos dos encontros com os discentes. Por se tratar de uma transcrição automática, houve um olhar atento às respostas transcritas, especialmente a concatenação das ideias, o emprego correto das palavras e as informações gerais que compõem o perfil da pessoa entrevistada.

O contato com os(as) pesquisados(as) é de suma importância na pesquisa, logo, o projeto foi aprovado junto ao Comitê de Ética da UnB, com intuito de salvaguardar as partes interessadas e, também, por ser um desdobramento de uma pesquisa que vem se desenvolvendo por meio de um consórcio entre diversas universidades brasileiras. Logo, um termo de consentimento de participação e de preservação da identidade foi uma das formas de garantir a fidelidade e harmonia da pesquisa.

Sendo assim, a dissertação segue dividida em cinco partes, sendo esta primeira uma introdução aos procedimentos metodológicos, objetivos, justificativa e um panorama teórico de onde parte a análise. Em seguida, o capítulo 2 se dedica ao aprofundamento da teoria política por meio da perspectiva da raça, enquanto que o capítulo 3 busca se concentrar nas ações afirmativas, conectando-as com o universo das políticas públicas e com as discussões ligadas às teorias de justiça.

O quarto capítulo se volta a análise das entrevistas e dos dados ligados às ações afirmativas na UnB, destacando pontos ligados às relações étnico-raciais, o racismo, as formas de assistência e a composição dos cursos analisados. Por fim, as considerações finais condensam os resultados da pesquisa em geral, apresentando reflexões e apontamentos para a agenda de pesquisa das ações afirmativas.

## **2. “A HISTÓRIA QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA”: INTERFACES ENTRE RAÇA E POLÍTICA NO CONTEXTO BRASILEIRO**

A partir do panorama geral e do percurso metodológico que assenta esta dissertação, segue o capítulo que se dedica a pensar as correlações entre raça e política, restringindo o contexto brasileiro como recorte de análise. Ao trazer apontamentos teóricos por meio de Charles Mills e Cida Bento, busca-se legitimar o que os autores chamam de contrato racial e pacto da branquitude, respectivamente, além de endossar o que Carneiro (2023) cunha por dispositivo de racialidade.

Tal proposição é realizada por meio de uma revisão de literatura, recorrendo à interlocução entre a teoria política e o contexto do país, enfatizando a dimensão racial como ponto central na manutenção de desigualdades e como mecanismo necessário para busca de suas superações, sobretudo no plano educacional pois, a conquista de direitos é apresentada por Cury (2002) como resultado de uma luta histórica, sobretudo ao analisar países que tiveram períodos de colonização em sua formação.

No caso da educação, a sua efetivação enquanto um direito demanda um olhar atento aos movimentos políticos que tiveram desdobramentos até a contemporaneidade e que estão em constante disputa e atualidade, revelando que as relações de poder se mutualizam entre disputas, tensões, alternativas e resultados. Partindo aos documentos normativos, entende-se que a educação é uma importante interface da vida, sendo apresentada no plano nacional e internacional, enquanto um direito que viabiliza a cidadania (ONU, 1948; Brasil, 1988).

Além disso, enxerga-se que a educação é, também, um meio importante para profissionalização, com destaque nesta seara está a universidade, enquanto capitalizador de formação direcionada ao exercício do trabalho, mas também à produção do conhecimento, fomentando um olhar integrado entre ensino, pesquisa e extensão, tripé em que coexiste a ação de produzir e socializar habilidades (Araújo, 2013).

Tendo como referência o estudo de Veloso, Barbosa Filho e Peruchetti (2022), a educação tem impactos em muitas esferas da vida, sobretudo no mercado de trabalho. Dados compilados entre a década de 1990 e a segunda década do século XXI confirmam que a conclusão dos níveis de escolaridade, especialmente a graduação em curso de ensino superior, fomenta melhores rendimentos e condições de trabalho, repercutindo no desenvolvimento econômico e nas condições de vida das pessoas.

Sendo assim, a educação como direito deveria ser uma forma de assegurar à sociedade oportunidades integrais de acesso e permanência aos ambientes formais de ensino e, sobretudo, potencializar melhores condições de vida. Todavia, o que está posto é uma desigualdade a determinados grupos sociais, orientada pela relação de opressão que as sociedades estão organizadas, entre exploração e opressão (Mészáros, 2005; Miguel, 2012).

Tomando como referência a pesquisa do IBGE (2022), as pessoas pretas e pardas se concentram entre os profissionais que estão na base da pirâmide de rendimentos, enquanto que pessoas brancas são maioria entre os cargos com maior retorno salarial. Situação similar se nota entre as mulheres pois, apesar de serem maioria nos espaços de ensino, elas possuem baixa participação no mercado de trabalho (IBGE, 2024).

À vista disso, ainda que a educação seja um importante veículo de mobilidade ascendente para a população, existem certas parcelas populacionais que têm maiores custos para alcançar novos horizontes, como as mulheres negras com mais de 25 anos, que somam a maior parcela sem ensino superior completo do Distrito Federal (26,9%), enquanto que os homens negros atingem 28% entre os concluintes, já entre os não negros, as mulheres marcam 42,8% entre as concluintes e os homens possuem o maior percentual de formados com 46,4% (IPE-DF, 2021).

Depreende-se por meio dos dados citados anteriormente que a educação é instrumento vital para manutenção da vida das pessoas, sobretudo em sociedades capitalistas, cujo valor de troca e as dinâmicas imbricadas ao trabalho são potenciais definidores da forma de condução e estilo de vida (Harvey, 2004). Todavia, no caso, as desigualdades se sobressaem neste ponto, especialmente quando vemos a interseção de diferentes pontos de análise, convergindo eixos diversos de opressão, como os acima apresentados, que articulam raça e/ou gênero, na variável educacional.

No que tange a história brasileira, a construção racial da sociedade está firmada em um jogo de relações que se arrasta em uma constante busca por mistificar o racismo e seus desdobramentos, cuja intencionalidade resulta em uma compreensão racial deturpada por um discurso em que a igualdade entre todas as pessoas estava assegurada devido o processo de miscigenação brasileiro.

Nesse jogo de construções simbólicas sobre o ser negro no Brasil e seu lugar social e político, Nascimento (2016) diz que as materializações das relações também são marcadas por dinâmicas de poder que, sobre a pessoa negra, passa a ser compreendida como sinônimo de subalternidade, apesar desse mesmo grupo racial ter sido impensável para o desenvolvimento, tanto da economia como da cultura brasileira. Isto posto, concorda-se que “a

democracia racial surgiu então como um projeto novo de nação, capaz de superar o pessimismo lançado pelo determinismo racial e, ao mesmo tempo, permitir, exatamente por meio da miscigenação, a sobrevivência do ideal de branqueamento e a manutenção de hierarquias raciais” (Feres Júnior; Campos, 2016, p. 261).

Apesar da influência profícua da cultura africana no contexto brasileiro, impulsionada desde o processo de colonização, nota-se que também se organizam formas de perseguição às formas de ser e estar no país, especialmente aos meios que ligam as pessoas ao continente africano em alguma medida, desumanizando suas presenças e ideias junto ao contexto sociopolítico do país. O custo de tudo isso é vivenciado até o presente com a tentativa constante de apagamento ou subalternização das influências negras e africanas<sup>1</sup>, resultante de um processo colonial violento, cuja relação de domínio e opressão sobre pessoas negras se mostra atual, seja através do racismo como do epistemicídio de seus saberes e culturas.

Neste capítulo, busca-se centralizar a raça ao debate político, de modo que se oportunize uma construção contundente sobre como os dispositivos de poder contribuem, ora para a manutenção de uma opressão racial, mantendo aspectos desiguais, ora para a superação destes padrões, reafirmando as possibilidades que a análise racial pode vir a ter na construção das teorias políticas.

## **2.1 O contrato racial: aproximações teóricas para o contexto brasileiro**

A compreensão da diáspora africana como resultado de um processo de expropriação e exploração leva ao reconhecimento da fundação da modernidade para além do advento do capitalismo mas, para o reconhecimento do colonialismo como motor de uma instituição, confirmando que “a supremacia branca é o sistema político não nomeado que fez do mundo moderno o que ele é hoje” (Mills, 2023, p. 19). Charles W. Mills aponta que a construção de superioridade europeia, apesar de suas distinções intracontinentais, fomentou um avanço de ideologias de dominação sobre pessoas racializadas, moldando suas identidades e o caráter sociopolítico que a raça passa a ter perante as sociedades.

Sendo assim, a emergência do contrato racial enquanto uma forma de explicar esse processo é, inclusive, de dar centralidade à raça enquanto uma forma de lhe reconhecer na

---

<sup>1</sup> De acordo com pesquisa realizada pela startup JusBrasil, um terço dos processos sobre racismo em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF) estão ligados à intolerância com religiões de matriz africana. A pesquisa ainda aponta outros tribunais que possuem números expressivos ligados à temática, demonstrando o impacto que a questão racial possui sobre a influência afro-diaspórica no Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-01/intolerancia-religiosa-representa-um-terco-dos-processos-de-racismo>. Acesso em: 08 fev. 2024.

construção da teoria política, superando a ideia de contrato social fortemente difundida, isto pois

enquanto o contrato ideal explica como uma sociedade justa seria formada, governada por um governo moral e regulada por um código moral defensável, esse contrato não ideal/naturalizado explica como uma sociedade injusta, exploradora, governada por um governo opressivo e regulada por um código imoral vem a existir (Mills, 2023, p. 38).

O que seria a ideia de contrato racial, em suma, é a explicação dos acordos que levaram a organização das formas de conduta e do próprio funcionamento do Estado perante determinados grupos sociais. Em certo sentido, enxergar a sociedade firmada por esse modelo contratual é revelar as dinâmicas que tensionam o tipo ideal de contratualismo social, trazendo a raça para o debate como forma de legitimar as formas de opressão e desigualdades que recaem sobre as pessoas racializadas a partir do processo de colonização que, sobretudo, o mundo moderno vivenciou.

O estabelecimento de um Estado colonial branco funda um regime político racializado, em que os demais grupos étnico-raciais são subordinados e inseridos com ressalvas nesse suposto Estado, ou seja, “o contrato racial estabelece um regime político racial, um Estado racial e um sistema jurídico racial nos quais o status de brancos e não brancos está claramente demarcado, seja por lei ou por costume” (Mills, 2023, p. 46). Tal filosofia de Estado serve como preservação da supremacia branca, cuja neutralidade é fetichizada por um avanço dos termos do contrato racial, em que determinados grupos sociais, no caso racializados, são levados ao movimento de negação de sua personalidade, colocados como subpessoas/subcidadãs.

Nesta toada, a ideia do dispositivo de racialidade, cunhado por Carneiro (2023), soma-se para entender que a raça passa a ser um mecanismo que organiza as relações a partir da tradição foucaultiana acerca do dispositivo, todavia ela o compreende por um viés racial, apontando que as práticas discursivas e institucionais, por exemplo, organizam-se por meio de relações raciais no Brasil, de modo que o racismo se apresenta como uma manifestação deste dispositivo, cujas

interdições - presentes tanto na produção discursiva quanto nas práticas sociais - promovem a inscrição de indivíduos e grupos no âmbito da anormalidade, na esfera do não ser, da natureza e da desrazão, contribuindo para a formação de um imaginário social que naturaliza a subalternização dos negros e a superioridade dos brancos (Carneiro, 2023, p. 13).

Por conseguinte, ao passo que o dispositivo de racialidade se molda e se aperfeiçoa como mecanismo de organização social, ele também produz uma hierarquização de poder, de modo que certos corpos se apresentam como descartáveis em contraposição com outros perfis

humanos. Nesse movimento, a sociedade internaliza um biopoder, em que os brancos têm a chancela de perspectiva de vida e humanidade, enquanto que os negros, muitas vezes, têm tais parâmetros sendo questionadas.

A ideia de dispositivo advém como mecanismo de poder, em um sentido de instituir subjetivamente uma prática de dominação que ressoa nas práticas sociais, seja pelo discurso como pelas instituições (Carneiro, 2023), fomentando uma ideia que se aproxima do que Mills (2023) vem desenvolvendo acerca do sistema político racializado. Assim, a raça é entendida como sinônimo de conceito social e político, em que uma ordem se reproduz a partir do jogo de poder essencialmente postulado por essa sociedade moderna-colonial.

Na visão de Carneiro (2023) e Mills (2023), o racismo caminha como essa criação que normatiza e normaliza condutas, em que o modelo de ordem racializada se manifesta nas formas de relação social e/ou política, por meio de uma branquitude que se integra na manutenção desigual das relações de poder. A escravidão moderna é o ponto-chave para efetivação deste domínio racial e fundação de um sistema político tão fortificado, tendo em vista que as nações que impulsionam esse movimento escravagista são europeias, e majoritariamente brancas, sobre povos africanos e americanos, a partir do século XVI.

De lá pra cá, “a teoria moral e política europeia, como o pensamento europeu em geral, desenvolveu-se no âmbito do contrato racial e, em geral, tornou-o como válido” (Mills, 2023, p. 62), seja postulando e decidindo em nome de outros povos, como invalidando seus saberes e culturas, ou mesmo exterminando populações inteiras em nome de um suposto ideal superior aos demais.

O que certamente o colonialismo faz é uma operação de sucesso da opressão e dominação, impactando no processo econômico, efetivando um domínio global da Europa sob o trabalho invisibilizado de pessoas racializadas que se encontram em um lugar de subordinação (Carneiro, 2023). Logo, o desenvolvimento capitalista é marcado por uma exploração racializada como forma de garantir o sucesso desse modo de produção, bem como na elaboração de um pensamento social que coaduna princípios sociais e raciais (Robinson, 2023).

Ainda hoje os reflexos desse movimento se materializam, tendo em vista que há nações que servem para produção, enquanto outras se responsabilizam com os lucros, confirmando que a “distribuição global de riqueza e pobreza codificada por cores tem sido produzida pelo contrato racial” (Mills, 2023, p. 74). Sendo assim, tal noção contratualista se torna necessária e válida, pois ela questiona sobre que princípios o Estado e a sociedade se assentam, ou seja, sobre quais opressões eles repousam.

Isto dialoga com um artigo de opinião publicado no Jornal da Universidade de São Paulo (USP), em que a professora da Faculdade de Direito, Eunice Prudente, afirma ser a escravização, um fenômeno promotor de um olhar desatento sobre a desigualdade racial, pois as pessoas negras no século XIX eram a maioria da população do país, mas se mantinham à margem da sociedade. Um exemplo citado pela professora é a ausência de participação política que até o momento atual se mantém sub-representada institucionalmente (Prudente, 2020).

Vale lembrar que, de acordo com a OXFAM (2020), para cada mulher negra que se candidata há onze candidatos brancos, seis candidatos negros e duas candidatas brancas se candidatando simultaneamente, evidenciando a desigualdade de raça e gênero na política brasileira<sup>2</sup>. O tempo segue e a efervescência sobre a realidade racial no Brasil ganha tom, mas somente acesso a recursos ou espaços não resolve os problemas, tendo em vista que sua gênese é continuamente chancelada por seus signatários, fato que os dados ainda hoje comprovam, seja pela dificuldade de ascensão do povo negro como pela própria manutenção de suas vidas.

Tomar consciência que a esfera pública pode ser a alternativa para construir uma nova forma de pensar os efeitos de uma causa sobre diversas pessoas é o que West (2021) traz em seu clássico, *Questão de Raça*. Tal noção reforça que a opressão proporciona consequências que vão além da política ou da economia, mas impactam na cultura e na educação, ou seja, “a identidade negra madura resulta do reconhecimento das reações específicas dos negros aos abusos hegemônicos dos brancos e de uma avaliação moral dessas reações” (West, 2021, p. 62).

Assim, a normatização dos espaços e dos corpos recai sobre a estética e sobre as condutas, de modo que haja uma atualização do processo de dominação colonial, criando uma virtualidade do contrato racial, não somente materializado nas ações e nas leis do Estado, mas no imaginário social, como Mills diz:

as únicas pessoas que podem achar psicologicamente possível negar a centralidade da raça são aquelas que são racialmente privilegiadas, para quem a raça é invisível justo porque o mundo está estruturado em torno delas, a branquitude como o terreno contra o qual as figuras de outras raças - aqueles que ao contrário de nós, são racializados - aparecem (Mills, 2023, p. 120).

Numa dinâmica como essa, o poder de criticidade converge ao fazer político, de modo que as ações e experiências sociais perpassam, objetiva ou subjetivamente, pelo dispositivo racial de Carneiro (2023), inclusive na promoção de reparação às desigualdades. Nesse movimento de manutenção da forma de sociedade racializada, os espaços passam a ser inseridos nessa lógica, orientando uma “barreira de cor”, cuja demarcação dos lugares informa o contrato

---

<sup>2</sup> A desigualdade racial existe no contexto brasileiro. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-racial-e-de-genero/raca-e-genero/desigualdade-de-raca-e-genero-na-politica-brasileira/>. Acesso em: 08 fev. 2024.

racial que os cria, o que pode ser entendido nas *Leis de Jim Crow*, com a segregação estadunidense entre os bairros para negros e para brancos, ou também através do racismo ambiental, fortemente difundido nos últimos anos<sup>3</sup>.

Assim como os investimentos destinados a certos lugares possuem influências deste jogo racializado, o ser e estar nos espaços é marcado por essa perspectiva, cujo acesso e permanência em determinados lugares pode ser influenciado por essa suposta “barreira de cor”. O que se enxerga é uma construção das sociedades em que quem vem antes ou é desconhecido para os brancos e, no caso da colonização, para os europeus, é colocado numa posição inferior, desumanizada que, para Cida Bento, pode ser sintetizado da seguinte forma:

os europeus, os brancos, foram criando uma identidade comum que usou os africanos, os negros, como principal contraste. A natureza desigual dessa relação permitiu que os brancos estipulassem e disseminassem o significado de si próprios e do outro através de projeções, exclusões, negações e atos de repressão (Bento, 2022, p. 28-29).

Consequentemente, enxergar as dinâmicas raciais e, tão logo suas superações, exige um questionamento sobre a realidade e sobre o jogo político, em uma tentativa de entender a estrutura e seu funcionamento social, repensando aquilo que se apresenta como naturalmente compreensível, mas que possivelmente necessita de reconceitualização, em um exercício de questionamento da branquitude e da supremacia branca como forma de tensionar as relações de poder (West, 2021).

Essa tentativa de trazer para o debate da produção do conhecimento e, por essa razão, de uma nova sociedade, muitas vezes custa um preço alto pois, nomear uma realidade marcada por privilégios objetivos e subjetivos para uma parcela da sociedade secularmente beneficiada, faz com que a exclusão ou a marginalização desses pensamentos sejam incentivados como forma de manutenção da ordem vigente, em um exercício prático da branquitude, difundido por Sueli Carneiro (2023) como epistemicídio.

Em complemento, os estudos sobre branquitude são importantes para compreender, realmente, o privilégio branco e o lugar dessas pessoas nas relações raciais, enquanto “um lugar de privilégio, de poder, construído historicamente” (Bento, 2022, p. 58), ou seja, é por meio dela que as relações de dominação racial se efetivam, com um viés subjetivo (cultural), mas também objetivo (prático, cotidiano). Isso permite compreender que, em sociedades marcadas pela colonização europeia, o contrato racial e a presença da branquitude, enquanto manifestação

---

<sup>3</sup> Em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), negros e pardos estão entre os mais afetados pela carência de saneamento no país. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/opiniao/artigos/populacao-negra-e-mais-atingida-pela-falta-de-saneamento-basico-1.2347147>. Acesso em: 08 fev. 2024.

de hegemonia, levam ao reconhecimento de um pacto com prerrogativas às pessoas brancas para manutenção de seus privilégios.

Mediante Bento (2022), nota-se que houve três ondas ligadas aos estudos sobre branquitude: a primeira ocorreu entre o século XIX e a primeira metade do século XX, em que o questionamento da supremacia branca estadunidense é o centro das análises, com destaque para as obras de Du Bois; já na segunda onda, os estudos se dedicavam a compreender as consequências da branquitude no acesso aos bens e serviços, buscando identificar esses privilégios, muitas vezes, silenciados; por fim, a terceira onda se dedica a compreender a atualidade, com um olhar sobre a reação branca frente ao acesso de pessoas negras em lugares historicamente marcados pela supressão de pretos e pardos.

Através dos estudos sobre relações étnico-raciais foi possível colocar no jogo epistemológico muitas questões antes escamoteadas. Pode-se destacar ainda o movimento negro e sua gama de estudiosas(os), que buscaram centralizar a raça no debate acadêmico, bem como promover um olhar interseccional, integrando gênero e raça às discussões sociais. A própria construção do contrato racial, proposta por Charles W. Mills (2023), do dispositivo de racialidade, por Sueli Carneiro (2023), e do pacto narcísico da branquitude, de Cida Bento (2022), refletem isso. Logo, trazer para o debate a manutenção das desigualdades raciais é uma forma de reconhecer a necessidade de ações políticas capazes de minimizar efeitos díspares que atingem sobretudo a população negra.

## **2.2 A realidade negra no contexto político brasileiro: um olhar para a educação superior**

Quando o referencial é a realidade brasileira torna iminente que se reconheça, para além do caráter classista, a dimensão sexista e colonial que atinge os meandros dos espaços e das relações que os sujeitos protagonizam pois, tomando como dianteira o pensamento de Mills (2023), enxerga-se uma emergência de uma supremacia branca capaz de organizar a sociedade e, por consequência, o Estado em torno de uma forma de contratualismo social racializado. No caso da educação, idem, visto que

a conquista do direito à educação, nestes países, além de mais lenta, conviveu e convive ainda com imensas desigualdades sociais. Neles, a desigualdade se soma à herança de preconceitos e de discriminações étnicas e de gênero incompatíveis com os direitos civis (Cury, 2002, p. 256-257).

Neste sentido, o debate em torno da educação é essencialmente político, pois ele perpassa pela manutenção de dispositivos de poder que, em alguma medida, são capazes de

gerir meios de opressão e/ou possibilidades de vida (Carneiro, 2023). A diáspora de pessoas africanas, especialmente escravizadas, produziu uma nova forma de compreender os sistemas políticos, cuja estrutura de opressão é marcada pela raça, enquanto os brancos possuem formas de manutenção e exercício do poder, os negros são relegados a ausência ou minimização deste (Mills, 2023).

A situação da educação para população negra é um destes pontos que merece destaque, visto que a militância por melhores condições de ensino e por inserir os negros e negras brasileiros nos espaços educacionais, tanto enquanto estudantes, mas também como docentes e partícipes do processo de construção do conhecimento, é resultante de um engajamento que vem desde a década de 1930 com a Frente Negra Brasileira (FNB), passando pelo Teatro Experimental do Negro (TEN) durante a década de 1940 e culminando, anos depois, na criação do Movimento Negro Unificado (MNU) no fim da década de 1970.

Ainda assim, apesar de avanços, como a aprovação da lei de cotas (Brasil, 2012; 2023) e a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira (Brasil, 2003), a desigualdade ainda persiste se comparado com a população branca. Isto indica que o espaço educativo, ao mesmo tempo que permite a construção de novas possibilidades, é também nele que os dispositivos de opressão se atualizam, promovendo um ataque constante às suas existências e potencialidades, no sentido de hierarquizar e descredibilizar presenças e conhecimentos (Carneiro, 2023). Logona emergência da realidade de pessoas negras orienta a pesquisa na busca pelo desvelamento racista-colonial sobre o corpo negro, especialmente na trajetória discente na Universidade.

Como traz Cida Bento (2022) sobre o pacto da branquitude e de que modo as instituições o utilizam para manutenção de privilégios e das desigualdades raciais, o não-reconhecimento de determinados corpos e subjetividades repercute em uma deslegitimação de existências com a chancela do Estado, reafirmando a desigualdade que solapa diuturnamente as pessoas negras, além de ser resultante de um processo (in)visível a todas as pessoas, sintetizado nas ideias de contrato racial e dispositivo de racialidade, e aproximando do que Berenice Bento (2014) chama de subcidadanização de determinadas pessoas, culminando em uma cidadania precária, que seria “uma dupla negação: nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas. Essa dupla negação está historicamente assentada nos corpos das mulheres, dos/as negros/as, das lésbicas, dos gays e das pessoas trans (Bento, 2014, p. 167)”.

Ou seja, para além do reconhecimento das desigualdades, o jogo político está imbricado nesta dinâmica, de modo que a construção de políticas públicas e o reconhecimento

de demandas para certas parcelas da sociedade enquanto relevantes e prioritárias, muitas vezes, carecem de uma efervescência para, enfim, mobilizar seu espaço na esfera pública. Se tomarmos como horizonte o percurso das políticas de viés afirmativo, percebe-se que seu histórico na realidade brasileira está ligado a proposta de Abdias Nascimento, ainda na década de 1980, ou pode-se voltar a famosa Lei do Boi, de 1968, que apesar de ter o intuito exclusivo aos filhos de fazendeiros, buscava uma proposição afim às ações afirmativas (Nascimento, 2013; Brasil, 1968).

Por meio das políticas afirmativas, que visam a construção de medidas para a superação das realidades desiguais, cuja promoção da condição sócio-histórica da população minorizada em questão começa a ganhar contornos efetivos, contribui para o tensionamento da realidade racial desigual. Do mesmo modo que, inicialmente, na Índia, as ações afirmativas emergiram como uma forma de construir uma medida de direcionar políticas educativas para os *dalits*, uma casta tratada de modo inferior em relação às demais, o caso brasileiro, projetou as cotas sociais e raciais como uma medida de mitigar as desigualdades por meio do acesso à educação superior.

O cenário inicial das ações afirmativas no Brasil tem destaque na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), três instituições estaduais que aprovaram a institucionalização das cotas raciais em 2002 e efetivaram sua aplicação no ano seguinte. Já no plano federal, a primeira universidade a aderir às cotas raciais é a Universidade de Brasília (UnB), em 2004. Através deste movimento que outras Instituições de Ensino Superior (IES) estaduais e federais começam a aderir ao sistema de cotas, evidenciando a preocupação com a desigualdade racial mas, ao mesmo tempo, sendo implementada de maneiras distintas.

Ao mesmo tempo que havia uma multiplicidade de experiências afirmativas no ensino superior público brasileiro, havia também reacionários questionando a validade e as consequências deste acesso, como o caso emblemático ocorrido na UnB, em 2007<sup>4</sup>. Decerto, as disputas de narrativa e, por consequência, de reconhecimento podem ser avistadas pela teoria de movimentos sociais que Ruibal (2014) utiliza, em que reações se apresentam como uma ação coletiva em resposta à realidade e/ou mudança social, enquanto uma dinâmica de conflitos por uma oportunidade política.

---

<sup>4</sup> Houve, em 2007, um caso excepcional que evocou uma discussão sobre a legalidade das cotas raciais a partir de um feito na UnB, que rejeitou um gêmeo e aceitou outro na heteroidentificação. Após a repercussão, a Universidade recuou e ambos os irmãos puderam participar do vestibular. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0806200718.htm?fbclid=IwAR0XuJ0tq24ey1colU0HIW3gSxGbe4SBWppM6g\\_a\\_0thhLijUurrkLD1dBQ](https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0806200718.htm?fbclid=IwAR0XuJ0tq24ey1colU0HIW3gSxGbe4SBWppM6g_a_0thhLijUurrkLD1dBQ). Acesso em: 19 set. 2024.

Dentro dessa relação conflitiva, o agenciamento político conservador, protagonizado pelo partido político Democratas (DEM), na tentativa de desmobilizar a política em si, provocou o contrário, isto é, a discussão da implementação da política de cotas em torno da sua constitucionalidade, levando ao Supremo Tribunal Federal (STF) tal questionamento, em 2008, avançou as tratativas para ampliação da ação afirmativa universitária. Com o debate jurídico, nota-se que a discussão ganha contornos que a esfera pública começa a se preocupar, destacando a existência de dois manifestos: um contrário com argumentos ligados à uma nova hierarquização entre pessoas, enquanto que os argumentos favoráveis às cotas se destinavam ao combate das desigualdades historicamente dedicadas ao povo negro<sup>5</sup>.

O reconhecimento legal e constitucional das cotas eleva sua qualidade, tornando-a lei federal, obrigando as instituições federais públicas de ensino empregar tal modelo de ação afirmativa, não mais com foco exclusivamente racial, mas incorporando também a perspectiva social. Assim, o que Gomes e Silva (2003) diziam que os cursos de maior prestígio e concorrência estavam restritos às pessoas ricas (majoritariamente brancas), começa a ser desestabilizado em todo o país, buscando a democratização do ensino superior.

Em 2016, no Brasil, 50 universidades federais possuíam medidas com cotas e ações afirmativas em curso, assim como 35 institutos federais e 35 universidades estaduais (Carvalho, 2016). Com o avançar do tempo, em 2019, há a divulgação da pesquisa realizada pelo IBGE que aponta uma virada no número discente nas instituições públicas, avançando pessoas negras no espaço de produção do conhecimento (IBGE, 2019).

A elevação da dimensão racial no cotidiano social e político evidencia a importância que a ação coletiva possui, sobretudo por meio das ações afirmativas como política de transformação da realidade. Portanto, a luta por reconhecimento e reparação fez com que demandas, vivências e sujeitos negros e pobres, por exemplo, também fossem reconhecidos como detentores de direitos e partícipes da sociedade em si.

---

<sup>5</sup> Os manifestos produzidos coletivamente, tanto favoráveis como contrários às cotas raciais, podem ser acessados, respectivamente, através dos links. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/confira-a-integra-do-manifesto-a-favor-das-cotas/>; <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/a-integra-do-manifesto-contra-as-cotas-raciais/>.

### **3. AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL: TENSIONAR A REALIDADE E CONSTRUIR UMA OUTRA POSSIBILIDADE**

Nesse caminho por inclusão e reparação de pessoas negras que as cotas ganham protagonismo. Vale destacar que a ação afirmativa é um termo estadunidense que, a partir dos anos 1960, reforça a denúncia do lugar e da realidade de pessoas negras em uma sociedade marcada pela forte e violenta segregação racial. Sendo assim, para além da raça, outros critérios se somam a fim de ponderação para o ingresso de afro-estadunidenses em determinadas instituições. Outros países, como Índia e África do Sul implementaram políticas públicas de caráter afirmativo, tendo em vista a exclusão estrutural em relação a determinados grupos sociais (Carvalho, 2016).

No caso brasileiro, as ações afirmativas são reconhecidas como formas de impulsionar uma democratização de acesso em determinados espaços e instituições, cuja desigualdade intensifica os processos de exclusão de certas populações (Gomes, 2001). Ainda assim, o caminho de reconhecimento e legitimidade das ações afirmativas no Brasil foi turbulento, com tentativas similares de implementação desde a década de 1980 por meio de Abdias Nascimento (2016).

Neste capítulo, o intuito está na explanação sobre a importância das cotas enquanto uma política pública, elevando o reconhecimento das desigualdades à efetividade de suas mitigações. Sendo assim, através de uma revisão de literatura e da análise de casos emblemáticos ligados às ações afirmativas, nota-se uma resistência de implementação e do reconhecimento deste tipo de política, além de revelar o racismo e as consequências do colonialismo e da escravização na construção social, espacial e política do país.

#### **3.1 Um panorama de disputas políticas, conflitos e resultados**

O reordenamento do pensamento social brasileiro ganha força com o surgimento de personalidades negras que buscavam centralizar a raça nos debates, como Nilma Lino Gomes (2017) afirma, a insurgência do movimento negro foi catártica para pôr a realidade da população negra na mesa do jogo político do país. A partir do período de redemocratização brasileira, as pautas negras ganham maior presença, sobretudo a partir da metade da década de 1990, com o reconhecimento de desigualdades raciais pelo governo federal (Feres Júnior; Campos, 2016).

Ainda que a estrutura hegemônica desafie as formas insurgentes, a necessidade de uma construção de reações ao que se apresenta como regra evidencia que as disputas de poder mobilizam a ação dos agentes e dos grupos políticos a fim de pautar e efetivar um novo

horizonte, inclusive questionando mecanismos institucionais que operam pela regulação de determinados corpos e existências (Corrales, 2017). Sendo assim, a partir da década de 1990, a organização dos movimentos sociais ligados à causa negra demonstrou importância para efetivar conquistas, transformando demandas em políticas.

Para isso, o destaque são as ações afirmativas, usadas popularmente através das cotas e, em alguns casos, por bônus de pontuação, conceituadas pelos juristas Joaquim Barbosa e Fernanda Duarte enquanto

políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física [...] visam combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fato, de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade (Gomes; Silva, 2003, p. 90).

Compreende-se então que o reconhecimento das desigualdades permeia a efetivação deste tipo de política que, no caso das cotas raciais, envolve a nomeação do racismo estrutural e de suas consequências. Sendo assim, é fundamental o exercício do que Gomes (2017) chama de politização da raça, como alternativa de combate ao mito da democracia racial, inclusive enunciando a precária situação educacional do povo negro e do apagamento de epistemologias e referências negras.

O questionamento à ordem estabelecida ou ao discurso unívoco podem mobilizar novas perspectivas sociais, movimentando novas ações e materializações. Além do reconhecimento do Brasil enquanto um país racista em 1995, pelo então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, houve a efervescência de dados por meio de pesquisas e de eventos que foram importantes para incentivar a adesão de diferentes instituições, inicialmente de modo voluntário, na implementação de reserva de vagas e/ou vestibulares específicos para determinados grupos sociais.

Alguns marcos importantes são: em 2001, a 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Durban (África do Sul); em 2003, as criações da Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), além da promulgação da Lei n. 10.639/03, pautando questões raciais na agenda educacional do Estado brasileiro (Gomes, 2017).

Se tomar como horizonte a atuação de José Jorge Carvalho (2003) se vislumbra um empenho ao buscar compor dados sobre a realidade da população negra no ensino superior brasileiro, afirmando haver somente 12% de pessoas negras entre o perfil discente do país,

sendo 2% pretos e 10% pardos, além de apontar que entre o perfil docente essa discrepância se acentuava também, afirmando haver uma “proporção de quinhentos professores brancos e três negros em uma única faculdade” (Carvalho, 2003, p. 314). Desvelar tal realidade é imperativo para buscar sua transformação, tal princípio era algo urgente e iminente de ser realizado, na visão do professor emérito da UnB, lançando alternativas para solucionar tal sintoma racializado da sociedade, cuja estrutura de acesso às instituições públicas de ensino era algo restrito às pessoas brancas, reproduzindo o caráter racista da sociedade como um todo.

A concretização destes marcos caminham por uma luta de reconhecimento, buscando que demandas, vivências e sujeitos também sejam reconhecidos como detentores de direitos e partícipes da sociedade em si (Honneth, 2003). A necessidade do Estado agir afirmativamente em prol da redução de desigualdades e da promoção da justiça social no território brasileiro é legítima:

vê-se, portanto, que a Constituição Brasileira de 1988 não se limita a proibir a discriminação, afirmando a igualdade, mas permite, também, a utilização de medidas que efetivamente implementem a igualdade material [...] o princípio da igualdade resplandece sobre quase todos os outros acolhidos como pilstras do edifício normativo fundamental alicerçado (GOMES, SILVA, 2003, p. 103).

Nota-se que a prescrição constitucional começa a ser implementada com as primeiras medidas ligadas à questão racial, ainda que tardiamente, a partir da virada do século XXI, tendo em vista o histórico de políticas para população negra ter sido ínfimo anteriormente. A preocupação com a questão racial passa a ser mais efetiva, todavia a educação superior não é a etapa prioritária nos primeiros atos ligados à questão racial do governo de Luiz Inácio Lula da Silva pois, inicialmente, suas ações se concentram na educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio).

Os esforços para emprego das ações afirmativas, por exemplo, eram isolados e partiam das próprias instituições de ensino superior. No caso da Universidade de Brasília, em 2003, teve aprovação das cotas raciais e, já no ano seguinte, o ingresso dos primeiros discentes a partir da reserva de 20% das vagas do vestibular tradicional para pessoas negras.

Na visão de alguns docentes da instituição que estavam desde a implementação das referidas medidas afirmativas, houveram mudanças desde o princípio pois, como lembra José Jorge de Carvalho, professor do Departamento de Antropologia, em 2004 ingressaram 388 cotistas, fato que antes era raro em certas turmas de graduação. Todavia, também no mesmo ano, atos racistas se pulverizaram nos corredores da universidade, como relembra o professor Nelson Inocência, do Instituto de Artes, evidenciando as reações que tal medida trouxe ao ambiente acadêmico (Bezerra, 2023).

Destarte, a politização da raça permite desestabilizar e evocar novas interfaces que convergem para a leitura das desigualdades e de como a realidade reflete estruturas de opressão, “o que se reconhece e, ao mesmo tempo, se questiona é a influência de novas perspectivas sobre o mundo, o cotidiano e o Estado” (Biroli, 2018, p. 111). No caso das ações afirmativas, enquanto uma medida legal, teve um arrastar por anos, levando tal debate ao STF, culminando, em 2012, no reconhecimento constitucional das cotas raciais, seguido pela promulgação da Lei n. 12.711/12, pela então presidenta da república Dilma Rousseff.

Este feito é resultado de um tensionamento ao que Mills (2023) chama de contrato racial, de modo que um mecanismo interdito foi capaz de reestruturar as relações objetivas e subjetivas do ser negro, cuja estigmatização ou subalternidade passam a ser questionadas ao passo que espaços antes subrepresentados à população negra passam a ser colocados como possibilidades.

Nesse caminho, a tarefa de confrontar à hegemonia, reconhecendo e politizando a subalternidade, é algo árduo e, se buscarmos em Mills (2023) ele dirá que, na própria teoria política, a ausência de centralizar a raça nos debates é resultado deste contrato racial que, em sua visão, legitima dinâmicas de opressão e de desigualdade, e em suas atualizações.

Em Servilha (2019) é possível compreender que, a hierarquização do ser e dos lugares encaminha o estigma, visualizado como negativo e/ou inferior: certamente, a relação colonial segue este princípio, colocando o ser negro como algo subalterno, não obstante, pode-se pensar nas questões de gênero e sexualidade. De todo modo, este caminho de possibilidade transgressora é protagonizado por pessoas que, ainda que despretensiosamente, reconhecem a opressão e visam sua superação, em uma tentativa de fazer um novo possível. Sendo assim, a superação do estigma se efetiva na busca por questioná-lo, tensionando objetividade e subjetividade.

No pensamento de Ruibal (2014) há uma contribuição neste argumento pois, a teoria de movimentos sociais procura dar voz e vez a emergência de realidades de opressão e necessidades de transformação, em uma dinâmica de movimentos e contramovimentos, através de conflitos e de reações que se afluam no jogo político. Em certo sentido, Gomes (2017) dirá que o movimento negro brasileiro caminha dessa forma, politizando a raça e agenciando formas de denúncia da realidade da população preta e parda do país, bem como fomentando oportunidades políticas de transformação.

As ações afirmativas exemplificam o combate às desigualdades por meio de políticas públicas que tensionam, por exemplo, a questão racial. Assim, as cotas se inserem como “uma forma concreta de partilha de poder, benefícios e bens” (Carvalho, 2016, p. 15), ainda que seja

de cunho simbólico e/ou cultural, como as vagas nas universidades, delimitando uma parcela do quantitativo geral para o público em situação desigual ao conjunto da população. Como diz Cornel West:

a ação afirmativa não é o aspecto mais importante para o progresso dos negros norte-americanos, mas ela integra uma cadeia redistributiva que precisa ser fortalecida para que se possa confrontar e eliminar a pobreza dos negros. Se existissem medidas sociais democráticas redistributivas que eliminassem a pobreza entre os negros, e se a discriminação racial e sexual pudesse ser sobrepujada por meio da boa vontade e de critérios louváveis por parte dos que detêm o poder, a ação afirmativa seria desnecessária (West, 2021, p. 99).

Apesar de se concentrar sobre a realidade norte-americana, por meio do autor se percebe que a ação afirmativa não é uma política permanente, mas um meio necessário para reduzir as desigualdades, em uma tentativa de superar ou mitigar as discrepâncias sociais. Nota-se que as efetividades de políticas afirmativas caminham a partir do reconhecimento de desigualdades para que se promova um caminho de reordenamento social, político e cultural, que reafirme uma nova forma de representação da sociedade.

Endossando o viés subjetivo que perpassa a teoria da justiça, especialmente difundida pela Filosofia e Ciência Políticas, em que, apesar da proximidade ao liberalismo, o poder social do Estado pode ser fundamental como capacidade organizativa de uma sociedade (Batista, 2018). Por intermédio de John Rawls (2008), a ideia de justiça caminha por um ideal de equidade, cuja ação compensatória visa a reparação pontual de desigualdades, em que tal compensação perpassa por um olhar socioeconômico.

Feres Júnior e Campos (2013) se dedicam a compreender a ligação teórica entre John Rawls e as ações afirmativas de cunho étnico-racial, delineando em que perspectiva a justiça é pensada pelo filósofo político estadunidense. Os autores compreendem que há um alinhamento ao liberalismo igualitário, em que Rawls conjuga dois princípios basilares à teoria da justiça (a diferença e a igualdade de oportunidades), de modo que o caminho deve seguir por vias de reparação e/ou justiça social, desde que os resultados mantenham “as bases do liberalismo ao mesmo que justifique a operação de mecanismos promotores de maior igualdade” (Feres Júnior; Campos, 2013, p. 97).

De tal modo, para Rawls, a transformação da distribuição de oportunidades pode funcionar efetivamente no processo de reconstituição social de determinados grupos, cujo eixo social (econômico) vem a dar conta do processo. Assim, o ponto central do filósofo político foge de uma preocupação com desigualdades de outra ordem e/ou interseccionadas, apesar de sua visão ser útil para compreensão da ação afirmativa como meio necessário para efetivar

justiça social, seu foco está no plano socioeconômico para obtenção justa de equidade, e não pensando na raça e/ou etnia (Feres Júnior; Campos, 2013).

O que talvez sustente a presença de certas defesas às ações afirmativas étnico-raciais no epicentro político-ideológico liberal esteja em uma perspectiva alinhada ao Estado de Bem-Estar Social (Batista, 2018; Feres Júnior; Campos, 2013). Trata-se de reconhecer a existência da desigualdade como um mal necessário, tendo em vista que o modo de produção da sociedade fomenta a perpetuação das desigualdades, desde que o princípio social de equidade seja alimentado, promovendo medidas compensatórias e redistributivas para sanar determinados problemas.

Todavia, é insuficiente pensar em justiça somente a partir da equidade para atenuar questões de ordem social e/ou econômica, é preciso incorporar um olhar em torno do reconhecimento, isto pois há uma carga subjetiva antes mesmo de pensar no plano da economia, um olhar para os símbolos e para as representações que cercam os grupos e sujeitos sociais. Na leitura de Axel Honneth (2003),

quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e capacidades representadas por eles de modo coletivo, tanto mais existe para eles a possibilidade de elevar na sociedade o valor social (Honneth, 2003, p. 207).

Deste modo, carece de trazer Fraser (2001) para o debate, tendo em vista que a autora propõe um avanço no debate político, pois ela incorpora a necessidade de um olhar que concentra reconhecimento e redistribuição como formas de reparação das desigualdades sociais, promovendo um caminho participativo na esfera pública, indo além da concessão de instrumentos políticos para determinados grupos, mas incorporando tais grupos ao jogo da política.

Tão logo, as ações afirmativas comungam deste ideal, cujo reconhecimento e redistribuição permeiam seus objetivos, reparando desigualdades estruturais e fomentando um olhar transformador, ora econômico ora cultural, além de reafirmar o compromisso social do Estado com a realidade de seus cidadãos: “no Estado de bem-estar social reconhece-se que, sem um mínimo de garantias materiais, parcelas da população ficariam incapacitadas de gozar, em pé de igualdade com os demais, dos direitos formalmente estabelecidos em lei” (Batista, 2018, p. 52).

A nomeação das desigualdades e a tentativa de requalificar a realidade dos grupos sociais historicamente oprimidos seria uma tentativa de transformação da sociedade, não essencialmente multiculturalista mas, muito mais próxima de uma ideia de justiça (Feres Júnior;

Campos, 2016). Assim, as ações afirmativas emergem com essa essência: requalificando o lugar de pessoas pobres e racializadas no horizonte da produção do conhecimento e da elite intelectual do país.

Em vista disso, o princípio político nas ações afirmativas questiona o conceito apresentado por Bourdieu e Passeron (2014), de *habitus*, cujo contexto social permite acessos e oportunidades distintas e, no caso da realidade educacional brasileira, se faz presente, em especial, no ensino superior, cujo capital cultural permitiu durante anos aglutinar a presença da classe trabalhadora e da população negra nas universidades, especialmente públicas. Os juristas Joaquim Barbosa e Fernanda Duarte dizem que

a chave para se entender por que existem tão poucos negros nas universidades públicas brasileiras, e quase nenhum nos cursos de maior prestígio e demanda: os recursos públicos são canalizados preponderantemente para as classes mais afluentes, restando aos pobres (que são majoritariamente negros) “as migalhas” do sistema” (Gomes; Silva, 2003, p. 100).

O que se percebe é um paralelo entre a meritocracia e suas consequências no plano educacional, evidenciando que as consequências inerentes ao esforço individual sobre determinado assunto e/ou objetivo, muitas vezes, não é suficiente ante às relações sociais brasileiras, marcadas por uma complexa desigualdade que ultrapassa recortes de classe, interferindo sobre questões de raça e gênero, por exemplo.

A seção seguinte se dedica a ideologia do mérito, tendo em vista que, frequentemente, desconsidera-se o caráter coletivo e/ou social que atravessa as dinâmicas sociopolíticas diárias que atingem distintamente as pessoas.

### **3.2 Desmistificando a meritocracia: se tem esforço, tem recompensa?**

Um dos debates que, volta e meia, aparece nas discussões sobre as ações afirmativas está ligada à ideia do mérito e do provável questionamento à sua efetividade. Pois bem, apesar de ser fortemente presente no cotidiano, induzindo um discurso de que o resultado deriva dos esforços empregados e da crença de que o sucesso está associado ao empenho e talento, vislumbrando a ideia de autossuficiência como um engajamento individual.

Michael Sandel (2023) reconhece que essa idealização meritocrática fomenta uma leitura equivocada da realidade, tendo em vista que o cotidiano não sustenta uma possibilidade de concorrência equânime entre as pessoas em vistas de um objetivo, seja ele educacional e/ou trabalhista. Assim, a meritocracia caminha como uma ideologia tirânica, tendo em vista que, com o avanço da sociedade neoliberal, fomenta-se um senso de recompensa sobre os meios

empregados para alcançar determinadas metas, em um sentido ascendente, reafirmando o caráter vanglorioso do mérito individual.

Todavia, em uma sociedade de mercado, a ética meritocrática amplifica ainda mais as desigualdades. Posto isto, tal ideia desconsidera a necessidade de igualdade de oportunidades, e se tratando de uma sociedade capitalista, torna o sentido individualista ainda mais complexo, comprometendo inclusive os vínculos com as pessoas e o reconhecimento de virtudes e talentos.

Tal ideia não nasce com as últimas décadas de avanço neoliberal, Sandel (2023) propõe que há uma construção histórica em torno do mérito como satisfação do esforço individual. Retomando em outros momentos, há a publicação de *The Rise of the Meritocracy*, em 1958, por Michael Young que, através de uma sátira, promove uma reflexão sobre o impacto que a igualdade de oportunidades poderia ter na ascensão de pessoas por seu mérito.

Indo além, o filósofo político retoma ao caráter religioso, especialmente cristão, que a meritocracia possui, endossando o sentido de merecimento, cuja conquista de coisas boas ou ruins é responsabilidade pessoal, com aproximações entre o cristianismo e o liberalismo, expondo o “orgulho dos esforços de uma pessoa” (Sandel, 2023, p. 56). No que concerne ao protestantismo isto se revela de modo ainda mais direto, Michael Sandel retoma ao clássico de Max Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, reconhecendo o alinhamento do trabalho, vocação e merecimento, de modo que o anseio pela conquista leva a corrida do mérito, em que quem ganha, ou quem conquista, é sinônimo de merecedor.

A concepção impregnada especialmente pela cultura estadunidense gera, na perspectiva de Sandel, um esforço enérgico para conquista, que exclui o sentido de gratidão pelas trocas que fomentaram o resultado, ou de reconhecimento das desigualdades que acometem as circunstâncias, tão logo, incute-se que somente o empreendimento individual e a virtude logram a prosperidade, cujas escolhas individuais são causas do sucesso ou do fracasso.

Tal juízo secularmente vinculado se apresenta como sentido retórico, introjetado de maneira sutil, mas efetivo, não à toa que nos Estados Unidos da América essa ideia do mérito é fortemente presente, como no que concerne a mobilidade social, em que 77% dos estadunidenses creem que o trabalho árduo as leva a serem bem-sucedidas, enquanto que, em países como França e Japão, essa afirmação tem um resultado proporcionalmente invertido (Sandel, 2023).

Essa corrida pela ascensão por uma via do esforço individual em prol da recompensa fomenta um sentido desesperador e frustrante, ou seja, “enxergar o mundo através das lentes de nossos ideais e nossas expectativas deixa evidente como a promessa meritocrática pode ser desmoralizante, até mesmo humilhante, para a classe trabalhadora” (Sandel, 2023, p. 111). No

caso, o não reconhecimento das desigualdades fomenta ainda mais o ideal neoliberal, agonizando a situação das pessoas que perpassam por mais atravessamentos de opressão, culpabilizando suas escolhas e seu potencial fracasso, mas negando a estrutura desigual que a sociedade se organiza. Sobre isso, Sandel (2023) expõe sobre as fraudes de admissões nos cursos de ensino superior nas maiores universidades dos Estados Unidos, para isso ele utiliza a metáfora das três portas: a porta da frente, a porta lateral e a porta dos fundos.

Para o filósofo político, o entrar pela frente é o ingresso pelo mérito, pelo esforço individual, já o acesso pela porta dos fundos ou pela lateral envolve a superação do dinheiro pelo mérito, de modo que nem sempre o maior esforço depreendido resultará em uma conquista justa, tendo em vista que, na forma de sociedade que estamos inseridos, o dinheiro paira sobre as três portas de admissão, retomando o conceito de *habitus*, de Bourdieu e Passeron (2014). Sendo assim, “não é surpreendente que mais de dois terços dos estudantes em faculdades da Ivy League venham dos 20% no topo da escala de renda. Em Princeton e em Yale, há mais estudantes no 1% do topo do que entre os 60% da base do país” (Sandel, 2023, p. 19).

Deste modo, a meritocracia serve como uma ferramenta de desculpa intencional para manter desigualdades que vão além do resultado de um mero esforço individual que, por intermédio de Bento (2022), esconde uma herança racial produzida historicamente, em que pessoas negras se encontram em situação de desigualdade, marcadas pela subcidadania, pela violência e pela exploração, sendo ainda defrontadas com a culpabilização da falta de mérito para efetivar a suposta mobilidade social.

Nesse momento a importância das ações afirmativas se sobressaem, pois, tal forma de política pública busca o que Fraser (2001) propõe, pensar numa resposta política que coaduna reconhecimento, representação e redistribuição, fomentando um olhar integrado para acesso, permanência e transformação de espaços e de proposições políticas.

### **3.3 Um olhar para as ações afirmativas no espectro das políticas públicas**

Tomando como horizonte o campo de análise das políticas públicas, enquanto campo de estudos desde a década de 1950, entende-se que o objetivo delas, desde seu nascimento, está na implementação de decisões políticas, cujas diversas contribuições teóricas, convergem para colocar a ação governamental como meio promotor de materializar as políticas públicas.

Todavia, para que sejam materializadas, é preciso que as políticas públicas sejam compreendidas como uma produção que perpassa por diferentes atores sociais, em que disputas são realizadas em prol da demonstração do problema, do seu agenciamento como algo a ser reparado e das formas de recomposição. Nesse sentido, retomando Robert Dahl (1961), nem só

o governo postula as políticas públicas, tendo em vista que outros contornos e agentes podem influenciar isso.

Retomando às ações afirmativas, entende-se que sua construção no contexto brasileiro evidencia uma multiplicidade de atores que agiram em prol da efetivação da política. O racionalismo e a vontade do Estado não foram propulsores da necessidade da referida política nem mesmo de sua implementação, mas, as ações de organizações da sociedade civil, por exemplo, foram imprescindíveis para esse movimento, expondo a realidade desigual de parcelas da sociedade brasileira e das potencialidades que a reparação pontual na educação poderia ter no desenvolvimento social do país (Nascimento, 2013).

As ações afirmativas como conhecemos hoje partem de uma demanda inicial do movimento negro, através da tentativa de implementar medidas reparatórias ao histórico de precarização da vida de pessoas pretas e pardas no Brasil, em que uma das alternativas para isso seria a adoção das cotas raciais. Gomes (2017) disse que a politização da raça foi o divisor de águas na forma de lidar com as armadilhas do racismo e nas percepções das desigualdades para além do crivo social, evidenciando outros contornos para a realidade da sociedade brasileira.

Nesse sentido, quando se entende que as políticas públicas emergem como uma tentativa de resolução de problemas, a partir de uma interação entre Estado e sociedade, o que fica apresentado é a sua tentativa de mudar uma situação problemática (Cardoso, 2023). O histórico de ação das políticas públicas perpassa por três momentos distintos, apresentados por Cardoso (2023) da seguinte forma: 1) com políticas centralizadas e homogêneas ligadas ao Estado de Bem-Estar Social, com um maior protagonismo do racionalismo e do governo, entre as décadas de 1950 e 1980; 2) com políticas descentralizadas e focalizadas, nas décadas de 1980 a 2000, com uma atuação de um Estado Neoliberal, cujos princípios se assentam em um horizonte de eficiência; e 3) com políticas participativas, cujo viés social e do reconhecimento de direitos protagonizam, através de um Estado em Rede, dos anos 2000 até os dias de hoje.

Tais momentos demonstram que o avanço das ações afirmativas ocorre neste último estágio, mais atual, em que a inclusão de novos discursos e agentes à esfera pública proporciona uma disputa de agendas e de ações políticas. No caso, a política de ação afirmativa no Brasil é compreendida como uma política pública de inclusão e reparação social, em que seu intuito se assenta na identificação e na correção de desigualdades de parcelas específicas da sociedade.

Sendo assim, a reserva de vagas nas universidades visa combater a sub-representação que existia de pessoas negras, assim como de baixa renda e/ou egressas de escolas públicas, às instituições públicas de ensino superior, servindo como uma medida compensatória e

redistributiva. Seu intuito, em geral, é garantir a igualdade de oportunidades e fomentar a ideia de justiça social.

A tentativa de construir meios para beneficiar pessoas com menos privilégios garante que determinados perfis tenham alternativas ao impacto complexo que as desigualdades podem ter sobre suas vidas, como no acesso à educação e a certos espaços de trabalho, por exemplo. Tal ponto é justificado por Rawls (2008) através da *igualdade equitativa de oportunidades*, sendo uma forma de tratar desigualmente os desiguais, tal visão caminha no sentido da justiça social, mas as ações afirmativas também podem ser entendidas como meio de redistribuição pois, readequa o acesso a certos espaços para que pessoas antes excluídas ou com maiores dificuldades de ingresso possam estar também fazendo parte destes espaços.

Nota-se que múltiplas questões promovem a necessidade de efetivar tal política pública, mas o principal seria compensar a desigualdade passada e presente que atinge populações minorizadas brasileiras, geralmente pessoas negras e pobres. Isto é, a tentativa de reparar danos é vital tanto na implementação como na avaliação das políticas, fato que as cotas encaminham, visando a superação de um tratamento racista-colonial e social-excludente a certos perfis da sociedade, aglutinando suas possibilidades de ser e estar nos diferentes locais do país.

Logo, identificar as desigualdades e expô-las foi primordial para que houvesse uma mobilização social em torno desta agenda pública e para que abrisse, então, uma janela política para que oportunidades se apresentassem ao problema em si (Cardoso, 2023). As respostas a demandas de atores sociais que buscam influenciar as decisões políticas são exemplificadas por meio da trajetória das ações afirmativas no Brasil, em que o agenciamento de movimentos sociais elevaram a discussão, inicialmente entre universidades isoladas, mas que logo atingiram outros contornos e escalas, amplificando o debate ao nível nacional, promovendo desgastes, mas também rupturas, como a promulgação da lei federal, que obriga a aplicação da reserva de vagas nas universidades federais do país.

Analisando o percurso desde a implementação das cotas no Brasil se nota que uma transformação está em curso, dados do IBGE (2019), como a pesquisa apresentada em 2019, comprovam isto, afirmando haver maioria negra nas universidades públicas do país, fato que no início do século ainda era difícil de se vislumbrar. Destarte, a imagem da realidade a cada ano que passa se mostra mais verídica nos espaços educacionais de alto prestígio, como é o caso das universidades públicas, evidenciando que há resultados que foram alcançados com a implementação de tal estratégia (Rocha, 2023).

Porém, disputas continuam havendo sobre a necessidade ou não desta medida, Virginia Rocha (2023) chama a atenção para o debate do desmantelamento da política, direcionando o

olhar para as mudanças que as políticas públicas existentes podem vir a ter, seja em termos de intensidade como de densidade. As ações afirmativas recentemente passaram por um momento decisivo que colocou em questão tal debate.

Em 2012, com a promulgação da Lei 12.711/12 havia em seu conteúdo uma data para avaliação de sua continuidade e dos resultados até então conquistados, o prazo era de dez anos. Este tempo chegou em 2022 evocando, com mais ímpeto, novas disputas e tensões em torno da efetivação da política e da real necessidade de sua manutenção, como João Feres Júnior apresenta:

Um levantamento recente do OLB (Observatório do Legislativo Brasileiro), em parceria com o GEMAA, identificou 30 propostas legislativas ora em tramitação na Câmara dos Deputados que teriam algum impacto sobre o programa federal de cotas raciais. Dessas, 19 foram propostas na atual legislatura. Do total das propostas, 12 são favoráveis (consolidam o programa ou expandem o seu escopo), e 12 contrárias (cancelam o programa ou restringem o seu escopo). Foram 15 propostas feitas por parlamentares dos partidos de direita e 12 dos partidos de esquerda. Na atual legislatura, temos seis propostas da direita, todas contrárias às cotas raciais, e sete da esquerda, sendo seis delas favoráveis e uma neutra (Feres Júnior, 2022, online).

Nota-se que, apesar das evidências de melhoria na qualidade de vida das pessoas beneficiadas pelas políticas afirmativas, por sua ampla adesão de pessoas, além do viés racial, mas também social, e até mesmo, a manutenção da qualidade educacional, pontos que eram questionados reiteradamente na discussão inicial em 2012 voltam à tona nas discussões recentes de sua avaliação com intuito de dismantelar a política, seja suprimindo totalmente a ideia das cotas nas universidades ou buscando flexibilizar certos aspectos, como a proposta de lei do Deputado Kim Kataguirí (União-SP), o PL n. 4.125/21, que visava a manutenção apenas dos critérios renda e escola pública no espectro das cotas, suprimindo a dimensão racial.

Ainda assim, outros pontos que eram colocados no debate da revisão das cotas não foram contemplados, como o que Michael França, pesquisador do Instituto de Ensino e Pesquisa Insper, aponta como necessário, que são condições para permanência estudantil. Nesse sentido caminhava o PL n. 3.422/2021, cujo intuito era garantir que os gastos com alimentação, transporte e habitação fossem custeados aos estudantes cotistas, de modo que suas condições de ingressar e se manterem nas instituições de ensino fossem preservadas, porém tal proposta de lei foi arquivada (Dias, 2022).

Embora o debate não seja estritamente a extinção da política em si, mas sim avaliar seus resultados e buscar seu aprimoramento, o que se viu foi uma reação aos resultados que a própria ação afirmativa proporcionou. Dias (2022) expõe que, antes das cotas serem amparadas por uma lei federal, entre 2004 e 2010, uma pesquisa com estudantes que realizaram o Exame

Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) assim que ingressaram na graduação concluiu que, em instituições que haviam cotas a proporção de pessoas negras chegava a 20%, enquanto que nas demais a presença deste público se restringia a 1% entre os entrevistados.

Vale destacar que não atualizar uma política é uma forma de desmantelamento, como assevera Rocha (2023). Todavia, as cotas tiveram sua atualização realizada em 2023 através da Lei 14.723/23, com algumas mudanças, como: 1) a inclusão de pessoas quilombolas ao grupo étnico-racial, cujas vagas variam de acordo com a proporção da referida população em cada unidade da federação; 2) a alteração no recorte socioeconômico, cuja renda familiar *per capita* passa a ser de até um salário-mínimo; 3) a concorrência de pessoas cotistas passa a ser tanto nas vagas universais como nas reservas, de modo que o pleiteante possa ser aprovado na ampla concorrência e possibilita que outra pessoa cotista ocupe a vaga reservada; e, 4) a elaboração de dados anuais que subsidiem a avaliação das ações afirmativas nas universidades brasileiras em um período decenal (Brasil, 2023).

O que se percebe com o debate de políticas públicas e de modo ele atinge as ações afirmativas brasileiras, especialmente o caso da reserva de vagas nas universidades do país, está na constante legitimação da política, reforçando seu caráter resiliente em face às tentativas de obstrução da sua continuidade. Além disso, no caso das cotas, entende-se que a reparação das desigualdades não se faz somente com acesso, haja vista que interfaces desiguais se apresentam como potenciais limitantes da efetividade da política, como o capítulo seguinte e as entrevistas dos discentes pontuam.

#### **4. OS ESTUDANTES E A UNIVERSIDADE: UMA ANÁLISE DE SUAS PERCEPÇÕES SOBRE RAÇA, RACISMO E A POLÍTICA DE COTAS**

É inegável que com o avanço das ações afirmativas no Brasil a transformação da universidade se iniciou, trazendo novos contornos à produção do conhecimento e ao modo como este espaço do saber reflete, em alguma escala, a sociedade. Enxergar tal medida como uma política pública que trouxe saldos positivos é endossar a história de luta e defesa de movimentos e pessoas ligadas à causa negra, sobretudo, ao defender o direito à educação e a reparação de desigualdades.

Até o momento, foram apresentados pontos que convergem para uma leitura das ações afirmativas e das entrelinhas que as agrega em relação à desigualdade racial e a promoção de pessoas negras no contexto sociopolítico brasileiro, especialmente no plano educacional. Com isso, esta seção objetiva apresentar os resultados qualitativos colhidos na pesquisa, envolvendo um procedimento metodológico com entrevistas semiestruturadas e análise destes documentos, enfatizando três pontos centrais em relação à percepção cotista, as dinâmicas étnico-raciais, a compreensão do racismo e o legado das cotas.

##### **4.1 O contexto das entrevistas: do formato ao perfil da amostragem discente**

O intuito da pesquisa está associado, como mencionado ainda na introdução desta dissertação, com um consórcio de pesquisadores(as) vinculados(as) a diversas universidades federais e estaduais do país, cujo foco central é acompanhar as ações afirmativas, destacando sua realidade, avanços, desafios e aprimoramentos. Nesta dissertação optou-se por uma investigação sobre os estudantes da UnB, com intuito de destacar sua trajetória, especialmente na universidade, a fim de identificar as correlações entre as ações afirmativas e a vivência na instituição dentro da aplicação da referida política.

A Universidade de Brasília, de acordo com dados do Censo da Educação Superior 2022, promovido pelo INEP, afirma que dos 41.211 estudantes matriculados há uma maioria de discentes pretos, pardos e/ou indígenas, com 48,9%, enquanto que os autotclassificados como brancos chegam em 32%. Tal movimento também se nota no quesito sexo, com uma maioria de pessoas ligadas a classificação feminina, confirmando que a instituição de ensino é majoritariamente negra e feminina (INEP, 2023b).

No caso, a realização das entrevistas fez parte do percurso metodológico, cujas pessoas entrevistadas se encontravam vinculadas à Universidade de Brasília, todos(as) estudantes de cursos dentro da seguinte amostra: Direito, Economia, Pedagogia, Engenharia Mecânica e

Ciências Sociais-Sociologia, localizados no *Campus Darcy Ribeiro*; e com o curso de ABI-Engenharias da *Faculdade do Gama*, um dos *campi* da UnB, cujo ingresso se dá a partir do formato ABI (área básica de ingresso).

Os colaboradores da pesquisa foram atingidos por meio do método de bola de neve, em que sua potencial contribuição para realização de entrevistas ocorria pela disseminação entre os estudantes da pesquisa (Rocha, 2020). A condução das entrevistas ocorreu por um viés semiestruturado, em que havia um formato de colhimento de informações gerais e, em seguida, partiam para tópicos ligados à preparação para o ingresso à UnB, a vivência na instituição, as participações nas atividades, casos de racismo e a percepção sobre a política de cotas.

Porém, dentre esses tópicos foram selecionados para análise da dissertação as seções sobre Racismo e Políticas de Cotas. Nas entrevistas houve um envolvimento de diferentes profissionais, tendo em vista que o consórcio a que se vincula o estudo possui pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, com destaque aos Institutos de Ciência Política (IPOL) e de Ciências Sociais (ICS), bem como a Faculdade de Educação (FE). A condução desta etapa teve um rigor sobre o roteiro e a tentativa de atingir todos os objetivos, além disso houve a gravação dos encontros com os/as estudantes para facilitar a transcrição e também a retomada de possíveis informações que, porventura, ficassem esquecidas, sobrepostas ou de difícil compreensão no efetivo momento da entrevista em si.

As transcrições foram separadas por curso de graduação e seguem armazenadas com acesso exclusivo aos pesquisadores vinculados à análise de tais dados, como uma forma de preservar a integridade das pessoas entrevistadas. Além disso, as entrevistas foram realizadas no formato virtual pois, vale destacar que, parte dessa etapa foi realizada durante o período de pandemia da Covid-19, cujo encontro presencial ainda era limitado e desaconselhado, inclusive pela instituição de ensino (UnB), entre os anos de 2021 e 2022.

Como forma de garantir uma integridade metodológica, quando houver necessidade, somente serão mencionados a inicial do nome das pessoas entrevistadas e a sua flexão de gênero (masculino ou feminino), como forma de salvaguardar a identidade dos participantes da pesquisa. Além disso, a análise apresentada segue um viés agregado, isto é, optou-se por um tratamento dos dados de modo integral, indissociando os cursos pois, o intuito da pesquisa não é comparar como as questões raciais ou das cotas se apresentam nos cursos em si, mas como os discentes (cotistas ou não) enxergam e compreendem as dinâmicas raciais, suas consequências e as ações afirmativas no universo da educação superior, especialmente na UnB.

Entre os/as discentes, há o seguinte panorama:

**Quadro 1.** Perfil dos estudantes entrevistados para a pesquisa, com a discriminação de informações gerais.

Entrevistado	Idade	Cor/Raça	Gênero	Sexualidade	Território	Sistema	Cota	Ingresso
BA	25	Branca	Mulher Cis	Heterossexual	Fercal-DF	Universal	-	fev/17
LS	25	Branco	Mulher Cis	Heterossexual	Cidade Ocidental - GO/CEU-UnB	Cotas	Escola Pública - Baixa Renda	fev/18
LE	22	Branco	Homem Cis	Homossexual	Paraguaçu Paulista - SP/CEU-UnB	Cotas	Escola Pública - Baixa Renda	fev/20
PR	27	Pardo	Homem Cis	Homossexual	Arniqueiras-DF	Cotas	Escola Pública - Baixa Renda	jan/16
LS	25	Branco	Homem Cis	Heterossexual	Lago Sul - DF	Universal	-	jan/17
HC	24	Branco	Homem Cis	Heterossexual	Cruzeiro-DF	Cotas	Escola Pública	jan/18
GH	27	Pardo	Homem Cis	Heterossexual	Riacho Fundo II -DF	Cotas	Escola Pública - Baixa Renda	jan/16
AL	26	Branca	Mulher Cis	Heterossexual	Jardim Botânico - DF	Universal	-	jan/17
GD	27	Parda	Mulher Cis	Heterossexual	Lago Norte - DF	Cotas	Escola Pública - Baixa Renda	jan/16
RA	26	Pardo	Homem Cis	Heterossexual	Lago Norte -DF	Cotas	Escola Pública - Baixa Renda - PPI	jan/16
YR	27	Branco	Homem Cis	Heterossexual	Gama - DF	Universal	-	jan/15
DD	27	Parda	Mulher Cis	Bissexual	Santa Maria - DF	Universal	-	fev/14
MM	24	Parda	Mulher Cis	Heterossexual	Taguatinga Norte - DF	Cotas	Negros	jan/18
RS	25	Pardo	Homem Cis	Heterossexual	Guará - DF	Cotas	Escola Pública - PPI	jan/19
LN	29	Parda	Mulher Cis	Heterossexual	Asa Sul - DF	Universal	-	fev/13
AS	24	Preto	Homem Cis	Heterossexual	Taguatinga - DF	Cotas	Negros	fev/17
EC	29	Branco	Homem Cis	Heterossexual	Novo Gama - GO	Universal	-	fev/14
FH	23	Pardo	Homem Cis	Heterossexual	Santa Maria - DF	Cotas	Escola Pública - Baixa Renda - PPI	jan/18
LL	-	Branco	Homem Cis	Heterossexual	Ceilândia - DF	Cotas	Escola Pública	-

GA	-	Branco	Homem Cis	-	-	Universal	-	-
GS	27	Preto	Homem Cis	Homossexual	-	Cotas	Escola Pública - PPI - PCD	fev/17
JL	-	Pardo	Homem Cis	Heterossexual	Brazlândia - DF	Cotas	Escola Pública - Baixa Renda - PPI	jan/18
ML	-	Branca	Mulher Trans	Homossexual	Octogonal - DF	Universal	-	fev/13
MR	-	Parda/Preto	Mulher Cis	Heterossexual	Planaltina - DF	Cotas	Negros	-
MU	-	Branco	Homem Cis	-	Taguatinga - DF	Cotas	Escola Pública	fev/17
TP	-	Branco	Homem Cis	Homossexual	Ceilândia - DF	Cotas	Escola Pública - Baixa Renda	jan/19
AN	24	Preta	Mulher Cis	Heterossexual	Recanto das Emas - DF	Universal	Escola Pública - Baixa Renda - PPI	jan/17
BL	26	Branca	Mulher Cis	Bissexual	Gama - DF	Cotas	Escola Pública - Baixa Renda	fev/16
CT	31	Branco	Homem Cis	Bissexual	Asa Norte - DF	Universal	-	jan/15
FP	29	Pardo	Homem Cis	Homossexual	Planaltina - DF	Cotas	Escola Pública - PPI	jan/14
LA	29	Preto	Homem Cis	Heterossexual	Valparaíso - GO	Universal	-	jan/14
LV	26	Preto	Homem Cis	Heterossexual	Gama - DF	Cotas	Escola Pública - Baixa Renda - PPI	jan/16
NC	32	Preta	Mulher Cis	Bissexual	Guará - DF	Cotas	Negros	fev/14
SJ	27	Branca	Mulher Cis	Heterossexual	Sol Nascente - DF	Cotas	Escola Pública - Baixa Renda	jan/17
CO	27	Parda	Mulher Cis	Bissexual	São Paulo - SP	Cotas	Escola Pública - Baixa Renda - PPI	jan/17
FR	27	Branco	Homem Cis	Homossexual	Samambaia - DF	Cotas	Escola Pública - Baixa Renda	jan/17
ME	27	Branca	Mulher Cis	Heterossexual	Samambaia - DF	Cotas	Escola Pública - Baixa Renda	fev/19

KM	29	Pardoa	Mulher Cis	Bissexual	Guará - DF	Cotas	Escola Pública - PPI	fev/15
ER	28	Preto	Homem Cis	Heterossexual	Varjão - DF	Cotas	Escola Pública - Baixa Renda - PPI	jan/17
FR	27	Branco	Homem Cis	Homossexual	Samambaia - DF	Cotas	Escola Pública - Baixa Renda	jan/17
MJ	30	Branco	Homem Cis	Homossexual	Sobradinho - DF	Universal	-	jan/17
MV	26	Preto	Homem Cis	-	Itapoã - DF	Cotas	Escola Pública - Baixa Renda - PPI	jan/17
RO	-	Preta	Mulher Cis	Heterossexual	Asa Norte - DF	Cotas	Negros	fev/13

Elaborado pelo autor (2024).

Ao todo foram 43 entrevistados dentre os cursos selecionados, sendo, em sua maioria, discentes cotistas. No curso de Economia, o com menos adesão de participantes na entrevista, sendo todos brancos e com idade entre 20 e 25 anos de idade, destes 66% são mulheres e 66% se intitulam heterossexuais. No universo das cotas, 66% usaram a política para ingresso, ambos pelo subtipo escola pública e baixa renda.

Se for analisado os dados da UnB, vinculados ao Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional (DPO), vislumbra-se a existência de 497 matriculados no curso de Economia em 2021 e este número infla para 487 em 2022, sendo 73,03% composto por discentes homens e 62,77% com idade entre 20 e 25 anos no ano de 2021 e a projeção se mantém no ano seguinte com redução tímida na casa centesimal. Já quando se observa a composição de matriculados por cor/raça, é evidente uma maioria de estudantes brancos (37,2%), enquanto que os negros somam 26,35% em 2021 e, em 2022, os brancos marcam 37,65% e os negros, 26,13%, uma distância aproximada de dez pontos percentuais nos dois anos analisados entre os dois principais grupos étnico-raciais.

Os dados mostram que o curso supracitado é composto por um perfil majoritariamente branco, masculino e jovem, cuja principal forma de ingresso é o sistema universal, como o quadro a seguir apresenta:

**Quadro 2.** Evolução de matriculados em Economia por sistema de ingresso (2018-2022).

<b>Curso: Economia</b>					
<b>Matriculados/Cota/Ano</b>	2018	2019	2020	2021	2022
Escola Pública - Alta Renda - Não PPI	50	62	54	54	54
Escola Pública - Alta Renda - PPI	48	50	49	51	49
Escola Pública - Baixa Renda - Não PPI	32	30	33	35	33
Escola Pública - Baixa Renda - PPI	27	32	26	28	28
Negro	34	28	24	25	23
Universal	360	358	297	304	299
Total	551	560	483	497	486

Fonte: DPO/UnB. Elaborado pelo autor.

Se observar o quadro acima, a cota com maior adesão é a destinada para estudantes de escola pública com renda superior a um salário-mínimo e meio, que não se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas, atingindo 10,8% em 2021 e 11,1% em 2022, porém quando se olha para a cota de estudante de escola pública preto, pardo ou indígena, com renda inferior a um salário-mínimo e meio, há uma presença mínima de 5,6% entre todos os matriculados em 2021 e um pouco maior em 2022, com 5,7%. Já quando o olhar se volta para o acesso universal, mais da metade dos matriculados compõem este segmento em qualquer um dos anos entre 2018 e 2022, evidenciando a maioria de discentes não cotistas no curso.

Este cenário não se reverbera no curso de Pedagogia da UnB, nele se enxerga o seguinte cenário: em um total de 1.038 discentes matriculados em 2021, 84,9% são de mulheres e, em 2022, apesar de haver um número menor de matriculados (1.013), o percentual de mulheres aumentou para 85,1%. Assim como no curso de Economia, há um maior contingente de discentes entre 20 e 25 anos, tanto em 2021 como em 2022, marcando 62,52% e 62,1%, respectivamente.

Quando o olhar se direciona para o critério cor/raça, entre os que declararam, diferente do curso anterior, há uma maioria de discentes negros em todos os anos entre 2018 e 2022, com destaque para a quantidade deste segmento em 2021 (40,75%) e 2022 (39,8%). Assim, identifica-se um curso majoritariamente feminino, negro e jovem, inclusive quando se olha para as cotas, o cenário é um pouco distinto do curso anterior:

**Quadro 3.** Evolução de matriculados em Pedagogia por sistema de ingresso (2018-2022).

<b>Curso: Pedagogia</b>					
<b>Matriculados/Cota/Ano</b>	2018	2019	2020	2021	2022
Escola Pública Alta Renda - Não PPI	99	110	100	107	107
Escola Pública Alta Renda - PPI	151	161	158	166	158
Escola Pública Baixa Renda - Não PPI	60	72	78	80	79
Escola Pública Baixa Renda - PPI	79	100	108	111	101
Negro	44	41	35	36	32
Universal	646	610	512	531	531
Escola Pública Baixa Renda - PPI - PCD	0	1	1	1	1
Indígena	0	2	3	6	4
Total	1079	1097	995	1038	1013

Fonte: DPO/UnB. Elaborado pelo autor.

Além de identificar uma diversidade nas formas de seleção para ingresso, mantém-se uma maioria através do sistema universal, superior a 50% em todos os anos (2018-2022), já entre as cotas o destaque pode ser identificado em dois subtipos, o primeiro é a cota para estudante de escola pública preto, pardo ou indígena com renda superior a um salário-mínimo e meio com um contingente de 15,9%, em 2021, e 15,5% entre os matriculados em 2022, já o segundo seria a cota para estudante de escola pública preto, pardo e indígena com renda inferior a um salário-mínimo e meio, com 10,6%, em 2021, e 9,9%, em 2022, entre todos os matriculados, destacando que as cotas com maior adesão são aquelas que envolvem o critério racial e de escola pública.

Também presente no principal *campus* da universidade, o curso de Pedagogia apresenta entre os entrevistados 62,5% de pessoas entre 25 e 30 anos e o mesmo percentual se mantém quando se olha ao critério “cor/raça”, com maioria de pessoas negras. Já no que compete ao gênero e a sexualidade, há uma paridade entre as pessoas entrevistadas, sendo metade mulheres e a outra metade homens, todos cisgêneros, assim como metade se diz heterossexual e a outra metade compõe a comunidade LGBTI+. Ao observar a composição de cotistas, enxerga-se que 62,5% ingressam pelo sistema de ação afirmativa, sendo 33,3% pelo subtipo escola pública - baixa renda - PPI e 33,3% pelo subtipo escola pública - baixa renda - não PPI.

Entre as pessoas entrevistadas na área básica de ingresso (ABI) das Engenharias, localizado na Faculdade do Gama, nota-se uma presença paritária de entrevistados no que tange a idade, sendo metade entre 20 a 25 anos de idade e a outra metade entre 25 e 30 anos de idade,

além disso, observa-se uma maioria de homens cisgêneros (62,5%), assim como de pessoas heterossexuais (87,5%). Outro dado que se destaca é a quantidade de pessoas negras entrevistadas, atingindo um percentual de 75%, já enquanto cotistas, há 50% no campo amostral de análise, com uma distribuição equânime no tipo de cotas utilizado para ingresso.

O perfil dos estudantes ressoa nos dados oficiais da UnB que apontam uma presença massiva de estudantes do sexo masculino, com um percentual aproximado de 80% em 2021 e 2022, enquanto que quando se analisa a idade dos discentes, 50% e 47% apontam haver entre 20 e 25 anos de idade em 2021 e 2022, respectivamente, sendo o maior grupo etário. Dando seguimento, quando se observa o critério cor/raça das pessoas matriculadas no referido curso, têm uma maioria de estudantes que se declaram brancos (40,4%, em 2021, e 36,5%, em 2022), enquanto que os negros compõem 26,4%, em 2021, e 34,2%, em 2022, entre o total geral de matriculados.

Tais resultados apontam um perfil masculino, jovem e branco entre os estudantes de ABI-Engenharias, com um acirramento no critério étnico-racial, cujo avanço da população negra vêm em uma crescente entre os dois anos analisados, assim como no percentual geral de cotistas, cuja diminuição de matriculados que ingressaram pelo sistema universal avança ano a ano, sendo 59,5% em 2019, 58,8% em 2020, 57,3% em 2021 e 57,14% em 2022, como os dados apontam a seguir:

**Quadro 4.** Evolução de matriculados em ABI - Engenharias por sistema de ingresso (2018-2022).

<b>Curso: ABI - Engenharias</b>					
<b>Matriculados/Cota/Ano</b>	2018	2019	2020	2021	2022
Escola Pública Alta Renda-Não PPI	1	11	17	19	19
Escola Pública Alta Renda-PPI	3	7	19	31	34
Escola Pública Baixa Renda-PPI	3	4	8	10	8
Negro	1	3	8	6	9
Universal	10	38	80	102	100
Escola Pública Alta Renda-Não PPI-PCD	0	1	1	1	1
Escola Pública Baixa Renda-Não PPI	0	0	3	9	4
Total	18	64	136	178	175

Fonte: DPO/UnB. Elaborado pelo autor.

O avanço dos cotistas ocorre em quase todas as modalidades, sobretudo entre estudantes de escola pública pretos, pardos ou indígenas com renda superior a um salário-mínimo e meio, avançando de 13,9%, em 2020, para 19,4%, em 2022, apesar de ser o maior grupo cotista, somente um discente deste subtipo foi entrevistado.

Já no curso de Engenharia Mecânica há o seguinte cenário: de acordo com dados oficiais da UnB, a presença masculina se mantém em maioria, com aproximadamente 83% de matriculados, tanto em 2021 como em 2022, bem como de estudantes entre 20 e 25 anos de idade, sendo a maioria do total geral de matrículas. No quesito étnico-racial, também se mantém a mesma realidade do curso de Engenharias acima, com uma prevalência de discentes brancos, atingindo 41,5%, em 2021, e 42,1%, em 2022, enquanto que os pretos e pardos somam 30,7%, em 2021, e 30,3%, em 2022.

Diferentemente do curso anterior, a Engenharia Mecânica apresenta uma redução de discentes negros e, quando o olhar se volta para os sistemas de ingresso, percebe-se que entre os que ingressaram pelo sistema universal, há uma redução deste grupo entre 2019 e 2020, de 67,5% para 64,3%, respectivamente, mas nos anos seguintes, este grupo volta a alavancar sua presença, avançando de 64,49%, em 2021, para 64,8%, em 2022.

**Quadro 5.** Evolução de matriculados em Engenharia Mecânica por sistema de ingresso (2018-2022).

<b>Curso: Engenharia Mecânica</b>					
<b>Matriculados/Cota/Ano</b>	2018	2019	2020	2021	2022
Escola Pública Alta Renda-Não PPI	47	46	45	47	47
Escola Pública Alta Renda-PPI	43	47	40	40	40
Escola Pública Baixa Renda-Não PPI	19	23	22	24	24
Escola Pública Baixa Renda-PPI	27	30	28	29	28
Negro	22	19	15	15	13
Universal	395	347	276	287	286
Indígena	0	2	3	3	3
Total	553	514	429	445	441

Fonte: DPO/UnB. Elaborado pelo autor.

Nota-se que o avanço dos cotistas é tímido se comparado com o curso de ABI-Engenharias, analisado anteriormente. Em Engenharia Mecânica, entre as cotas, a presença majoritária se destaca aos subtipos que são vinculados aos estudantes de escola pública com renda superior a um salário-mínimo e meio, sobretudo entre os discentes que não se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas. Entretanto, o olhar se volta às cotas para negros, que

teve uma redução de 3,97%, em 2018, para 2,94%, em 2022, inclusive não há entrevistados que compõem tal modalidade de cota.

No curso de Engenharia Mecânica, sediado no *campus* Darcy Ribeiro, o principal da UnB, há 71,4% de estudantes entrevistados entre 25 e 30 anos, assim como o mesmo percentual se nota no gênero dos entrevistados, sendo a maioria de homens cisgêneros. A presença massiva de heterossexuais atinge um percentual de 85,7%, enquanto que, no critério cor/raça, a marca de pessoas negras chega em 57,1%, aproximadamente. Tal perfil se revela também nos sistemas de seleção para ingresso na UnB, sendo a maioria dos entrevistados cotistas (71,4%) e destes 60% utilizou a cota escola pública - baixa renda - não PPI.

O perfil dos entrevistados do curso de Direito segue uma tendência similar, com uma presença massiva de cotistas, especialmente de egressos da escola pública. Ainda assim, enxerga-se uma maioria de estudantes brancos e homens, marcando o percentual de 62,5% e 75%, respectivamente. Apesar de não mencionar nem a idade nem o ano de nascimento, dois fatos ganham relevância, o primeiro é a presença de um único corpo transgênero entre todo o universo de entrevistas, e o segundo é a quantidade de estudantes cotistas entrevistados (75%), havendo, assim como no perfil anterior (Engenharias FGA), uma divisão equânime no tipo de cota usado para ingresso.

Buscando dados dos matriculados neste curso junto à UnB, identificou-se que há uma presença majoritária do sexo masculino com 56,25%, em 2021, e 56,5%, em 2022, essa maioria é uma constante desde 2018, já entre a faixa etária, há uma mudança pois, em 2018, haviam 40,8% de discentes entre 25 e 30 anos e, em 2022, este perfil etário reduziu para 20,8%, aumentando o número de matriculados entre 20 e 25 anos, marcando 57,7%, em 2022.

Assim, enxerga-se um curso majoritariamente jovem e masculino mas, diferente das engenharias analisadas, a maioria dos estudantes se autodeclaram pessoas negras. Observando dados ligados ao critério cor/raça, é perceptível que a presença branca vai reduzindo com o passar dos anos, sendo maioria em 2018, com 34,17%, mas, a partir de 2019, a maioria passa a ser de pessoas pretas e pardas com 33,8%, em 2021, e 32,6%, em 2022. Já entre os sistemas de seleção, mantém a ampla concorrência com o maior percentual entre os matriculados, como está exposto a seguir:

**Quadro 6.** Evolução de matriculados em Direito por sistema de ingresso (2018-2022).

<b>Curso: Direito</b>					
<b>Matriculados/Cota/Ano</b>	2018	2019	2020	2021	2022
Escola Pública Alta Renda-Não PPI	95	109	112	114	114
Escola Pública Alta Renda-PPI	134	143	139	140	135
Escola Pública Baixa Renda-Não PPI	91	105	104	106	110
Escola Pública Baixa Renda-Não PPI-PSDA	1	1	1	1	1
Escola Pública Baixa Renda-PPI	147	164	167	172	165
Escola Pública Baixa Renda-PPI-PCD	1	3	4	4	4
Indígena	2	4	7	8	5
Negro	107	100	91	87	83
Universal	879	807	674	686	691
Escola Pública Alta Renda-PPI-PCD	0	0	0	1	1
<b>Total</b>	<b>1457</b>	<b>1436</b>	<b>1299</b>	<b>1319</b>	<b>1309</b>

Fonte: DPO/UnB. Elaborado pelo autor.

Por meio dos dados, entre as cotas que a maioria ingressou o subtipo mais utilizado foi a que contempla egressos de escola pública pretos, pardos e indígenas com renda inferior a um salário-mínimo e meio, sendo 12,6% do total geral dos matriculados em 2022, isto é, a cada dez graduandos do curso de Direito, ao menos um havia ingressado por esse tipo de cota e cinco pelo sistema universal, e o restante integra as outras formas de cotas.

Do mesmo modo o curso de Ciências Sociais (Sociologia) se comporta, a partir das informações oficiais da UnB, a forma de ingresso pelo sistema universal é majoritária, com 72,6% do total geral em 2022, como é visualizado a seguir:

**Quadro 7.** Evolução de matriculados em Ciências Sociais - Sociologia por sistema de ingresso (2018-2022).

<b>Curso: Ciências Sociais - Sociologia</b>					
<b>Matriculados/Cota/Ano</b>	2018	2019	2020	2021	2022
Escola Pública Alta Renda-Não PPI	11	10	6	6	6
Escola Pública Alta Renda-PPI	15	10	8	9	9
Escola Pública Baixa Renda-Não PPI	3	3	3	3	3
Escola Pública Baixa Renda-PPI	2	4	3	2	1
Indígena	2	1	0	1	1
Negro	6	5	3	3	3
Universal	101	71	60	66	61
Total	140	104	83	90	84

Fonte: DPO/UnB. Elaborado pelo autor.

O ingresso por cotas é majoritário entre os egressos de escola pública com renda superior a um salário-mínimo e meio, sobretudo aos que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas, sendo 10,7% do total de matriculados em 2022. Já quando se analisa o critério cor/raça se identifica uma maioria de discentes brancos desde 2018, sendo 34,2% no ano supracitado, e 34,5%, em 2022. Além disso, há uma prevalência de estudantes entre 25 e 30 anos, atingindo percentuais acima de 50% entre 2018 e 2022, exceto em 2021, que houve uma redução para 46,6%.

Assim, o perfil do curso de Ciências Sociais - Sociologia é de um curso mais envelhecido e branco que o curso de Direito. Entretanto, quando se nota sua composição por sexo, há uma concorrência entre a maioria ser feminina ou masculina: em 2018 e 2020, as mulheres eram maioria com 52,8% e 51%, respectivamente, já em 2022, a maioria passou a ser masculina com 52,3% e, nos anos 2019 e 2021 haviam um número proporcional de pessoas do sexo masculino e feminino.

Olhando para o curso de Ciências Sociais, nota-se que 89% dos entrevistados possuem entre 25 e 30 anos e que metade são, ou pessoas negras (55,5%), ou homens cisgêneros (55,5%), ou pertencentes a comunidade LGBTI+ (55,5%). Apesar dessa distribuição um tanto paritária, há uma presença massiva de cotistas, com 89% dos entrevistados serem beneficiários de algum tipo de cota para ingresso na UnB, sendo 33,3% cotistas de escola pública e baixa renda, 33,3% cotistas de escola pública, baixa renda e negros, 11% negros cotistas de escola pública e 11% cotistas negros.

Tais dados subsidiam a análise e mostram como as informações podem ser distintas a depender do curso analisado, como quando se observa a maioria negra, que está presente em

Pedagogia e Direito, já quando se identifica a presença do sexo masculino, ela está em quantidade avassaladora nos cursos de Economia, ABI-Engenharias e Engenharia Mecânica, enquanto que, uma presença massiva de discentes do sexo feminino está somente na graduação em Pedagogia. Quando se analisa as cotas, em nenhum curso há uma maioria deste formato de concorrência, mas se observa um acirramento maior nos cursos de Pedagogia e ABI-Engenharias, cuja queda dos discentes da ampla concorrência e o crescimento de cotistas se mantém desde 2018, com números próximos de 50%, apontando uma relação equânime entre cotistas e não-cotistas no total de matriculados dos cursos.

Portanto, identifica-se que os cursos de maior prestígio social tiveram uma menor presença feminina e negra, como em Economia e Engenharia Mecânica, tal resistência não se repercute por inteiro no curso de Direito, que apesar de ter maioria masculina, possui uma majoritária presença de discentes negros, evidenciando uma diferença positiva, do mesmo modo que o curso de Pedagogia como uma graduação mais feminina e negra entre todos analisados na pesquisa.

#### **4.2 Assistência estudantil: relações com as ações afirmativas no contexto da UnB**

A universidade é marcada por um recorte espaço-temporal cujo envolvimento exige uma dedicação significativa, sobretudo por se tratar de pessoas com mais de dezoito anos que, muitas vezes, podem ter a ação educativa concorrida com o trabalho e outras demandas da vida. Assim, este momento educacional é protagonizado com uma disputa de interesses, especialmente para os grupos sociais mais vulneráveis que administram distintas atividades para conseguir acessar e permanecer na graduação, por exemplo.

A relação entre atores e ideais sociais e políticos movem as disputas de poder e o próprio exercício de formulação, efetivação e avaliação de políticas públicas, assim, o que se enxerga com a educação superior latinoamericana nas décadas de 1990 e 2000 é uma tentativa de implementação de uma economia de mercado cada vez mais neoliberal que, de certo modo, influencia nas dinâmicas da vida das pessoas, não obstante nas universidades.

A necessidade de uma reorientação política alimenta o acirramento por pautar novas propostas que contemplem uma concepção universitária mais diversa. No caso boliviano, Weise (2010) apresenta a Lei Avelino Siñani, que visa uma educação comprometida com as pautas indígenas enquanto questão central à realidade da Bolívia, devido a relevância histórico-cultural desta parcela da população para a sociedade daquele país.

Tal intenção vem como uma medida estratégica de combate estrutural ao avanço de organismos internacionais e da própria globalização à realidade latinoamericana, mas também

como uma forma de propor uma educação decolonial, com cruzamentos entre saberes científicos e cotidianos, enfatizando um processo de produção do conhecimento firmado na reflexão crítica e na participação social. No cenário brasileiro tais ações se materializam com a implementação das cotas para acesso ao ensino superior brasileiro, assim como com a Lei 10.639/03, que trata do ensino de história e cultura afro-brasileira (Brasil 2003).

Este movimento ressalta a democratização do acesso mas, ao mesmo tempo, torna possível o questionamento sobre que tipo e meios de acesso está posto, visto que é impossível dissociar os aspectos socioeconômicos das análises em torno das políticas educacionais. Cada vez mais o avanço do capital sobre a universidade, enquanto um espaço de conhecimento e, para além de governos e/ou investimentos privados, é capaz de intensificar uma relação contraditória que permeia a educação pública superior.

No caso do Brasil, do mesmo modo que o capital se faz presente nos espaços da administração pública, nota-se também “la ampliación de los subsidios públicos para las instituciones privadas de naturaleza mercantil” (Leher, 2010, p. 51), como os investimentos do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Financiamento Estudantil (Fies), que são políticas públicas para a educação que trazem resultados positivos para inserção e formação das parcelas pobres e advindas das escolas públicas brasileiras, com destaque à classe trabalhadora deste país, em cursos de graduação, a partir dos anos 2000.

Assim, a universidade para a ser lida como um espaço de aprofundamento da estratificação social com o avanço do capital sobre as instituições de ensino, seja com o financiamento de pesquisa ou com o ideal neoliberal de produtividade e ranqueamento (Leher, 2010). Do outro lado, há uma sina pela democratização da educação superior, de modo que acessar e permanecer neste espaço passa a ser importante, porém complexo.

Tomando como horizonte a realidade da Universidade de Brasília, dados sobre a situação social da instituição foram analisados a partir do Relatório da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), entre 2019 e 2021, vinculado ao Decanato de Assuntos Comunitários (DAC). Tal unidade universitária lida com ações de assistência ao estudante, sobretudo para atenuar situações de vulnerabilidade socioeconômica, cujos princípios se alinham ao Programa Nacional da Assistência Estudantil (PNAES).

De acordo com tal diretoria, são contemplados por algum programa de apoio estudantil cerca de 6 mil estudantes:

Entre 2019 e 2021, a DDS disponibilizou dez programas regulares: Bolsa Alimentação, Auxílio Socioeconômico, Moradia Estudantil da Graduação (modalidades CEU e Pecúnia) e da Pós-Graduação, Auxílio Transporte, Auxílio

Creche, Auxílio Emergencial, Bolsa Permanência do MEC, Vale-livro e UnB Idiomas.

Em 2020, com o início da pandemia, dois novos programas foram criados: Auxílio Alimentação Emergencial – programa temporário em tempo de RU fechado – e Inclusão Digital (DDS, 2022, p. 18).

Tais programas tiveram impacto na realidade dos estudantes entrevistados, sobretudo os que ingressaram na UnB mediante cota de escola pública e baixa renda pois, desde 2017, estes possuem acesso gratuito ao Restaurante Universitário (RU) como forma de garantir as refeições diárias durante o período que se encontrarem nas instalações da instituição. Além desta particularidade, os demais programas são descritos assim:

**Quadro 8.** Descrição dos programas de assistência estudantil regulares e excepcionais da UnB:

<b>Programas Regulares</b>	
Bolsa Alimentação	Gratuidade das refeições servidas no RU (café da manhã, almoço e jantar) aos estudantes vinculados aos programas de assistência estudantil, assim como aos que ingressaram por meio da cota de escola pública - baixa renda, com acesso imediato após a matrícula, sem necessitar passar por uma avaliação socioeconômica prévia.
Auxílio Socioeconômico (PASE)	Concessão de R\$ 465,00 mensais como forma de contribuir para permanência na instituição de estudantes de baixa renda, estando condicionada ao bom rendimento acadêmico.
Moradia Estudantil (PME)	Estudantes de cursos presenciais que não residam e não tenham imóveis no Distrito Federal, em vulnerabilidade socioeconômica, podem ter acesso a vaga de moradia na Casa do Estudante Universitário (CEU) ou a concessão de R\$ 530,00 mensais para auxiliar no pagamento de aluguel.
Auxílio Transporte	Concessão de R\$ 300,00 aos estudantes residentes de cidades vinculadas à Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE-DF), como forma de assistir o transporte entre a moradia e a universidade. Estudantes residentes do DF não recebem tal auxílio por haver a política do passe estudantil, destinada à isenção da tarifa do transporte público a qualquer estudante.
Auxílio Creche (PACreche)	Concessão de R\$ 485,00 aos estudantes assistidos por algum programa da DDS e que possuem filhos menores de cinco anos de idade.
Auxílio Emergencial	Destinado aos estudantes de cursos presenciais que necessitam de apoio imediato devido a situação de vulnerabilidade socioeconômica, com pagamento único de R\$ 465,00 e limitado, ao máximo, de três parcelas no semestre por estudante e vinte e cinco mensais no contingente geral do orçamento.

Bolsa Permanência - MEC	Auxílio do Governo Federal aos estudantes indígenas e quilombolas no valor de R\$ 900,00, ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica no valor de R\$ 400,00, matriculados no ensino superior.
Vale-Livro	Convênio com a Editora UnB com cinco vouchers de desconto de 60% em livros, aos estudantes assistidos por algum programa da DDS.
UnB Idiomas	Parceria com a escola UnB Idiomas para disponibilizar uma vaga por turma aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, com isenção de mensalidades.
<b>Novos Programas (cenário da Pandemia de COVID-19)</b>	
Auxílio Alimentação Emergencial	Devido o fechamento dos Restaurantes Universitários era concedido um benefício para assistir a alimentação dos estudantes em suas casas.
Inclusão Digital	Era uma forma de empréstimo, doação ou concessão de auxílio financeiro para aquisição de equipamentos ou internet devido às atividades estarem se realizando em formato remoto.
Auxílio Transporte Emergencial	Estudantes participantes da assistência estudantil foi concedido aos que demonstraram interesse o valor da passagem de ida e volta para sua cidade de origem, porém os contemplados não receberam o auxílio alimentação emergencial.
<b>Recursos de Emenda Parlamentar</b>	
Auxílio Emergencial de Apoio à Inclusão Digital	Mais de 1.500 estudantes receberam R\$ 2.000,00 para adquirir um equipamento eletrônico.
Auxílio Emergencial de Apoio Socioeconômico (E-PASe)	Disponibilizando 1.544 vagas para acessar por um semestre o benefício de R\$ 465,00, desde que não fosse assistido pela PASe ou pela Bolsa Permanência - MEC.
Auxílio Emergencial de Apoio à Saúde Mental	Custeio do tratamento psicológico e/ou psiquiátrico aos discentes em vulnerabilidade socioeconômica e com agravos da saúde mental por meio da concessão de 200 vagas ao apoio de R\$ 400,00 mensais durante seis meses.

Fonte: DDS/UnB (2022). Elaborado pelo autor (2024).

Em 2021, 6.094 discentes foram contemplados com algum desses auxílios, os efeitos da pandemia impactaram a forma de acesso e de manutenção de alguns destes, como o Restaurante Universitário, visto que muitos estudantes não estavam se deslocando até os *campi*, além do RU ter operado durante um bom tempo da pandemia somente com o fornecimento de marmitas a fim de evitar o contato social entre colaboradores e estudantes, sobretudo.

Dados da UnB indicam que, em 2020, no universo de 5.767 estudantes assistidos, a maior parte (77%) dos beneficiados por algum programa com repasse financeiro vinculado à DDS estudavam no *campus* Darcy Ribeiro. Este dado aumenta em 2021, passando para 5.901 discentes, atingindo ainda mais o público do principal *campus* da universidade com a marca de 79%. A presença massiva de pessoas beneficiadas estar vinculada ao referido *campus* possui relação com a composição estudantil da UnB, estando uma média de 84% no Darcy Ribeiro, seguido por Ceilândia e Gama com 7%, e Planaltina com 3% (DDS, 2022).

Porém, quando se analisa a vulnerabilidade socioeconômica entre os estudantes a Faculdade de Planaltina (FUP) tem a pior situação, evidenciando que “na Faculdade de Planaltina, cerca de 1 a cada 3 estudantes é participante da assistência estudantil, na Faculdade de Ceilândia aproxima-se de 1 a cada 5 estudantes, no Darcy Ribeiro é 1 a cada 10 e na Faculdade do Gama, 1 a cada 14 estudantes” (DDS, 2022, p. 35), totalizando 11% de todo corpo discente da UnB vinculado a algum programa de assistência estudantil.

Se destacarmos questões de cor/raça e gênero será visualizado o seguinte cenário: a maior parte dos assistidos são mulheres, aproximadamente 58% em 2021, além da composição étnico-racial também ser majoritária entre pessoas negras, cuja soma de pessoas pretas e pardas atingem o percentual de 70% entre o total de assistidos no mesmo ano. Tal reflexo sintetiza que, “mais de três a cada quatro estudantes participantes da assistência estudantil, nos anos observados, ingressaram na Universidade por cotas” (DDS, 2022, p. 38).

Quando se destaca tal cenário o olhar se volta à situação da pessoa negra na sociedade brasileira que, há anos, como a literatura e os indicadores demográficos apontam, está vinculada à precariedade da vida e do acesso aos recursos para dignidade da vida humana. A questão não está presa somente ao plano educacional, mas se espalha para outros contextos, como Mills (2021) traz, o Estado e a sociedade se dinamizam em uma perspectiva racializada, como dados do Distrito Federal apontam, “29,3% da população negra enfrenta algum tipo de insegurança alimentar”, sendo também a maior parte dos que se encontram em trabalhos informais, assim como as mulheres negras estão nos extratos de pior rendimento se comparadas com os demais grupos étnico-raciais por gênero (IPE-DF, 2021).

Retomando o contexto das ações afirmativas em relação aos programas de assistência estudantil, 48% dos estudantes assistidos eram cotistas em 2021, sendo que “91% ingressou por cota de escola pública, sendo dois terços comprovado por meio de documentação o perfil de baixa renda” (DDS, 2022, p. 38). A necessidade de um apoio para permanência na universidade está presente na literatura, Silva, Santos e Reis (2021) já apontam para isso, questionando que ofertar aparatos materiais e simbólicos fortalecem ainda mais a diversidade e democratização

do ensino superior, sobretudo das ações afirmativas, aprimorando tal política para além da garantia do acesso, mas também da permanência.

Dados da UnB também corroboram para isso pois, alinhar estudos com a manutenção da vida, sobretudo em ordens financeiras, é um debate que atinge de modo mais intenso as pessoas cotistas, nas entrevistas isto foi possível de ser notado: aqueles que ingressaram por algum modelo de cota, especialmente discentes de baixa renda, egressos de escola pública e pretos e/ou pardos, foram os que diziam ter que conciliar atividades de trabalho ou estágio remunerado como forma de manutenção na UnB ou para auxiliar na renda de casa.

Tal perspectiva se reflete nos dados da DDS, afirmando que dois em cada 10 estudantes assistidos pela universidade aumentam o tempo de seus cursos em dois semestres, corroborando para que os olhares sobre as cotas e a permanência estudantil se centralizem pois, como se sabe, o caráter estrutural está intrínseco ao racismo e, no caso das ações afirmativas, há desafios que devem ser constantemente avaliados e atualizados em prol de uma melhoria da própria política pública:

Incluir grupos sociais diferentes em um espaço antes homogêneo é passo necessário para a valorização da diversidade, porém não é suficiente. Para além do acesso, a gestão dessa diversidade no sentido de que a comunidade a respeite e a agregue a si é importante para que os novos atores institucionais se sintam parte dela, e os estabelecidos os recebam em suas comunidades (Jesus, 2013, p. 226).

Destarte, a implementação das cotas é um passo inicial na busca por diversidade e inclusão de grupos sociais antes dificultados de acessar determinados espaços, de modo que se oportunize alternativas efetivas para tal diversidade pois, para além da presença é fundamental a mobilização para uma nova esfera organizacional, cuja dimensão substantiva também seja alcançada através da permanência estudantil e de uma educação que valorize as múltiplas cosmovisões do conhecimento.

Além dos programas de assistência vinculados à UnB, há também instrumentos de apoio e acolhida aos cotistas enquanto forma de coalizão de sujeitos amparados pela política, tanto para organização de suas ações como na humanização e pertencimento à universidade. Tomando Guimarães, Rios e Sotero (2020, p. 310) como referencial, compreende-se os coletivos negros como exemplos de espaços para “agenciar, formar e organizar politicamente estudantes negros e cotistas”. Na UnB, foram elencados coletivos negros por seu legado temporal ou pela assiduidade de suas atividades, a partir do Centro de Convivência Negra (CCN) da instituição, identificando quinze, mas destes, somente seis estiveram em atividade entre setembro de 2023 e o mesmo mês de 2024.

Os mecanismos de educação e formação política que eles, os coletivos, protagonizaram na vivência de discentes negros vislumbra o que Sotero, Pereira e Santos (2021, p. 1316) enxergam por pedagogias negras, isto é, “um movimento que permita que pessoas de distintos pertencimentos étnico-raciais sejam formadas no sentido de apreenderem e empreenderem, por meio de experiências plurais, o processo de aprender-ensinar-criar em prol de um constructo sobre como ser antirracista”.

Se tomarmos isso como horizonte, nota-se que somente se encontram em ação, os seguintes coletivos: (1) o Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e de Gênero (GEPHERG), atuando em associação direta com o (2) Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UnB), e também com o CCN/UnB, em uma busca por centralizar a questão racial nas atividades da UnB, especialmente no âmbito de sua instalação, a Faculdade de Educação (FE/UnB).

Outros coletivos de destaque que estão em afinidade em suas formas de atuação são: o (3) Estudos Afrocentrados em Relações Internacionais (LACRI) e a (4) Frente Negra de Ciência Política (UBUNTU), cujos horizontes nas Relações Internacionais e na Ciência Política, respectivamente, convergem em buscar construir uma territorialização de corpos e pensamentos negros nas suas áreas de estudo, especialmente por dividirem o mesmo prédio de instalação de seus institutos.

E, por fim, atuam ainda hoje o (5) Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro (MARÉ), instalado na Faculdade de Direito (FD/UnB), cuja dimensão racial centraliza suas discussões e ações a fim de tornar cada vez mais antirracista a prática jurídica. Outro coletivo em destaque é o (6) Ressignificando Vivências Raciais (REVIRA), que se dedica ao campo da psicologia, ressaltando a dimensão subjetiva dos sujeitos que o compõem em uma busca por resignificar a racialidade, especialmente no espaço acadêmico.

Nota-se que, com a presença de estudantes ingressantes mediante as ações afirmativas nos últimos vinte anos, para além do acesso, pensar nas formas de permanência na instituição é primordial. Logo, a presença de pessoas negras em espaços de coalizão e acolhimento proporciona a politização da raça e do legado das políticas de ação afirmativa em instituições marcadas por estruturas raciais desiguais, fato que se percebe com a consolidação dos coletivos negros na UnB.

Isto posto, o agenciamento político de determinadas realidades ligadas ao crivo racial fomenta um olhar inédito, sobretudo no espaço universitário, para que haja um acolhimento de estudantes negros e, além disso, como forma de politizar perspectivas impactadas por

dispositivos desiguais de racialidade, ressaltando o que Dias (2024, p. 349) chama por “possibilidades transformadoras de relações opressoras”.

Como mencionado, o pioneirismo da UnB em adotar cotas raciais faz da instituição uma importante interface para acompanhar a efetividade da política afirmativa e dos desdobramentos que vieram a partir dela para formação de negros e negras. Vale mencionar que a Universidade possui, vinculado ao Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), uma Diretoria de Diversidade (DIV), uma Secretaria de Direitos Humanos (SDH), uma Coordenação da Questão Negra (COQUEN) e um Centro de Convivência Negra (CCN), ressaltando seu compromisso com uma parcela significativa da instituição e com a construção de uma sociedade cada vez mais plural.

Pensar em meios simbólicos e materiais junto ao acesso do ensino superior são formas de garantir a permanência de estudantes, contribuindo para um agenciamento de forças e estratégias que convergem para um olhar solidário, realista e propositivo, tanto sobre as cotas em si como sobre os sujeitos cotistas, impactados por múltiplos atravessamentos. Nesse sentido, a relevância do CCN como um espaço de promoção da identidade negra e da permanência cotista na universidade é primordial, seja através do acompanhamento acadêmico ou da disponibilização de vagas em projetos de pesquisa e extensão, como o famoso programa Brasil Afroatitude (Jesus, 2013).

Ainda assim, o engajamento entre os estudantes é dúbio, questionado sobre as participações em organizações políticas, como coletivos, centros acadêmicos e afins, os estudantes, tanto cotistas como não-cotistas, afirmaram não ter uma participação tão efetiva em sua maioria, alguns demonstraram ter conhecimento da existência desses organismos de ação coletiva, mas, ou nunca se preocuparam em participar ou não tiveram interesse de saber mais sobre suas atividades.

Se observar os cursos analisados, aqueles vinculados à Economia não tiveram nenhum envolvimento, já entre os demais cursos, alguns diziam ter se envolvido com alguma atividade, especialmente no centro acadêmico de sua respectiva graduação ou nos eventos de mobilização estudantil, como paralisações e greves. O estudante GS, diferente dos demais, se destaca por ter sido a primeira pessoa a ingressar em seu curso pela cota de pessoas com deficiência e demonstrar um maior engajamento com a ação política, inclusive listando sua contribuição em partidos políticos, rodas de conversa e eventos, cuja temática racial e PCD eram levadas com seriedade por ele, devido seus atravessamentos pessoais.

Outra estudante que chama atenção neste ponto é vinculada ao curso de Ciências Sociais, também cotista, egressa de escola pública, baixa renda e negra, ela diz que, a partir de seu ingresso na UnB houveram certas dificuldades, especialmente por vir de uma cidade

distante de Brasília-DF, porém, no interior da instituição, um espaço foi importante para sua trajetória da graduação, o Centro de Convivência Negra (CCN), pois, em sua visão, ele foi um epicentro de reconhecimento racial e das pautas políticas ligadas a isso.

Nota-se que permanecer e ser reconhecido plenamente na Universidade é tarefa árdua, tendo em vista que quando se questiona uma realidade de exclusão, esta se organiza para uma potencial reação. Lélia Gonzalez (2020) e Abdias Nascimento (2016) convergem nesta ideia, através dos conceitos de *Amefricanidade* e *Quilombismo*, pois eles permitiram olhar para questões de reconhecimento político sobre suas identidades, elevando o debate em torno de suas realidades e das alternativas que podem ser materializadas. Tal pensamento ressoa na aplicabilidade das ações afirmativas como instrumentos de inclusão e justiça social, mas também como tensionadores à ordem até então hegemônica nas universidades.

### **4.3 As questões raciais e as ações afirmativas na UnB: uma análise de conteúdo**

Por intermédio das entrevistas realizadas com os estudantes de graduação dos cursos selecionados da UnB, realizou-se a transcrição e análise delas, de modo que o empenho desta pesquisa se concentrou sobre uma parcela que discorria sobre a formação racial, o racismo e as ações afirmativas na universidade. Sendo assim, os resultados agora apresentados dialogam com as seções até aqui dissertadas, sendo um trabalho cumulativo de impressões e discussões, agregando dados qualitativos e quantitativos na análise de conteúdo pretendida.

Apesar dos encontros serem gravados, em alguns momentos da análise, houve uma dificuldade por ter partes da entrevista e certas informações suprimidas, como o caso das entrevistas com discentes do Direito, que não mencionam nem data de nascimento nem idade, dificultando a compreensão etária sobre os entrevistados, como o perfil geracional e as dinâmicas sociais que lhes atravessam.

Tomando como base a experiência de Lemos (2017), que realizou um estudo similar na Universidade Federal do Pará (UFPA), ela buscou compreender como as relações raciais eram percebidas pelos discentes cotistas de determinados cursos, porém, o que distingue dela é o fato de que seu estudo se centrou na experiência exclusiva de ingressantes provenientes das cotas raciais, fato que ampliamos para demais modalidades das cotas, assim como para a ampla concorrência.

Os contatos com os discentes ocorreram em entrevistas individuais e semiestruturadas, porém haviam perguntas centrais e eixos a serem debatidos nos encontros para que houvesse uma regularidade e rigorosidade na hora da análise. Os eixos das entrevistas, (1) *Formação Identitária na Universidade*, (2) *Racismo* e (3) *Política de Cotas*, eram os que interessavam na

execução da análise para a dissertação, cuja discussão se centra nas percepções sobre as relações ético-raciais no espaço universitário, as manifestações e definições de racismo e a compreensão das cotas e de seu significado para os discentes.

Perguntados sobre a questão racial, para os discentes, a racialidade enquanto um fio condutor atrelado à questão identitária só atingiu alguns discentes, nem todos demonstraram que tal ponto foi um divisor de águas ou marcaram suas experiências na graduação. Para os estudantes negros, essa questão foi sobremaneira destacada, isto porque pontuaram ser algo que lhes atravessa de uma maneira mais latente a partir das experiências, tanto relacionadas ao meio universitário como ao contexto geral de seus percursos de vida.

Certas dificuldades, especialmente por vir de uma região periférica e de uma escola pública, assombram a realidade de estudantes cotistas. Visualizar as desigualdades como algo estrutural era algo iminente entre quase todos entrevistados, alegando que ser cotista na universidade era como uma corrida, cuja posição era extremamente atrás, levando aos primeiros semestres serem classificados enquanto dolorosos, como o estudante FR resume:

Uma outra coisa que eu compreendi é que cursos diurnos não servem para pessoas que são [de] baixa renda e precisam trabalhar porque as aulas [são] das oito às dez, dez ao meio dia, duas às quatro, quatro às seis. E é impossível você conciliar isso com um trabalho, sabe? Tem curso que, por si só, já tem uma carga de leitura pesada, principalmente cursos de Ciências Humanas (Estudante FR).

Em consonância, um dos entrevistados, identificado como LV, afirmou que a Universidade influencia na baixa da autoestima discente, gerando questionamentos sobre a continuidade no curso, como o mesmo diz: “eu tinha tanta certeza que era aqui meu lugar, mas será que é meu lugar mesmo? Será que eu tenho que estar aqui na Universidade? Será que essa vaga aqui é minha, essa cadeira aqui é minha?”.

Porém, tais desafios assim como sua trajetória de vida foram o motor para sua permanência no curso, inclusive para se envolver em atividades acadêmicas, como monitorias, tutorias e projetos de extensão e iniciação científica, fato recorrente entre os cotistas, especialmente pela questão da remuneração, que alegam ser substancial na permanência do curso. Silva, Santos e Reis (2021) pontuam justamente isto ao analisarem os cotistas de universidades mineiras, alegando que dissociar acesso à universidade dos meios, sobretudo materiais, para estar nela é uma forma de dificultar a execução e o sucesso da política afirmativa, tendo em vista que a realidade da população pobre e negra do país é custosa, com percalços financeiros, em que “classe social e raça são fatores influentes distintos, que não podem ser desconsiderados ou reduzidos um ao outro” (Santos, 2023, p. 231).

Nota-se que entre as pessoas entrevistadas, sobretudo aqueles autodeclarados negros, a

questão racial muitas vezes lhes atinge sem ao menos estarem abertos à questão, alguns relatos se relacionam com o contexto de vida anterior à universidade, cujos espaços que frequentavam, como escolas e vizinhanças, apesar de serem protagonizados em sua maioria por pessoas pretas e pardas, as questões raciais não eram evidenciadas de modo latente.

Porém, ao ingressarem na graduação, a raça passa a ser algo cotidiano, inclusive, com exemplos, como o citado por uma estudante de um curso vinculado à área de humanidades, que já ouviu comentários racistas em uma aula, proferidos por uma professora em seu primeiro semestre, comparando uma pessoa negra a cor de um carregador portátil, assim como um outro episódio que ela lembrou, em que um aluno proferiu ofensas aos cabelos de certas alunas negras durante a realização de uma disciplina, necessitando de uma intervenção por parte da tutora responsável pela turma.

Fatos como estes revelam a existência clara do racismo na instituição e, muito mais que isso, evidenciam como as relações étnico-raciais se reconstróem no contexto brasileiro, como nos assevera Munanga (2020, p. 31), em que “o esforço constante do colonizador em mostrar, justificar e manter, tanto pela palavra quanto pela conduta, o lugar e o destino do colonizado, seu parceiro no drama colonial, garante, portanto, o seu próprio lugar na empresa”. Isto é, a invisibilização do negro é também uma forma de desumanização e destruição do seu ser, enquanto alguém carregado de humanidade, retomando a discussão de igualdade formal e material que Piovesan (2006) faz, estando a primeira ligada ao aspecto legal da discriminação, enquanto que a segunda está relacionada aos suportes financeiros e simbólicos, por exemplo.

Mas, ao mesmo tempo que a estudante supracitada diz haver episódios racistas como os tais, há também comentários da importância das cotas para transformação do ambiente universitário, evidenciando uma visão positiva de sua implementação, o que torna complexo esse universo entre cotas e racialidade, pois, ao mesmo tempo que avançam os estudantes negros, há muito a se avançar na presença de docentes negros. No caso, o curso que a estudante CO realiza, Ciências Sociais (Sociologia), há, em sua memória, dois homens e uma mulher enquanto professores negros, ligados à sociologia, e um indígena, vinculado à antropologia, no instituto que compõe.

Nessa mesma toada, um dos estudantes do curso de Direito segue apontando conflitos que ele enxerga na dimensão racial. Ele diz que apesar de um caminho ascendente na promoção de pessoas negras na Universidade, existem certos tratamentos diferenciados entre pessoas brancas e não-brancas, inclusive na forma que docentes se dirigem aos estudantes. Em sua visão, ainda que de modo sutil, há uma desconfiança, uma espécie de sinismo, quando se trata de estudantes negros, inclusive repercutindo no convívio entre discentes, cujos grupos

sinalizam uma certa coesão social, seja pela vivência prévia ou pela diferenciação velada nas relações interpessoais, como o comentário seguinte expõe:

Eu acho que não seria um isolamento assim no sentido totalmente separados. Mas há uma preferência de dois lados. Enquanto o pessoal não-cotista, segue mais com a galera não-cotista, pelo privilégio, pela questão de facilidade. Às vezes até são do mesmo grupo de classe. Às vezes são familiares, amigos, juizes, advogados, enfim, que se conversam e se conectam, enquanto você tem cotistas que também, embora um distante do outro mas, que acabam se encontrando sendo possível você ver filho de diarista conversando com um filho de cobrador, conversando com um filho de faxineira, de professor, de trabalhador (Estudante GS).

Tal movimentação gera certas reações, especialmente em graduações que possuem uma gama de estudantes que vêm de contextos de vida privilegiados. Sendo assim, ao mesmo tempo que estudantes com contextos de vida menos assistidos também ocupam esse espaço e, em certa medida, mobilizam esse território de disputas, há uma força que diuturnamente questiona esse espaço, ativando uma constante recondução à ação política, sobretudo do ponto de vista racial, com intuito de “protestar contra a ordem colonial, lutar pela emancipação de seus povos oprimidos e lançar apelo de uma revisão das relações entre os povos” (Munanga, 2020, p. 50).

Uma materialização da proposição anterior de Kabengele Munanga ocorreu na instituição e alguns discentes lembraram através de dois exemplos, o primeiro sobre a renomeação do Auditório da Faculdade de Direito em 2018, de Joaquim Nabuco para Esperança Garcia, suscitando embates internos para invalidar a mudança, alegando normativas, mas que, ao final, eram incompatíveis com a questão, sendo apenas artifícios de dificuldade para dar seguimento a proposta inicial, mas que felizmente resultaram na renomeação do espaço, homenageando desde então a primeira mulher negra brasileira advogada.

Enquanto que o segundo foi no ano de 2021, em um grupo de discentes em certo aplicativo de conversas, cuja troca de mensagens suscitou um debate que culminou na veiculação de símbolos supremacistas, envolvendo propagação de discursos de ódio afins com tal intento.

Os episódios, especialmente o último relatado, deveriam ser averiguados por instituições, como a própria universidade, mas não houve nenhuma acareação sobre o caso. Como os estudantes dizem, as questões ligadas à raça e etnia não são tratadas de modo direto nos programas dos cursos, nem ao menos como uma temática pertinente no tronco comum das disciplinas. A ação muitas vezes acontece, na percepção dos entrevistados, em momentos pontuais, mas com baixa efetividade na visão deles, como palestras e minicursos.

Alguns entrevistados apontam um discurso de não enxergar que as questões raciais se revelem de modo tão evidente no espaço universitário. Para eles, apesar de não haver menções

às cotas ou às relações raciais em uma perspectiva crítica e de reflexão, há uma certa inclusão e harmonia entre os professores, demais servidores e estudantes, reconduzindo um discurso a partir da inexistência de tratamentos distintos dependendo da forma de ingresso ou dos marcadores sociais na universidade.

Esse olhar, geralmente, está associado aos entrevistados, ou que ingressaram pelo sistema universal ou que se autodeclararam brancos, apesar disso não se mostrar uma marca totalizante entre tais grupos assim como nem todos cotistas e negros entrevistados apontaram um discurso similar ao estudante GS citado anteriormente. Ou seja, as questões raciais atravessam a todos os estudantes, sejam os que mencionam a desigualdade racial ou a sub-representação docente, por exemplo, mas também quando alguns discentes dizem não perceber nenhuma questão racial, eles também invariavelmente manifestam uma intenção, de camuflar a racialidade em nossas relações como sociedade (Gonzalez, 2020).

Em contraponto, uma estudante autodeclarada branca e ingressante pelo sistema universal para o curso de Engenharia Mecânica, diz ser possível identificar, em muitos momentos, a desigualdade racial que estrutura a sociedade, expondo, por exemplo, que as pessoas negras se encontram em maioria nos cargos de limpeza e conservação da UnB, enquanto que os quadros de docência do seu curso são compostos em maioria por pessoas brancas. Até mesmo na questão do reconhecimento, ela diz que os serviços desempenhados em grande parte por negros são invisibilizados, enquanto que as ações docentes são prestigiadas e reverenciadas.

Isto permite identificar que, sim, reconhecimento e redistribuição são pontos-chave que devem ser considerados na construção de ações políticas, inclusive por meio das políticas afirmativas como transmissores de um novo panorama, cuja presença e substancialidade são inegociáveis na redução de desigualdades (Fraser, 2001). Tanto a estudante mencionada acima como um outro discente do curso de ABI-Engenharias, também branco e ingressante pelo sistema universal, reconhecendo que vivem em contextos privilegiados, dizem que a universidade serviu para compreender os impactos das desigualdades e que certos espaços revelam privilégios e hierarquias sociais.

Tal posição se conjuga com a leitura que ele faz sobre o curso da Faculdade do Gama (FGA), ABI-Engenharias, cuja diversidade de gênero e raça é mínima, afirmando inexistir professor ou professora negra durante a sua formação e que, em seus estágios nos laboratórios da UnB, os pesquisadores que usufruem são, majoritariamente, homens brancos. Apesar da falta de diversidade expressa pelo estudante, ele diz que nunca presenciou episódios racistas nos espaços da universidade, nem comentários contrários às cotas, mas, ele percebe que há certos

comportamentos, sobretudo pelos discentes, que insinuam um certo preconceito, seja com mulheres ou com pessoas negras, muitas vezes de modo sutil.

Como diz Pereira (2023, p. 44), “o corpo cotista é um corpo marcado, sobretudo um corpo negro cotista. Ser cotista negra/o é como possuir uma marca, é carregar um estigma”. Concomitante a isso, uma das entrevistadas, vinculada ao mesmo curso, diz que a questão racial sempre foi algo que a atravessou por ser uma mulher negra, sobretudo na UnB.

Retomando na mesma autora citada anteriormente, que vai analisar o cotidiano de cotistas negras na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, as mulheres pretas e pardas que compõem esses espaços, além de enfrentar a dureza da indagação e da desumanização que advém como sinais do racismo, ainda devem lidar com as durezas da solidão frente ao machismo, pois muitas vezes tal percepção é de uma ou poucas discentes.

Nessa toada, a estudante entrevistada cita episódios de sua vida que dificultaram a sua própria construção racial, afirmando que, por ser uma pessoa parda, em certos momentos, as pessoas anulavam a sua identidade e que só no ensino médio foi se consolidando realmente o seu entendimento enquanto uma pessoa negra, especialmente a partir das pessoas se pareciam com ela e se autodenominavam negras também.

Todavia, na graduação ela nota algumas dificuldades para se pôr como uma mulher negra e cotista, especialmente pelo fato de ser um curso majoritariamente masculino e branco. Sua vivência na instituição alinhada com as questões raciais perpassam por comparações e olhares que são realizados, sobretudo quando os critérios são entre cotistas e não cotistas ou entre pessoas brancas e negras, por exemplo. Nesse sentido, ela cita a pandemia de COVID-19 e o ensino remoto como mais positivos por aplicar uma certa distância em algumas atitudes que lhe incomodavam, como as potenciais comparações que poderiam haver pelo fato dela, muitas vezes, ser a única negra nos espaços da instituição.

Um desses momentos era nos laboratórios, em que a presença massiva de alunos brancos e a presença isolada de um professor negro manifestavam uma sensação ruim de falta de pertencimento aquele espaço. Tais situações afloram entre os pares, inclusive desgastando as relações entre estudantes pois, para ela, havia uma certa distinção pelos discentes, especialmente no início do curso, entre os que eram egressos de escola pública, geralmente fechados em grupos com pessoas que vieram do mesmo contexto de vida escolar. Tal situação impacta na autoestima intelectual:

Era como se estivéssemos sendo acusados de usufruir de algo que não era legítimo, como se estivéssemos sendo diminuídos de alguma forma. Enfrentei desafios nesse aspecto. Até o ano passado, por exemplo, relutava em compartilhar com colegas o fato de ser uma aluna cotista, com receio das reações (Estudante MM).

Tomando como dianteira o pensamento de Gonzalez (2020), a formação racial do Brasil se faz assim, sobre uma base que ora nega o racismo e seus dispositivos de racialidade, ora os normalizam como situações cotidianas, ou melhor:

Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante. A expressão do humorista Millôr Fernandes, ao afirmar que ‘não existe racismo no Brasil porque o negro conhece o seu lugar’, sintetiza o que acabamos de expor (Gonzalez, 2020, p. 131).

Qualquer sintoma decorrente das relações étnico-raciais, como exclusões sutis ou formas abruptas de segregação entre cotistas e não-cotistas, marcam suas formações. Tal visão esbarra na percepção da estudante MM, especialmente sobre os olhares e a representação que ela e uma outra mulher negra tinham nas aulas, em que, muitas vezes, eram as únicas dentro do universo branco e masculino da turma: “isso era assustador, pois de onde venho, as pessoas são parecidas comigo”.

Isto retoma, inclusive, o que Lélia Gonzalez propõe como amefricanidade e que Vilma Piedade (2017) aponta por dororidade, sendo o primeiro, em uma perspectiva política e cultural que revela as entrelinhas sociais sobre a população negra, mas também sobre o que ela chama por *América Ladina*, enquanto que o segundo se dedica a irmandade entre mulheres negras e as intersecções que lhes afetam. Tal correlação se associa com o reconhecimento das realidades que atravessam o cotidiano enquanto um movimento de denúncia e de tentativa de constituição de um novo lugar, um novo espaço de referência.

Ao reivindicar novos horizontes para a população negra, faz-se concomitantemente a politização de uma categoria social que é urgente e vital para a realidade brasileira, que é a raça. Como diz Nilma Lino Gomes (2017), não há momento algum que os dispositivos raciais não se manifestem, sendo urgente que se eleve tal debate para uma ordem diária, “para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana” (*op. cit.*, p. 21).

Isto se evidencia nas falas das pessoas entrevistadas sobre as relações étnico-raciais, como: (1) sobre a presença ínfima de docentes negros, cuja menção revela que há uma desigualdade que agoniza a presença e a pertença ao espaço da universidade, especialmente entre os negros da instituição; e (2) quando se olha para o fato de mencionar que estar no espaço acadêmico é doloroso, ameaçador ou custoso, revelando que há constantes disputas - muitas vezes simbólicas - para que realmente os discentes cotistas possam estar e viver integralmente à universidade.

Ao questionar as tensões que existem, busca-se também provocar novas alternativas, em um movimento que Gomes (2017) utiliza, que são as ausências e as emergências, fazendo com que haja a concretude de possibilidades, inclusive, em uma direção que o próprio Movimento Negro em sua leitura realiza, que é de se organizar a partir de sua experiência, podendo também ser sintetizado nos versos do cantor e compositor Caetano Veloso, “a dor e a delícia de ser o que se é”.

O Movimento Negro age assim, construindo um novo para si a partir de sua realidade primeira, numa tentativa de ruptura com paradigmas sociais e políticos que, até então, anularam suas existências e experiências. Do mesmo modo, os discentes entrevistados, especialmente os negros, agiram nas suas vivências universitárias, sem relativizar suas dores, mas tornando-as combustíveis para sua manutenção neste espaço.

Vale destacar que o dilema que envolve o reconhecimento da população está intrínseco, inclusive, ao próprio grupo social. Sotero e Mitchell-Walthour (2024) mencionam em um dossiê a ideia ao conceito de colorismo, fortemente vinculado no debate racial contemporâneo, cujas discussões caminham por uma suposta linha de cor, quando se olha a forma de tratamento entre pretos e pardos, por exemplo, e, além disso, evoca um movimento sobre a mestiçagem e o lugar da pessoa parda nas relações sociopolíticas. As autoras pontuam que

No Brasil, estudos sobre desigualdades raciais demonstram há décadas que a cor da pele é um preditor eficaz de diferenças educacionais, de renda e de status ocupacional. Na dinâmica racial do país, pessoas com pele mais escura são mais propensas a ocupar posições menos prestigiadas. Nesse sentido, a dinâmica social no Brasil se assemelha à dos Estados Unidos, onde a cor da pele desempenha um papel importante nos resultados de vida (Sotero; Mitchell-Walthour, 2024).

Todavia, o traço do embranquecimento da população brasileira enquanto uma ideologia introjetada no *modus operandi* da sociedade faz com que a própria falta de reconhecimento racial seja um problema, especialmente aos pardos, para se colocar enquanto um grupo social com desigualdades complexas que os atingem, muito mais próximos à parcela preta da sociedade brasileira do que dos brancos que compõem tal país<sup>6</sup>.

Dar voz ao real problema das relações étnico-raciais que, concordando com as autoras e tantos outros, é a hegemonia branca e sua forma de operar os dispositivos de racialidade, faz com que “compreender essas nuances é crucial para entender melhor as dinâmicas de desigualdade e discriminação enfrentadas, e para buscar formas de superá-las” (Sotero; Mitchell-Walthour, 2024). Nessa toada, a coalizão de pretos e pardos na história política

---

<sup>6</sup> Pesquisa Datafolha revela que 60% dos pardos no Brasil não se consideram negros. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/pesquisa-datafolha-revela-que-60-dos-pardos-no-brasil-nao-se-consideram-negros/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

demonstra que somente em unidade contra o mesmo problema comum que houveram avanços nas formas de vida de boa parte da população (Gomes, 2017; Carneiro, 2023).

As cotas são o maior exemplo disso, uma política que tornou possível uma nova forma de pensar a intelectualidade brasileira, acirrando espaços que antes dificilmente eram ocupados por pessoas negras. Um exemplo está nos resultados da pesquisa *População Negra e o Mercado de Trabalho no DF*, realizada pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPE-DF) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em que apesar das pessoas negras serem a maioria do mercado de trabalho distrital (60,8%), ainda continuam sendo a maioria também entre os desempregados, com um percentual de 17,9%, enquanto que os não negros somam 13,5%, do mesmo modo que entre empregos mais vulneráveis, como trabalho doméstico, pretos e pardos somam a maioria (80%), enquanto que entre os servidores públicos só atingem 17% no contexto do DF (Coimbra, 2024).

Isto demonstra que, mesmo com avanços, ainda existe muito a se conquistar, sendo iminente o agenciamento de denúncias, proposições e transformações, isto porque como evidencia Amanda Audi (2024), a política institucional ainda hoje, com medidas de cotas e de financiamentos proporcionais para pessoas negras e mulheres, por exemplo, mantém uma realidade de poder e vínculo institucional de privilégio às pessoas brancas, especialmente àquelas ligadas com a história escravocrata deste país. Tal posição se assenta na análise histórica e familiar de personalidades da política institucional que preservam influências no contexto brasileiro, em escala nacional e/ou regional, e que possuem laços sanguíneos com os escravizadores desde o período colonial brasileiro.

Estes pontos esclarecem que, espaços que são comumente marcados por perfis de pessoas com privilégios de ordem classista, racial e/ou de gênero e sexualidade, tornam cada vez mais custoso se manter os ocupando, pois fugir à norma é um ato desafiador, fato este que se reflete nos episódios de racismo e descrédito que muitos sofrem em universidades Brasil afora, como os casos ocorridos no último trimestre de 2024<sup>7</sup>.

Assim, concordando com Gonzalez (2020), as relações raciais se assentam no cotidiano brasileiro agonizando a vida de pessoas negras de modo distinto e, constantemente se atualizando, adequando-se às realidades e espacialidades, culminando em fenômenos materiais e virtuais de tensionamento à racialidade. Tal movimento gera, entre tantos produtos, o racismo,

---

<sup>7</sup> Estudantes acusam mulher que proferiu falas racistas nos espaços da Universidade Federal da Bahia, caso semelhante ocorreu durante os jogos universitários envolvendo a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/noticias/bora-brasil/videos/mulher-e-acusada-de-racismo-por-alunos-na-bahia-17301557>; <https://almapreta.com.br/sessao/quilombo/caso-de-racismo-de-alunos-da-puc-sp-evidencia-urgencia-de-punicoes-mais-efetivas/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

entendido como algo particular ao Brasil, por trazer ora uma forma aberta ora contida de manifestação, conhecido como racismo por denegação (Gonzalez, 2020).

Tal formato torna complexo a compreensão da discriminação e das formas de operação que ele aciona para efetivar suas intencionalidades, isto porque

as representações sociais manipuladas pelo racismo cultural também são internalizadas por um setor que, também discriminado, não se apercebe de que, no seu próprio discurso, estão presentes os mecanismos da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial (Gonzalez, 2020, p. 61).

Isto é, a ação sutil, mas efetiva, introjeta o real sentido da branquitude enquanto sistema de dominação e, por consequência, de opressão sobre a população negra brasileira, sem assim o fazer. Partindo disso, ao entrevistar os estudantes da UnB sobre o racismo, suas manifestações e definições, nota-se que, em geral, há uma compreensão de que o racismo existe e está no cotidiano da sociedade, seja nos espaços da universidade como em qualquer outro lugar. Porém, quando se busca uma definição para tal fenômeno, alguns discentes demonstraram dificuldade em mencionar o significado da palavra, como o que se acredita ser por meio de Gonzalez (2020) como uma reminiscência da denegação.

A definição de racismo que assenta esta análise advém por dois enfoques, o sistêmico e o atitudinal, entendido como um “fato social total, cujas manifestações podem ou não ocorrer simultaneamente em diversas esferas da vida social - discursos, valores, comportamentos, instituições, estruturas sociais -” (Guimarães, 2024, p. 53). As menções comuns que foram citadas nas entrevistas eram, majoritariamente, em relação ao caráter estrutural e/ou ao fator segregacionista ou discriminatório, sendo algo dito como um fenômeno racial presente no cotidiano da sociedade e, por consequência, da UnB, mas que visualizar tais atos foi apenas apontado por poucos discentes entrevistados.

Perguntado sobre o racismo, o discente GA, ingressante pelo sistema universal, nota que nunca sofreu tratamento diferenciado na instituição de ensino, mas que havia uma suposta subestimação de determinados estudantes por parte de docentes do seu curso, expondo, de forma enfática, que questionar a capacidade de alguém, subestimar ou excluir, com base na cor da pele, podem ser reflexos de um ato racista. Além disso, ele diz:

No dia a dia, no trato das pessoas, existe essa segregação. As pessoas formam grupinhos e geralmente o grupinho das pessoas negras, pessoas gays e pessoas lésbicas é um grupinho só, que fica meio que marginalizado em relação aos outros grupos. E eu acho que esse trato, esse convívio, é muito significativo, inclusive visualmente. Na sala é muito perceptível o cantinho que as pessoas negras ficavam e o resto branco, mas não no sentido de que existia “Ah você não pode sentar aqui”. Mas, porque eram grupinhos mesmo (Estudante GA).

Indo além, ele traz para a concepção de racismo algo além da subestimação, o tratamento segregacionista, em que muitos espaços se restringiam a certos perfis de pessoas. A falta de representatividade assim como o questionamento de pertencimento a determinados lugares podem ser identificados como reflexos do racismo. Um outro estudante do curso de Direito diz que a falta de professores negros, sendo uma presença mínima em relação ao total do corpo docente, assim como a baixa representação negra entre os discentes, evidencia que o racismo, para ele, é um fenômeno capaz de introjetar uma suposta inferioridade a determinados sujeitos, suprimindo a subjetividade de pessoas racializadas, revelando, inclusive, sobre episódios de racismo e assédio sexual a determinadas pessoas do curso, comumente negras.

A ideia de racismo se aproxima da compreensão de discriminação racial, fruto de um tratamento distinto que é acoplado por hierarquizações e desvantagens, com base na questão de raça e/ou etnicidade (Campos, 2024). Tal questão também esbarra na questão da injúria racial que, de acordo com a Agência Senado (2023), “enquanto o racismo é entendido como um crime contra a coletividade, a injúria é direcionada ao indivíduo”, porém, ambos são tipificados como crimes equivalentes em relação a penalidade, com potencial reclusão de dois a cinco anos.

Veza ou outra, a ideia de racismo se esbarra na concepção de injúria racial, como quando o estudante L, autodeclarado branco e egresso de escola pública (baixa renda), diz que, o tratamento diferenciado voltado para pessoas pretas e pardas em relação às suas características faciais é racismo. Apesar de sim, haver uma certa individualização no ato racista, sua ação parte de um conjunto de práticas e relações sociais que legitimam uma dominação, cuja emergência de determinado grupo racial se apodera de mecanismos de poder para promover hierarquias, desde o meio privado ao público (Mbembe, 2018).

Deste modo, o exercício do poder impacta desigualmente determinadas pessoas da sociedade, resultando na supressão do passado ancestral e em humilhações dirigidas à população negra, colocando em xeque muitas vivências e possibilidades, inclusive no meio acadêmico (Carneiro, 2023). Uma das entrevistadas, vinculada a uma graduação de ciências exatas, diz que, muitas vezes, o ato em si não é nítido ou ecoado em uma escala ampla, mas é feito de forma sutil, no cotidiano, questionando, por exemplo, o pertencimento e a validade de sua existência.

Endossando tal visão, o discente LV, vinculado a uma licenciatura, destaca os olhares que notava nas aulas como uma forma velada de manifestar uma conduta de distinção entre os estudantes, ressoando uma ação racista, inclusive, ele define o racismo a partir desse princípio: “desde criança eu identifico esse olhar. Ela te olha como se você não pertencesse aquilo ali.

Então, eu acho que o racismo é esse olhar e essa agressão [...] no Brasil ela é mais invisível do que visível”.

A compreensão do negro na sociedade brasileira, marca-se por diferentes atravessamentos, uma multiplicidade de opressões que convergem em situações de vida precárias, como Lélia Gonzalez (2020) expõe e Munanga (2020, p. 18) reitera, “os que pensam que a situação do negro no Brasil é apenas uma questão econômica, e não racista, não fazem esforço para entender como as práticas racistas impedem ao negro o acesso na participação e na ascensão econômica”.

Assim nasce a negritude, enquanto um eixo articulador de afirmação e solidariedade entre os sujeitos que se identificam como negros no Brasil, em uma tentativa política de reorganizar a visão enquanto grupo social e as formas de identidade frente as dinâmicas sociopolíticas gestadas, rompendo, em certa medida, com a sociedade colonial e seus dispositivos.

Tão logo, a tentativa de superar as formas de desumanização e destruição da pessoa negra é uma tarefa que visa pôr fim a consciência do branco sobre o negro, de modo que a raça, enquanto fator sociológico, passa a ser politizada, reivindicando a supremacia colonizadora. Destarte, “a negritude aspira ao poder, anima a ação política e a luta pela independência. A criação poética torna-se um ato político, uma revolta contra a ordem colonial, o imperialismo e o racismo” (Munanga, 2020, p. 52-53).

Essa retomada de consciência racial é o que permite nomear violências como ações racistas, como um ato citado por uma discente de Pedagogia que ocorreu no Restaurante Universitário, em que um grupo de estudantes brancos estavam proferindo comentários sobre as roupas tradicionais que estudantes negros de outras nacionalidades estavam utilizando, revelando também uma ação xenófoba e que atos racistas existem em instituições de ensino, apesar de ser crime no Brasil.

Como propõe Mário Theodoro (2022, p. 54), “sociedades marcadas por séculos de escravidão opõem relevantes obstáculos ao avanço da igualdade”. Tal ação traz à tona a compreensão institucional do racismo, que está intrínseca às organizações, como ao cotidiano da universidade. Constantemente, nas formações prévias ao ensino superior, nos contextos de manutenção nos cursos, ementas das disciplinas, o racismo vem se somando, levando a seguinte máxima proferida pela entrevistada CO: “você tem que fazer o dobro pra se igualar essas pessoas”, referindo-se a relação cotistas e não-cotistas. Isto posto, acessar e permanecer em determinados espaços, posições e relações custa caro devido à norma branca, sobretudo se

compreender que os impactos que o racismo traz consigo se interseccionam com diferentes eixos de opressão.

Nesse sentido, nota-se que sua concepção de racismo, apesar dela mencionar ter dificuldades para definir, está vinculado a uma visão sistêmica, capaz de inferiorizar corpos que não se encontram à norma, cujas manifestações são ambivalentes, ora sutis ora evidentes, isto é, transmutando-se em mecanismos de marginalização à população negra, cujas possibilidades são questionadas, colocando as suas vidas em inquirição (Mbembe, 2018).

Apesar da instituição ser atingida por ações racistas, ela também pode funcionar em sentido inverso, como com o discente GS, que ingressou por cotas para escola pública, sendo preto ou pardo e pessoa com deficiência, afirmando que, antes da graduação, ele tinha concepções distintas, como crer na democracia racial e em uma certa harmonia entre pessoas brancas e negras, porém, a UnB foi decisiva para reverter isso. Muitos cursos e discentes ainda preservam essa falta de debate e discussão sobre raça e racismo, inclusive entre os entrevistados.

Uma pessoa entrevistada do curso de Economia preferiu se abster, em certos momentos, de aprofundar nessas questões, dizendo não se recordar sobre episódios de racismo ou coisas correlatas à identidade racial nos espaços que frequenta na UnB. Sua contribuição mais próxima foi associar racismo a uma ideia de ódio. Em modo afim, uma pessoa vinculada à Engenharia Mecânica, que utilizou o critério social e racial das ações afirmativas para acessar à instituição, alegou que pensar nesse ponto, sobre raça e suas implicações, nunca foi algo que atravessou as aulas, pontuando que os docentes, em geral, do seu curso não adentram certas temáticas, colocadas como “polêmicas” e “políticas”.

Isto endossa o que Carneiro (2023) atenta em seu debate, o quão profícuo é o trabalho de manutenção de uma estrutura de poder e dominação, em que as pessoas racializadas são questionadas ou invalidadas, revelando que o racismo não se resume ao que é dito, mas também aquilo que é interdito, que se encontra nas entrelinhas, ou até mesmo na inação, na falta de proatividade para ser antirracista. Vale destacar que há uma previsão legal que obriga o ensino de história e cultura afro-brasileira, a Lei n. 10.639/03, cujo foco central está na construção de uma educação antirracista, com ações que conjuguem o direito à diferença e o combate às desigualdades raciais a partir dos espaços de ensino brasileiros públicos e privados (Brasil, 2003).

Até então, apesar de alguns não se dedicarem a falar sobre o tema, a maioria dos discentes disseram compreender que o racismo existe e faz parte da nossa sociedade. Todavia, dentre todas as pessoas entrevistadas, apenas uma trouxe um pensamento totalmente contrário. O estudante RS, vinculado a uma graduação das ciências exatas e ingressante por meio das

cotas para escola pública com critério racial, diz que o racismo pode estar relacionado ao desrespeito pela cor da pele, mas que qualquer pessoa pode vir a sofrer, até mesmo pessoas brancas: “um desrespeito quanto ao estilo da pessoa ou a cor da pele, no caso da cor da pele, seja ela negra ou seja branca [...] as vezes alguém que é branco no meio de outros negros pode acontecer algum tipo de preconceito”.

A visão apresentada, um tanto distorcida sobre a forma de operação do racismo brasileiro, se revela também em outros momentos, como na leitura particular que ele possui sobre a quantidade proporcional de estudantes negros dentro do universo discente do seu *campus*, contrariando as visões dos demais colegas entrevistados, que dizem haver pouquíssimas pessoas negras no universo de maioria masculina e branca.

O que Lélia Gonzalez (2020) chama por caráter poderoso da racialização brasileira traz à tona a peculiaridade dos conflitos raciais que coexistem junto às relações sociais, em que, assim como o discente acima, transparece que “o racismo se volta justamente contra aqueles que, do ponto de vista étnico, são os testemunhos vivos da mesma, tentando tirá-los de cena, apagá-los do mapa” (op. cit., p. 151). Assim sendo, converge-se a ideia de que há um ideal que o racismo é mítico ao contexto brasileiro, colocando-se como um mal que não nos representa ou inexistente à nossa volta, lido por *denegação* por Lélia Gonzalez, ou por *pactos narcísicos da branquitude* por Cida Bento, por exemplo.

Tal mecanismo ressoa sobre outro ponto curioso, a criminalização. Sabe-se que, no Brasil, racismo é crime<sup>8</sup>, e dentre os entrevistados, somente um estudante demonstrou um conhecimento sobre o tema, bem como da importância da denúncia e da necessidade de reeducação e letramento racial, ele diz:

Denuncio porque racismo é crime e eu não compactuo com isso. Da mesma forma que eu também estou aberto, porque a gente sabe que a gente tem. O racismo está muito forte na nossa cultura brasileira, então se algum dia eu manifestar, inclusive manifestei e esses dias eu fui, eu usei um termo e justamente para não ser maldoso. E aí uma pessoa estava no seu lugar de fala, me explicou que aquele termo é para atenuar, como se eu utilizasse o termo verdadeiro fosse uma coisa ruim. Então serve de aprendizado, porque a gente passa, a gente manifesta sem saber (Estudante LE).

Logo, entende-se que há uma pluralidade de visões e compreensões sobre o racismo na sociedade brasileira, confirmando inclusive o que Gonzalez (2020) chama atenção, cuja dificuldade de identificar o racismo e tratá-lo é um mecanismo eficaz para manutenção de uma

---

<sup>8</sup> Tanto crime de racismo como de injúria racial possuem a mesma equiparação desde janeiro de 2023, tornando mais severa as potenciais condenações. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/injuria-racial-racismo#:~:text=A%20Lei%2014.532%2F2023%2C%20publicada,e%20o%20crime%20C3%A9%20imprescrit%20C3%ADvel>. Acesso em: 04 dez. 2024.

sociedade racializada em caráter desigual. Nessa toada, Schucman (2014) apontará para a importância de desconstruir o racismo a fim de que os sujeitos consigam efetivamente se reconhecer dentro da estrutura racial brasileira, desmistificando a realidade, isto é: uma tentativa de fomentar um olhar atento para a reeducação racial do país é uma ação urgente que conjuga uma construção de espaços mais acolhedores, sobretudo para pessoas negras.

A partir das análises das entrevistas sobre a questão do racismo, as formas que a desigualdade aflora nos espaços educacionais se distinguem, seja tratando diretamente do tema racial e de seus desdobramentos, ou da exclusão e silenciamento de temas afins, e, até mesmo, na anacronia em não compreender o racismo e seus problemas no cotidiano, fomentando a importância de ações de reparação, como as cotas, lidas como uma forma de cooperação para que espaços, pessoas e a própria cultura, promovam um novo horizonte de pensamento e de relacionamento social e político.

Inclusive, reconhecer as cotas como meios primordiais para tal transformação através das histórias de vida, por exemplo, é uma forma de reafirmar sua importância e urgência. Nesse sentido, a última etapa das entrevistas se centrava na compreensão do significado das ações afirmativas para os discentes em relação ao contexto universitário e a sociedade como um todo.

As falas, em geral, deixam claro que a política de cotas é importante para inclusão social, além dela manifestar um problema, por isso sua necessidade, reconhecendo que muitas realidades possuem questões desiguais que acirram o acesso a determinados espaços e oportunidades, revelando a cota como uma medida histórica e essencial para acessar a universidade, por exemplo.

Alguns entrevistados, como o estudante GA, tinham uma compreensão da política afirmativa de modo restrito, sobretudo por acessar à universidade pelo sistema universal e também possuir um contexto de vida privilegiado, ele diz que, por intermédio da UnB, reconheceu as cotas como mecanismos fundamentais para o ingresso de muitos discentes, com trajetórias de esforço e dedicação que ele não protagonizou em sua vida, mencionando que, para os seus colegas cotistas foi uma transformação na perspectiva de vida deles e, inclusive, foi impactante em sua vida, por se relacionar com pessoas que tiveram histórias distintas da sua, marcada por vivências que ele não possuía devido seus privilégios.

Este apontamento concorda com a estudante AL, que diz: “tem amigos meus que eles estão correndo para tirar o diploma, porque eles precisam disso para sustentar a família”, reconhecendo que apesar de dividirem os mesmos espaços, os contextos de vida são díspares. Mbembe (2018) entende que muito além de reparação é preciso que se promova uma nova leitura sobre as pessoas negras, construindo uma nova perspectiva que, de fato, oportunize uma

supressão do poder colonial. Deste modo, as cotas não seriam um fim, mas uma travessia em prol de uma nova realidade, sobretudo para pessoas pretas e pardas.

Dados do Censo da Educação Superior apontam que, “em 2022, 55.371 pessoas ingressaram em universidades, faculdades e institutos federais pelo critério étnico-racial” (INEP, 2023a), refletindo no aumento progressivo de certos perfis na educação superior e na demarcação de pessoas em situação de desigualdade em um espaço marcado por perfis que comungam de certos privilégios, como o estudante GS afirma. Ainda assim, ele nota uma dificuldade no acolhimento de cotistas, seja no combate à evasão, como na abertura de diálogo com tais estudantes, além dos casos de fraudes que rondam a UnB, afirmando que conhece uma pessoa evidentemente branca que ingressou no mesmo curso que o seu por meio de cotas raciais e, até o momento da entrevista, seguia com a matrícula ativa.

Pontos como esse, na visão do discente, desmobilizam a política e o próprio engajamento e acolhimento entre os estudantes cotistas. O mesmo posicionamento pode ser lido a partir de entrevistados da Engenharia Mecânica, tendo em vista que nem todas as pessoas partem das mesmas condições para competirem em igualdade, as cotas se mostram necessárias e importantes, mas que as ações afirmativas ainda possuem falhas, como casos de pessoas que fraudaram tal sistema de seleção:

Eu vi exemplos também de pessoas que, por exemplo, até colocava como branco, mas colocava uma cota de menos de um salário-mínimo e meio, mas há um ano antes estava visitando a Grécia. Nitidamente uma fraude. Ela pega um contracheque da tia pobre e fala que mora com ela (Estudante HC).

Questionado sobre a situação dos prováveis fraudadores, o mesmo estudante diz que muitas pessoas denunciaram, mas que não teve conhecimento sobre a conclusão do caso, e que estudantes criam meios de acompanhamento, como em coletivos de averiguação e páginas em redes sociais, como no antigo Twitter, mas são apenas tentativas de pressionar a UnB e buscar identificar e expor as pessoas que realizam tais ações de fraude, a fim de que haja sanções aos estudantes fraudadores.

Uma das entrevistadas do curso de Ciências Sociais afirma ter integrado um coletivo de denúncias e que, entre 2019 e 2020, enviaram mais de 300 nomes de potenciais fraudadores, mas que, até a data da entrevista, somente 10 haviam realmente sido punidos com expulsão do corpo discente da UnB.

Os casos de fraudes às cotas são uma realidade nas instituições de ensino que usufruem de tal política como método de seleção. Com o crescimento de 167% de ingressantes por meio das ações afirmativas nas universidades federais (INEP, 2023a), há também aqueles que tentam

burlar os critérios de elegibilidade. De acordo com dados levantados pela GloboNews, canal televisivo do jornalismo brasileiro, entre 2020 e 2022, em média, sete casos de fraude eram denunciados por mês, e das denúncias,  $\frac{1}{3}$  (um terço) seguia sem a finalização do ocorrido (Barros, 2023).

As motivações que levam a tais dados podem vir de duas frentes, a falta de integridade ética ou a falta de consciência social e racial para fazer uso da política. Ações como as comissões de heteroidentificação, com qualificação e coerência dos recursos humanos que as integram, podem ser soluções que coíbam a ação fraudadora, ou então, como dito pelo estudante H, uma revisão pode ser o caminho para a melhoria da política, como algumas propostas que, em sua visão, podem ser efetivas: (1) a melhora do sistema de ensino, oferecendo uma formação sólida e adequada a todas as pessoas, assim como (2) promover uma assistência especializada aos cotistas, especialmente de escola pública, que muitas vezes entram na universidade com uma formação prévia deficitária, como ele diz: “eu lembro que tinha muita gente no primeiro semestre que tinha vindo de colégio público da Ceilândia ou então de outros colégios públicos, não de colégios militares, e que desistiram simplesmente no primeiro semestre porque não conseguiam acompanhar cálculo ou física”.

Ajudar a aprimorar as ações afirmativas, indo além da garantia do acesso, mas primando pela manutenção de estudantes cotistas nas instituições, são formas de fortalecer a política e seu impacto perante à sociedade. Tratando-se da realidade da Universidade de Brasília, em 2021, quase metade (48%) dos assistidos por alguma medida de assistência estudantil se enquadravam no rol de cotistas.

Sendo assim, nota-se que a história de vida também atinge os espaços da universidade e os conflitos emergem à medida que novos sujeitos com visões de mundo distintas começam a coabitar e construir juntos aquele mesmo momento espaço-temporal. Deste modo, assim como Silva, Santos e Reis (2021) dizem e as entrevistas desta pesquisa apontam, pensar em meios de permanência é fundamental para discentes cotistas, pois, muitas vezes, possuem uma situação socioeconômica que requer assistências financeiras e psicossociais, por exemplo, para conseguir, após acessar, manter-se e concluir a graduação, sobretudo.

Como a discente L afirma, enquanto uma pessoa branca e egressa de escola pública, seu contato com a política de cotas ocorreu no momento de tentativa para ingressar na UnB, reconhecendo que a Lei foi fundamental para seu ingresso na instituição. Ainda assim, quando questionada sobre a percepção de tratamento desigual entre cotistas e não-cotistas, ela tem uma visão paradoxal, ao mesmo tempo que enxerga um certo acolhimento pela comunidade acadêmica, ela diz que, muitas vezes, a socialização é afetada, pois em determinados eventos

organizados entre os discentes, questões como localização e transporte público não são levados em consideração, dificultando a integração de todas as pessoas, sendo assim, a dicotomia entre os dois grupos se apresenta no que é interdito, ou melhor, nas entrelinhas.

Tanto por uma questão representativa, de ter uma pluralidade de pessoas racialmente diversas no mesmo espaço, como por uma questão substantiva, de propiciar novas oportunidades ascendentes, as cotas se mostram como alternativas necessárias (Fraser, 2001). Tal posição foi unânime entre cotistas negros e de baixa renda, sobretudo egressos de escolas públicas, que enfatizaram as cotas como mecanismos primordiais para suas admissões na UnB, além de enxergarem-nas como um marco social pois, oportunizam a presença na universidade, além de gerar uma maximização de possibilidades para pessoas de realidades excludentes por estarem cursando uma graduação em um espaço de excelência.

Apesar das dificuldades que alguns cotistas mencionam, seja aqueles que sentem uma certa distinção por se encontrarem em situação vulnerável socioeconomicamente ou os que enfrentam desafios de ordem racial, a ideia das ações afirmativas se espalha além de simplesmente ingressar na UnB, mas também nas atividades que a instituição promove. A estudante ME diz que, junto ao PET, ela e os demais participantes notaram uma presença mínima de pessoas não brancas, fazendo com que, no edital para seleção de novos membros, houvesse uma ação afirmativa para que o ingresso de pessoas negras e/ou indígenas fosse fomentado.

Tal ação confirma que o legado das ações afirmativas se multiplica entre pessoas comprometidas com o combate à desigualdade racial. No Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial sobre as Ações Afirmativas<sup>9</sup> há uma menção justamente a esse aprimoramento da Lei, tendo em vista o caráter transversal, intersetorial e interseccional que a política pública deve ter, de modo que se reconheça e leve em consideração que múltiplos eixos de desigualdade, assim como uma gama de agentes públicos podem se somar e aprimorar o alcance das cotas e, por consequência, sua efetividade, fato que se conecta com a proposição que a colega entrevistada citou anteriormente.

Além das denúncias de fraudes, das dificuldades que os cotistas enfrentam, seja pela integração como pela credibilidade nos cursos que realizam, há ainda aqueles que se mostram contrários às ações afirmativas. No caso dos entrevistados, um chama a atenção por ser um homem pardo e egresso de escola pública, apesar de ser graduando e ter usado a cota para

---

<sup>9</sup> O relatório nasce de um decreto federal, que visa o trabalho interministerial em prol das ações afirmativas. Disponível em: [https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2\\_of\\_noticias/mir-publica-relatorio-final-de-elaboracao-do-programa-federal-de-aco-es-afirmativas](https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/mir-publica-relatorio-final-de-elaboracao-do-programa-federal-de-aco-es-afirmativas). Acesso em: 09 dez. 2024.

ingressar na UnB, ele apresenta um posicionamento contrário à política de cotas. Para ele, as cotas devem existir, mas que ainda geram polêmicas, especialmente quando se trata do viés racial, mencionando que não concorda com tal critério dependendo da localidade do país. Natural de Brasília-DF, ele diz que no contexto brasiliense “não seria muito necessário”, por haver negros inseridos em diferentes espaços da sociedade distrital, ele alega que a ideia de desigualdade racial não se adere a esta população da capital federal.

Essa visão revela sua compreensão anacrônica sobre como a desigualdade aflora nos espaços, evidenciando que nem sempre há uma atenção devida às formas que os dispositivos de poder operam através do racismo e do contrato racial sobre a sociedade. Vale destacar que, se tomar como horizonte dados do IPE-DF, instituto responsável por levantamentos demográficos distritais, apesar das mulheres negras serem a maioria da população brasiliense, elas ainda se encontram entre as que possuem os menores índices de participação nos empregos do setor público (23,6%), assim como entre os concluintes de ensino superior (26,9%) (IPE-DF, 2021), revelando que a leitura que o discente tem, não condiz com os dados acima apresentados.

Inclusive, ao cabo da entrevista, ele enfatiza que as cotas somente foram primordiais para sua entrada, afirmando ter usado a seu favor no momento oportuno a sua necessidade. Todavia, tal posição não é compartilhada entre os demais discentes, especialmente os negros, pois ainda relatam uma subpresença desta parcela da população brasileira na UnB. O estudante GS diz que “a gente está aí ocupando [...] uma coisa é ocupar outra coisa é você se sentir à vontade”. Isto torna evidente que as disputas não cessam, pois há uma reação se produzindo a todo tempo, especialmente quando se veem pessoas com signos que eram suprimidos de estar na universidade até poucos anos atrás, evidenciando uma carga política quando se olha para as ações afirmativas.

Apesar da UnB ser uma das instituições com maior destaque no âmbito das cotas por seu pioneirismo e vanguardismo na tentativa de reduzir desigualdades sociais e educacionais, ainda existem desafios a serem enfrentados e combatidos em uma construção constante de novos paradigmas para uma universidade cada vez mais democrática. O que Sueli Carneiro (2023) pontua como dispositivo de racialidade, em uma tradição foucaultiana, vêm a somar neste ponto pois, a raça é aquilo que cria a teia das relações sociais e a tece numa dimensão hierarquizada, evidenciando que as estruturas precisam ter tensionamentos a fim de que cisões ocorram e novas perspectivas possam ser pontuadas.

Assim, as ações afirmativas e a leitura das questões raciais e do racismo apresentadas a partir das entrevistas analisadas mostram que os dispositivos de racialidade estão se atualizando

constantemente no jogo das relações, não obstante na universidade, fomentando uma constante politização da raça e um embate político em torno dos mecanismos de poder e das políticas públicas a fim de que a frase de Conceição Evaristo, linguista brasileira, não se perca: “o importante não é ser a primeira, o importante é você abrir caminhos”.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS OU LEMBRETES PARA O FUTURO?

Promover uma nova universidade perpassa pelo reconhecimento das desigualdades e de formas de reparação capazes de promover o acesso de grupos antes excluídos ou dificultados de estar em um espaço de produção do conhecimento. Sendo assim, a reserva de vagas nas instituições de ensino superior visa combater a supressão de pessoas negras, assim como de baixa renda e/ou egressas de escolas públicas, servindo como uma medida compensatória e redistributiva.

Nessa toada, reconhecer as cotas como medida fundamental para a transformação da realidade é validar uma perspectiva crítica e politizada sobre as formas que a sociedade e o Estado se assentam. Nesse meio, os conceitos de contrato racial, pacto da branquitude e dispositivo de racialidade se mostram úteis para compreender a forma de organização político-social brasileira, reforçando que sim, a raça deve ser uma categoria considerada nas leituras e interpretações que integram tantas outras, como classe e gênero, na teoria política.

Garantir a igualdade de oportunidades e fomentar a ideia de justiça social são objetivos centrais quando se analisam as entrevistas pois, entre os estudantes cotistas há uma reiterada menção sobre a dureza que é estar na universidade, tendo que conciliar outras nuances, como as questões socioeconômicas e étnico-raciais, revelando que a existência de instrumentos raciais se aperfeiçoam e, ainda hoje, após duas décadas de cotas na UnB ainda é custoso permanecer neste espaço.

A partir dos pontos elencados e analisados, nota-se que os estudantes percebem um tratamento distinto entre os que integram ou não as ações afirmativas, sobretudo com discentes pretos e pardos que vivenciaram, em algum momento, ações de questionamento racial e, até mesmo, de racismo durante a graduação, com exemplos listados através de olhares, exclusões e comentários, executados tanto por discentes como por docentes. Tal posição coaduna com os princípios do pacto da branquitude, cuja estruturação da vida social demonstra uma dificuldade para que pessoas negras se veem em espaços de privilégio, como a universidade pública.

Neste meandro se identifica que as relações raciais se assentam no cotidiano como reflexo da própria construção da sociedade brasileira, em que mistificar ou negar a raça e o racismo passam a ser justificadores de uma inexistência da desigualdade racial, validando uma espécie de contrato racial. Todavia, a realidade de pessoas negras se encontra marcada pela opressão racial, entendida como uma dimensão sistêmica que produz a discriminação e desumanização de certos grupos, comumente situados em uma posição desigual. Nesse sentido, os estudantes trouxeram reflexões desse fenômeno, afirmando que é algo existente, inclusive

na universidade, mas condenando sua prática.

Ainda assim, algumas questões, como exemplos de atos racistas ou prováveis criminalizações, não foram suscitadas na maioria das entrevistas, demonstrando que invariavelmente, a ideia de denegação do racismo persiste na atualidade, como uma das pessoas entrevistadas que, apesar de ser parda, não concorda integralmente com as cotas raciais e também valida que racismo reverso pode ocorrer no contexto brasileiro.

A partir das análises das entrevistas sobre a questão do racismo, a variação de manifestações desse fenômeno pode adquirir contornos que os discentes mencionaram, mas não nomearam, muitas vezes, como racismo em si. A falta de debate e preocupação com temas afins à raça e etnia nos cursos que realizam ou, até mesmo, na anacronia em não compreender o racismo e seus problemas no cotidiano, fomentam a importância de ações de educação antirracista, de modo que influam uma nova perspectiva de pensamento racial.

Apesar de ser uma das instituições com maior destaque no âmbito da referida política por seu pioneirismo, na UnB ainda estão presentes dificuldades para avançar em certas questões que discentes trouxeram, como a presença de docentes negros e a culpabilização de estudantes fraudadores de cotas, impedindo a democratização da universidade. Em alinhamento a isso, a maior parte dos estudantes reconhecem o legado das cotas e a importância para suas trajetórias na universidade, como para os colegas, havendo apenas um que, apesar de ter usufruído da ação afirmativa, não concorda com sua aplicabilidade.

Por conseguinte, as cotas merecem seu reconhecimento por promoverem uma nova cara para a educação superior, produzindo um tensionamento das desigualdades que afligiam a composição universitária, elevando de 2% para 48,9% de pretos e pardos na UnB entre 2002 e 2022. Apesar dessa presença maciça, permanecer na instituição ainda é custoso, considerando o período entre 2021 e 2022, dados revelam que 48% dos estudantes vinculados em alguma política de assistência estudantil são cotistas e 70% são negros.

Tais questões ressoam nas entrevistas, em que muitos alegam, especialmente cotistas, a necessidade de conciliar formas de remuneração, como empregos, estágios e projetos de extensão e pesquisa, para compor suas rendas e auxiliar a subsistência de suas famílias, tornando mais complexa suas trajetórias acadêmicas, concorridas entre estudos e outros afazeres. Logo, é urgente que haja um processo formativo integral e digno para todos os cotistas, alinhando mecanismos pedagógicos e socioassistenciais a fim de coibir suas potenciais evasões.

Nesse ponto, entra em cena a discussão da avaliação das ações afirmativas que, a partir de 2021, passou por debates, seja na tentativa de supressão total da ideia das cotas nas

universidades ou na busca por flexibilizar certos aspectos, como as propostas que tentaram suprimir a dimensão racial. Ainda assim, a política de ação afirmativa se manteve, apesar de condições para permanência estudantil terem sido negligenciadas, ponto que era central e que é reiterado nos resultados desta dissertação através dos relatos dos discentes.

Apesar do debate não ser estritamente a extinção da política em si, mas sim avaliar seus resultados e buscar seu aprimoramento, o que se viu foi uma reação às transformações que a própria Lei vem realizando. As mudanças notadas foram apenas ações isoladas no recorte socioeconômico e étnico dos beneficiários das ações afirmativas, como a inclusão de pessoas quilombolas ao grupo étnico-racial e a adequação no recorte socioeconômico, passando de um salário-mínimo e meio para até um salário-mínimo. Deste modo, questões direcionadas além do crivo distributivo, avançando para a ideia alocativa, com a destinação de recursos aos estudantes, promoveria meios substantivos de apoio na trajetória acadêmica, requalificando o sentido da política afirmativa que as cotas objetivam.

Nota-se que, a análise qualitativa realizada foi capaz de responder aos objetivos pretendidos, compreendendo como os dispositivos raciais influenciaram e moldaram a experiência de discentes ao longo de suas jornadas na Universidade de Brasília, entretanto, o estudo não se esgotou em si, ele promove apontamentos para o futuro, com novas agendas de pesquisa podendo se abrir a partir de então, como (1) o acompanhamento socioassistencial dos discentes da ação afirmativa, (2) os dilemas que a raça influi nas comissões de heteroidentificação universitária e (3) as trajetórias de cotistas em cursos de pós-graduação.

Com a presença de estudantes ingressantes mediante as ações afirmativas nos últimos vinte anos, percebe-se que a pluralidade étnico-racial discente está se maximizando e necessita de uma atenção através de estudos, pesquisas e, por consequência, da proposição de políticas públicas capazes de subsidiar os novos contornos que a realidade universitária exige.

Para além do acesso, é preciso que se enfoque nas formas de existências e vivências na instituição pois, como a dissertação expõe, meios subjetivos de impacto das desigualdades se apresentam com efeitos distintos, inclusive no mesmo grupo social, de modo que as construções de identidade e os modos de percepção e enfrentamento aos dispositivos raciais durante os anos de graduação podem ser diversos, como a estudante negra que vive uma experiência única entre as poucas mulheres não brancas em seu curso e o estudante negro que não reconhece a importância das cotas em sua integralidade, nem mesmo nas artimanhas que o racismo possui ao operar negativamente sobre seu grupo étnico-racial.

Isso confere que estudantes negros, especialmente aqueles beneficiários das políticas de ação afirmativa, na UnB enfrentam desafios únicos relacionados às questões raciais durante

suas trajetórias acadêmicas, os quais influenciam nas experiências de aprendizado e integração na instituição, resultado dos dispositivos de poder que convergem para uma leitura política em torno do contrato racial, em que há uma produção do Estado e da sociedade em que a fuga à ordem da branquitude gera ônus desiguais às pessoas racializadas.

Ainda assim, como dito por muitos discentes cotistas entrevistados, desistir nunca foi uma opção, mas o combustível para permanecerem ainda que a dificuldade se mostre desafiadora, revelando que o objetivo é o que os versos da escola de samba carioca entoam, “eu quero um país que não está no retrato”.

## REFERÊNCIAS

- Agência Senado. Sancionada lei que tipifica como crime de racismo a injúria racial. Agência Senado, 12 jan. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/01/12/sancionada-lei-que-tipifica-como-crime-de-racismo-a-injuria-racial>. Acesso em: 29 nov. 2025.
- Araújo, Alexandre Garcia. Ensaio sobre a universidade e sua função social. **Filosofando**, v. 1, n. 1, 2017.
- Audi, Amanda. Famílias que teriam origem escravocrata mantêm poder há 200 anos. **Agência Pública**, 25 nov. 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/11/familias-que-teriam-origem-escravocrata-mantem-poder-politico>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- Bardin, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- Barreto, Paula Cristina. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 39-64, 2015.
- Barros, William. Universidades federais registram mais de 7 casos de uso irregular de cotas raciais por mês. **G1**, 03 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/03/03/universidades-federais-registram-mais-de-7-casos-de-uso-irregular-de-cotas-raciais-por-mes.ghtml>. Acesso em: 09 dez. 2024.
- Bezerra, Renata. Cotas 20 anos: a história de pioneirismo da UnB. **UnB Notícias**, 29 dez. 2023. Disponível em: <https://noticias.unb.br/ensino/7061-cotas-20-anos-a-historia-de-pioneirismo-da-unb#:~:text=Dados%20apontam%20que%2C%20no%20primeiro,em%202022%2C%20fora m%2010.094%20discentes>. Acesso em: 09 dez. 2024.
- Biroli, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- Bento, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 4, n. 1, 2014.
- Bento, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- Brasil. **Decreto nº 63.788, de 12 de Dezembro de 1968**. Regulamenta a Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968, que dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola. Brasília: Diário Oficial da União, 1968.
- Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Diário Oficial da União, 1988.
- Brasil. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2003.
- Brasil. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília: Presidência da República, 2010a.
- Brasil. **Decreto no 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm).
- Brasil. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades

federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2012.

Brasil. **Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília: Presidência da República, 2023.

Bourdieu, Pierre; Passeron, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2014.

Campos, Luiz Augusto. Racismo no Brasil: de hipótese a premissa, sem passar por objeto. **Tempo Social**, São Paulo, v. 36, n. 2, 2024.

Cardoso, Nelson. Análise de políticas públicas: história, desenvolvimento e teorias contemporâneas. In: Nascimento, P.; Barros, Ana Tereza. **Ciência Política: uma proposta educativa**. Campina Grande: EDUEPB, 2023.

Carneiro, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

Carneiro, Sueli. **Dispositivo de racialidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

Carvalho, José Jorge. As Ações Afirmativas como Resposta ao Racismo Acadêmico e seu Impacto nas Ciências Sociais Brasileiras. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, v. 42-43, 2003.

Carvalho, José Jorge. **A política de cotas no ensino superior**: ensaio descritivo e analítico do Mapa das Ações Afirmativas no Brasil. Brasília MEC/INCT, 2016.

Coimbra, Camila. O crescimento de profissionais negros em posições de liderança no DF. **Jornal de Brasília**, 20 nov. 2024. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/ocrescimento-de-profissionais-negros-em-posicoes-de-lideranca-no-df/>. Acesso em: 25 nov. 2025.

Collins, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

Cornélio, Beatriz Gomes. Percepções e vivências de cotistas negras e negros na Universidade Federal de Viçosa: "será que esse espaço é pra mim?". 2020. 88 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2020.

Corrales, Javier. Understanding the Uneven Spread of LGBT Rights in Latin America and the Caribbean 1999-2013. **Journal of Research in Gender Studies**, 7 (1), 2017.

Crenshaw, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, p. 171-188, 2002.

Crispi, Priscila. Economia, serviço social e administração são os cursos mais bem-avaliados da UnB. **Correio Brasiliense**, 05 abr. 2024. Disponível em: [https://www.correiobrasiliense.com.br/euestudante/ensino-superior/2024/04/6831811-economia-servico-social-e-administracao-sao-os-cursos-mais-bem-avaliados-da-unb.html#google\\_vignette](https://www.correiobrasiliense.com.br/euestudante/ensino-superior/2024/04/6831811-economia-servico-social-e-administracao-sao-os-cursos-mais-bem-avaliados-da-unb.html#google_vignette). Acesso em: 10 abr. 2024.

Cury, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 245-262, 2002.

Dahl, Robert. **Who Governs?** democracy and power in an american city. New Haven: Yale

University Press. 1961.

DDS. Diretoria de Desenvolvimento Social. **Relatório do Triênio 2019, 2020 e 2021**. Brasília: Universidade de Brasília, 2022.

Dias, Luciana de Oliveira. “Combinamos de não morrer”: pensamento feminista negro e questões de direitos humanos. In: Almeida, Heloisa Buarque; Henning, Carlos Eduardo (orgs.). **Desafios e resistências em gênero e sexualidade no Brasil contemporâneo**. Goiânia: Cegraf UFG, 2024.

Dias, Luciano. As mudanças na Lei de Cotas em disputa na Câmara. **BBC News Brasil**, 17 maio 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61474992>. Acesso em: 20 set. 2024.

DPO. Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional. **Perfil dos Estudantes por Curso - Série de 2018 a 2022**: Ingressantes, Matriculados e Formados para cada curso e habilitação na UnB. Brasília: Universidade de Brasília, 27 set. 2023. Disponível em: <https://avaliacao.unb.br/perfil-dos-estudantes>. Acesso em: 14 ago. 2024.

Feres Júnior, João; Campos, Luiz Augusto. Liberalismo igualitário e ação afirmativa: da teoria moral à política pública. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 48, p. 85–99, 2013.

Feres Júnior, João; Campos, Luiz Augusto. Ação afirmativa no Brasil: multiculturalismo ou justiça social?. **Lua Nova**, São Paulo, n. 99, p. 257-293, 2016.

Feres Júnior, João. O Congresso e a Lei de Cotas. **Nexo Políticas Públicas**, 02 mar. 2022. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniaio/2022/o-congresso-e-a-lei-de-cotas>. Acesso em: 20 set. 2024.

Fraser, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista. In: Souza, Jessé. (org.). **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UnB, 2001.

Geledés. Instituto da Mulher Negra. **A Educação de meninas negras em tempos de pandemia**: o aprofundamento das desigualdades. São Paulo: Geledés, 2021.

Gomes, Joaquim Barbosa; Silva, Fernanda Duarte. As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. In: Seminário Internacional as Minorias e o Direito, 2001, Brasília. **Anais...** Brasília: CJF, 2003. (Série Cadernos do CEJ, 24).

Gomes, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

Gomes, Nilma Lino; Silva, Paulo Vinícius Baptista; Brito, José Eustáquio. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 42, p. 1-14, 2021.

Gonzalez, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rios, Flavia; Lima, Márcia (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Guimarães, Antonio Sérgio. Raças e racismos, junções e disjunções. **Tempo Social**, São Paulo, v. 36, n. 2, 2024.

Guimarães, Antonio Sérgio; Rios, Flávia; Sotero, Edilza. Coletivos Negros e Novas Identidades Raciais. **Novos estudos CEBRAP**, v. 39, n. 2, p. 309–327, 2020.

Harvey, David. **El nuevo imperialismo**. Madri: Akal, 2004.

Honneth, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681s>. Acesso em: 17 jul. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101972>. Acesso em: 17 abr. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102066>. Acesso em: 20 abr. 2024.

INEP. Ingresso por cotas aumentou 167% nas universidades. **Agência GOV**, 20 nov. 2023a. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202311/ingresso-por-cotas-aumentou-167-nas-universidades>. Acesso em: 09 dez. 2024.

INEP. **Censo da Educação Superior**. 2023. Brasília: INEP, 2023b.

IPE-DF. Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal. **Retratos Sociais 2021**. Pessoas Negras. Brasília: IPE-DF, 2021.

Jesus, Jaqueline Gomes. O desafio da convivência: assessoria de diversidade e apoio aos cotistas (2004-2008). **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 1, p. 222–233, 2013.

Leher, Roberto. Capitalismo dependiente y educación: propuestas para la problemática universitaria. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Por una reforma radical de las universidades latinoamericanas**. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2010.

Lemos, Isabele Batista. Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 71, 2017.

Louro, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Mbembe, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N 1 Edições, 2018.

Mészáros, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

Miguel, Luís Felipe. Democracia e sociedade de classes. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 9, p. 93-117, 2012.

Mills, Charles. **O contrato racial**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

Minayo, Maria Cecília. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

Munanga, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

Nascimento, Elisa Larkin. Abdias Nascimento e as políticas afirmativas. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, Ano 1, n. 1, 2013.

Nascimento, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

Oliva, Luciana Menezes da Cunha Rêgo. Sistema de cotas na universidade pública brasileira: avaliação da experiência da UnB após a Lei 12.711/12. **Dissertação - Mestrado Profissional em Economia**. Universidade de Brasília, 2020. Brasília, 2020. 93 p.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em:

<https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 17 jul. 2022.

Pereira, Bruna Cristina. Jaquette. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 21, n. 3, 2021.

Pereira, Larissa Fernandes. Narrativas de resistência: mulheres negras e cotas raciais na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ). 2023. 279 f. **Dissertação** (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação de Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Piovesan, Flávia. Direito internacional dos direitos humanos e igualdade étnico-racial. In: Piovesan, Flávia; Souza, Douglas Martins. (coord.). **Ordem jurídica e igualdade étnico-racial**. Brasília: SEPPIR, 2006.

Prudente, Eunice. A escravização e racismo no Brasil, mazelas que ainda perduram. **Jornal da USP**. 16 jun. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=328593>. Acesso em: 08 fev. 2020.

Rawls, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Reis, Helena Esser. O que nos faz agir? Discussões filosóficas sobre os fundamentos dos Direitos Humanos. **PROMETEUS**, Ano 7, n. 16, p. 265-276, 2014.

Rocha, Virgínia. Da teoria à análise: uma introdução ao uso de entrevistas individuais semiestruturadas na Ciência Política. **Política Hoje**, v. 29, n. 1, p. 197 - 251, 2020.

Rocha, Virgínia. Desmantelamento de políticas públicas: uma breve introdução. In: Nascimento, P.; Barros, Ana Tereza. **Ciência Política: uma proposta educativa**. Campina Grande: EDUEPB, 2023.

Ruibal, Alba. Feminismo frente a fundamentalismos religiosos: mobilização e contramobilização em torno dos direitos reprodutivos na América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 14, 2014.

Sandel, Michael. **A tirania do mérito**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

Santos, José Alcides. Interações entre origem de classe e raça na transmissão das desigualdades no Brasil. In: Pompeu, João Cláudio et al. (org.). **Dinâmica econômica, mudanças sociais e novas pautas de políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2023.

Schucman, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia e Sociedade**, v. 26, n. 1, 2014.

Scott, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

Servilha, Mateus de Moraes. Espaço, estigma e sujeito: reflexões na produção de uma geografia social crítica. **Revista ANPEGE**, v. 15, n. 26, p. 36-66, 2019.

Silva, Natalino Neves; Santos, Adilson Pereira; Reis, Jane Maria dos Santos. Assistência estudantil e ações afirmativas: um estudo das condições materiais e simbólicas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 42, p. 1- 19, 2021.

Sotero, Edilza; Mitchell-Walthour, Gladys. Para um diálogo entre a luta antirracista e o colorismo. **Outras Palavras**, 14 ago. 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/movimentoserebeldias/para-um-dialogo-entre-a-luta-antirracista-e-o-colorismo/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

Sotero, Edilza Sotero; Pereira, Ilaina Damasceno; Santos, Sônia Beatriz. Pedagogias negras: o antirracismo, o bem viver e a corporeidade. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 46, n. 3, p. 1314-1329,

2021.

Theodoro, Mário. **Sociedade desigual**: racismo e branquitude na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

Veloso, Serena. Aprovação das cotas raciais na UnB completa 15 anos. **UnB Notícias**. 06 jun. 2018. Disponível em: <https://www.noticias.unb.br/76-institucional/2319-aprovacao-das-cotas-raciais-na-unb-completa-15-anos>. Acesso em: 20 jul. 2022.

Veloso, Fernando; Barbosa Filho, Fernando; Peruchetti, Paulo. **Impactos da educação no mercado de trabalho**. Fundação Getúlio Vargas. Instituto Brasileiro de Economia, 2022.

Weise, Crista. Nuevos actores, interculturalidad y desafíos epistémicos. Rasgos de una universidad postneoliberal en la política universitaria boliviana. In: Leher, Roberto (org.). **Por una reforma radical de las universidades latinoamericanas**. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2010.

West, Cornel. **Questão de Raça**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2021.

York, Sara Wagner. TIA, VOCÊ É HOMEM? Trans da/na educação: Des(a)fiando e ocupando os "cistemas" de Pós-Graduação. 2020. 185 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

## Anexo 1 - Roteiro de questionário e entrevistas

### Questionário Estudantes

#### UnB

#### Cotistas PPI

Matrículas entre 2016 e 2019 (estudantes que não tiveram experiência presencial não entra na pesquisa, ou seja, com matrículas de 2020 pra frente) – Entrevista focada nas experiências presenciais (anteriores à pandemia).

#### Identificação Pessoal

Nome:

Data de Nascimento:

Local de Nascimento:

Estado Civil:

Sexo:  masculino  feminino

Raça/cor (autoclassificação) :  Branco  Preto  Pardo  indígena  Amarelo

Raça/cor (heteroclassificação) :  Branco  Preto  Pardo  indígena  Amarelo

Curso: \_\_\_\_\_  licenciatura  Bacharelado

Semestre:

Você entrou na UnB por que política de cotas?

Universal (ou particular)

Escola Pública com renda familiar igual ou inferior a 1,5 SM

Escola Pública com renda familiar acima de 1,5 SM

Escola Pública com renda familiar igual ou inferior a 1,5 SM, PPI

Escola Pública com renda familiar acima de 1,5 SM, PPI

Escola Pública Pessoas com deficiência

Negros

#### Trajatória familiar e escolar

1. Me fale um pouco de você. Onde você nasceu? Como foi sua infância?
  - Trajetória escolar: tipo de escola, ensino fundamental e médio, Pública ou Privada. Qual? Suas notas/desempenho
  - Relação com pai e mãe + outros familiares
  - Educação e profissão do pai
  - Educação e profissão da mãe
  - Número de irmãos. Onde vivem e o que fazem?
  - Local em que cresceu/relação com a vizinhança

#### Preparação para a universidade

2. Quando você começou a pensar em concorrer ao processo seletivo da UnB?
3. Como se deu o processo de preparação para o exame?
4. Quais obstáculos que você pensava em enfrentar nessa transição para a universidade?
5. Você trabalhava?
  - Explorar possíveis dificuldades
6. Como você imaginava que seria sua vida na universidade?
7. Essa é sua primeira graduação?
  - (Caso não tenha sido)
  - Qual foi o curso?
  - Em qual instituição?
  - Você concluiu o curso?
  - Há diferença entre as duas experiências?
8. Como/Por que você escolheu o curso? Este era o curso que você mais desejava?
9. Seus professores do ensino médio falavam da UnB? Explicavam o sistema de cotas? Te incentivaram a estudar?
10. E seus amigos e amigas do ensino médio, te motivaram a entrar na UnB?

#### Trajetória na universidade

11. Como foi a adaptação? (Atentar para dificuldades, caso sejam mencionadas)
12. [Caso dificuldades tenham sido mencionadas] Como você avalia as dificuldades nesse momento atual?
13. Como tem sido as suas principais experiências na universidade?
  - disciplinas
  - dificuldade de permanência
  - tratamento por parte de professores/as.
  - tratamento por parte de funcionários.
14. O curso hoje responde às expectativas que você tinha quando estava se preparando para entrar na universidade? Quais os motivos para isso?
15. Como as relações interpessoais durante a graduação se deram (relações de amizade, namoro)?
16. Você se envolveu com algum tipo de militância na universidade? Se sim, de qual tipo? (explorar as razões)
17. Você já trancou ou se afastou da universidade por algum tempo? Por quanto tempo? Quais foram as razões?

#### Inserção em atividades acadêmicas

18. Você já participou de seleções de bolsas acadêmicas?
  - Iniciação científica, iniciação à docência, monitoria, PET.
19. Caso sim, como você se sentia em relação aos demais candidatos?
  - Relação com o(a) professor(a) responsável?
  - Relação com colegas pesquisadores (da equipe)?
20. Como você avalia essa experiência na sua trajetória na universidade?
21. Você costuma frequentar algum evento acadêmico da sua área?
  - Explorar as razões

#### Mercado de trabalho

22. Como é o seu histórico com o mercado de trabalho?
23. Aparecem questões raciais?
- Explorar quais

#### **Formação identitária na universidade**

24. Questões raciais aparecem para você na vida universitária?
- Quais?
  - Em quais contextos?
  - De que modo?
25. Como você vem lidando com a sua identidade racial a partir da entrada na universidade?

#### **Racismo**

26. Como foi a sua relação com seus professores de um modo geral?
- Dificuldades?
  - Se sim, de que tipo?
  - Os/as professores/as fizeram alguma referência respeitosa, desrespeitosa ou foram indiferentes à política cotas? E em relação aos/as estudantes negros/as?
  -
27. Como foi a sua relação com seus colegas de um modo geral?
- Dificuldades?
  - Se sim, de que tipo?
  - Você tinha uma convivência no cotidiano da universidade mais frequente com cotistas negros (pretos e pardos) e indígenas?
  - Você percebia um isolamento dos cotista em relação aos não cotistas?
28. Como foi a sua relação com os funcionários de um modo geral?
- Dificuldades?
  - Se sim, de que tipo?
  - Os/as professores/as fizeram alguma referência respeitosa, desrespeitosa ou foram indiferentes à política cotas? E em relação aos/as estudantes negros/as?
  -
29. (Se racismo não aparecer nas questões acima, perguntar diretamente). De um modo geral, há racismo na UnB? E no seu curso?
- Se sim, em que contextos você percebe/percebeu isso? Qual foi sua reação? E das pessoas que estavam por perto?

#### **Políticas de cotas**

30. Como você via as cotas (sociais e raciais) antes de seu ingresso na universidade?
31. De que maneira os cotistas são vistos pela “comunidade acadêmica” em geral?
- Professores
  - Funcionários
  - Não-cotistas
32. Ser cotista é algo que marca sua experiência na UnB? Se sim, de que modo?

33. Há casos de fraude nas cotas raciais? Como você vê isso?

**Encerramento**

34. Finalmente, como você vê o seu futuro, depois de tudo que você viveu (ou está vivendo) na universidade? (explorar as esferas pessoal e profissional)
35. Qual a importância das cotas na sua trajetória?
36. Tem alguma coisa que você queira acrescentar, da qual não falamos, ou há algo que você queira retomar?